

Revista **Socialismo e Liberdade** n°30 | 2020

**A reação popular e a legitimidade social da esquerda boliviana** serão suficientes para desmontar a brutalidade do golpe de 2019?

**Fartas verbas publicitárias** e identidade política com o governo transformam SBT e Record em redes de apoio ao bolsonarismo

FUNDAÇÃO  
**LAURO CAMPOS E  
MARIELLE FRANCO**

# Naturalizamos o horror?

**Maria Rita Kehl examina um país quase indiferente a uma pandemia que causará duzentas mil mortes até o final do ano. E lembra que banalizamos também a escravidão, a violência, a tortura, a miséria, as ditaduras e muitas coisas mais. Reagir é quase um dever**



Presidente  
**Francisvaldo Mendes de Souza**

Diretor Técnico  
**Frederico de Oliveira Henriques**

Diretor Administrativo-financeiro  
**Rodrigo da Silva Pereira**

Conselho de Curadores  
*Presidente:* **Luiz Arnaldo Dias Campos;**  
*Membros efetivos:* **Carolina de Paula Peters,**  
**Honório Luiz de Oliveira Rego, Ewerson**  
**Cláudio de Azevedo, José Carlos Miranda,**  
**Rosa Maria Marques, Haroldo Freitas Pires**  
**de Saboia;** *Membros suplentes do Conselho de*  
*Curadores:* **Rodolfo Vianna Baldocchi, Breno**  
**de Souza Rocha e José Luis Oca.**

Membros do Conselho Fiscal  
*Presidente:* **Alexandre Varela;** *Membros*  
*efetivos:* **Leandro Tavares Fontes Coutinho e**  
**Miguel Tadeu Carvalho;** *Membros suplentes*  
*do Conselho Fiscal:* **Luciana Gomes de Araújo,**  
**Eliane da Silva.**

Conselho Editorial  
**Áurea Carolina**  
**Chico Alencar**  
**Cid Benjamin**  
**Denise Gentil**  
**Edmilson Rodrigues**  
**Gilmar Mauro**  
**Glauber Braga**  
**Guilherme Boulos**  
**Haroldo Saboia**  
**Ivan Valente**  
**Jean Wyllys**  
**José Paulo Neto**  
**Luciana Araújo**  
**Luciana Genro**  
**Luiz Araújo**  
**Luiza Erundina**  
**Marcelo Freixo**  
**Maria Rita Kehl**  
**Michael Löwy**  
**Milton Temer**  
**Valerio Arcary**

A Revista **Socialismo e Liberdade** é uma publicação da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do veículo. As ideias contidas neles são de responsabilidade de seus autores. Editor-chefe: **Gilberto Maringoni**. Comitê Executivo: **Denise Simeão, Edson Carneiro Índio, Fernando Antônio Pinto da Silva, Luiz Arnaldo Dias Campos, Luíza Coppieters, Mário Azeredo, Odilon Guedes, Rodolfo Vianna, Rosa Maria Marques, Valerio Arcary**. Produtor editorial: **André Trindade**. Revisão: **Maritza Waleska Arruda**. Editoração Eletrônica: **Alternativa Mídia e Gestão**.

Endereço para correspondências: Rua Barão de Limeira, 1400 - Campos Elíseos, São Paulo/SP - Brasil - CEP: 01202-002. Fones (55 11) 2985.6173 - 2985.5876. Site: [www.laurocampos.org.br](http://www.laurocampos.org.br) [fundacao@laurocampos.org.br](mailto:fundacao@laurocampos.org.br) - [facebook.com/laurocampos](https://facebook.com/laurocampos)  
Tiragem: 10 mil exemplares.

<b>EDITORIAL</b> _____	3
Francisvaldo Mendes de Souza	
<b>NATURALIZAMOS O HORROR?</b> _____	4
Maria Rita Kehl	
<b>GOVERNO BOLSONARO: CONFLITOS, CONTRADIÇÕES E PERSISTÊNCIAS</b> _____	10
Andrea Caldas	
<b>ENTREVISTA SÂMIA BOMFIM NÃO PODEMOS SUBESTIMAR O CAOS DA PANDEMIA E O NEGACIONISMO DE BOLSONARO</b> _____	18
Gilberto Maringoni	
<b>NAS ELEIÇÕES DISPUTAMOS A POLÍTICA, O PROJETO, A VIDA</b> _____	24
Francisvaldo Mendes de Souza	
<b>O MUNDO PÓS-PANDEMIA SE DECIDE AGORA</b> _____	29
Gilberto Maringoni	
<b>A LAVA JATO EM JULGAMENTO E O DESTINO DO LULA</b> _____	36
Valerio Arcary	
<b>DOENÇA E TRANSPORTE PÚBLICO: RODANDO EM FALSO</b> _____	40
Lúcio Gregori	
<b>CRISE SANITÁRIA, ESCOLA E TRABALHO DOCENTE</b> _____	44
Ingrid Ribeiro	
<b>LUTA DE CLASSES NA EDUCAÇÃO PÚBLICA, A COVID-19 E A VOLTA ÀS AULAS</b> _____	48
Neiva I. Lazzarotto	
<b>CORONAVÍRUS NA EDUCAÇÃO, UM RETROCESSO PREVISÍVEL</b> _____	50
Laura Cymbalista	
<b>BOLÍVIA: O GOLPISMO SOB A PROVA DAS URNAS</b> _____	52
Igor Fuser e Fábio Castro	
<b>AS ELEIÇÕES NOS ESTADOS UNIDOS E A CRISE: RESULTADO TERÁ REFLEXOS GLOBAIS</b> _____	60
Carlos Eduardo Martins	
<b>A SIMBIOSE ENTRE RECORD, SBT E BOLSONARO</b> _____	66
Bia Barbosa	
<b>A REVOLUÇÃO DE 30 AOS 90 A LONGA ERA VARGAS E A INDUSTRIALIZAÇÃO BLOQUEADA</b> _____	72
Lincoln Secco	
<b>QUADRINHOS LEANDRO ASSIS E TRISCILA OLIVEIRA</b> _____	80



## **E D I T O R I A L**

*Nesta edição da revista Socialismo e Liberdade, nº 30, aproximamo-nos das eleições de 2020 e já iniciamos a primavera no Brasil, porém no lugar de flores nascendo e decorando as estradas, campos e matas, encontramos a ameaça a vida com doenças e mortes. Sementes do poder que assolam o mundo com o capitalismo e seus genes autoritário deste governo do Brasil.*

*Os números disponíveis já ultrapassam 146 mil pessoas mortas. Fruto desta política que mata, onde o vírus é apenas o gatilho do momento. Nossa tarefa é de construir espaços para o conhecimento e a formação de uma inteligência coletiva potente com compromisso de estourar a bolha que impede o acúmulo da ciência, da filosofia e dos conhecimentos ancestrais. Precisamos aguçar e construir olhares e sensibilidades críticas abolindo o senso comum. São essas tarefas fundamentais para superar o capitalismo. Por isso seguiremos firmes e com práticas solidárias para espalhar na maioria do nosso povo - que é o agente - as mudanças necessárias que precisamos.*

*Nesta revista apostamos em apresentar informações e conhecimentos sobre o momento atual e apontamos abordagens críticas para os ataques que sofremos, coletivamente. Conseguir se manter vivo nesta descompostura da política com o tempo é um desafio para que nossa ação de revolucionários e insurgentes ganhe a dimensão de qualificar e melhorar a vida contra o individualismo decrépito.*

*Estamos próximos de duas eleições importantes no mês que vem, a dos E.U.A e a do Brasil, das quais os resultados eleitorais serão decisivos para fortalecer as mudanças ou para nos fragilizar ainda mais como sujeitos. Somos seres da política, quem decide e pode decidir pelo mundo que queremos com toda multiplicidade, diversidade, complexidade, e quem vive da venda da força de trabalho*

*para sobreviver.*

*Para além de mostrar que o trabalho também pode ser ação criativa e coletiva, precisamos avançar para que a mercadoria “força de trabalho” seja garantida para todas as pessoas e sustente a vida com dignidade. São desafios de todos os tempos que no momento pesa ainda mais forte com a pandemia.*

*É nesse sentido que cada artigo, cada contribuição e cada imagem, aqui apresentados, possui o grande desfecho de apontar e construir um outro mundo. Para nós, Socialismo e Liberdade traz a síntese de um mundo pleno, criativo, democratizante e que semeia a vida com dignidade. As variações e apresentações dos defensores da política de Estado contra os explorados, conhecida como necropolítica, em nosso tempo, assumem portes devastadores com esse (des)governo que nos oprime.*

*As eleições mostram-se um desafio de debater e conscientizar as pessoas para a defesa da vida, analisando o sistema transverso no mundo, e o que nos espera e, assim, apostamos em subsídios que nos ampliem como sujeitos singulares e coletivos em nosso tempo.*

*O importante da nossa revista do PSOL é sempre fazer dela um instrumento de aprendizagem, e para isso vamos conversar com cada companheira e companheiro e construir leituras coletivas e unidade que nos façam sempre mais que um indivíduo para que a vida seja mais que mercadoria. Na busca do conhecimento que defende a vida e a dignidade humana, é hora de divulgar, ler, estudar e compartilhar em debates e formação para nos deixar mais fortes e potentes na defesa da maioria das pessoas, além de fazer uma grande propaganda do nosso Partido.*

**Francisvaldo Mendes de Souza**  
**Diretor-presidente da Fundação**  
**Lauro Campos e Marielle Franco**

*É noite. Sinto que é noite/  
não porque a treva descesse/  
(bem me importa a face negra)/  
mas porque dentro de mim/  
no fundo de mim, o grito/  
se calou, fez-se desânimo//*

*Sinto que nós somos noite/  
que palpítamos no escuro/  
e em noite nos dissolvemos/  
Sinto que é noite no vento/  
noite nas águas, na pedra/  
E de que adianta uma lâmpada?/  
E de que adianta uma voz?...*

Carlos Drummond de Andrade,  
"Passagem da Noite", em *A  
rosa do Povo* (1943-45)

# Naturalizamos o **HORROR**

**Sim, naturalizamos o horror. Com o lockdown é mais fácil ficar em casa. Não olhar para o que se passa além da porta é um dever cívico. A não ser... a não ser quando a moçada se cansa e resolve lotar as praias. Ou apostar tudo numa balada animadíssima, cheia de gente num lugar fechado – dançando, compartilhando copos de cerveja, gritando, soltando e aspirando perdigotos**

## **Maria Rita Kehl**

Nós, humanos, nos acostumamos com tudo. Melhor: com quase tudo. Há vida humana adaptada ao frio do Ártico e ao sol do Saara, à mata Amazônica ou o que resta dela assim como às estepes russas. Há vida humana em palacetes e palafitas, em academias de ginástica e UTIS de hospital.

*E o pulso ainda pulsa*<sup>1</sup>. Há pessoas sequestradas por psicopatas durante décadas, há meninas e meninos estuprados pelo tio ou pelo patrão da mãe. Sem coragem de contar, porque podem levar a culpa pelo crime do adulto. E o pulso ainda pulsa.

Mas o Brasil – tenham dó! – tem capri-

chado no quesito do horror já faz tempo. Naturalizamos a escravidão, por exemplo. Durante mais de trezentos anos! E depois da abolição naturalizamos a miséria em que ficaram os negros até então escravizados: jogados nas ruas de uma hora para outra, sem trabalho, sem casa, sem ter o que comer. Pensem bem: o fazendeiro que explorava a mão de obra de, digamos,

<sup>1</sup> Arnaldo Antunes.

dois mil escravizados, ao se ver obrigado a pagar um salário de fome (até hoje?) aos que se tornaram trabalhadores livres, iria fazer o quê? Ficar no prejuízo? Claro que não. Decidiram forçar ainda mais o ritmo de trabalho de uns duzentos ou trezentos mais fortes e mandar os outros para o olho da rua. Sem reparação, sem uma ajuda do governo para começar a vida, sem nada. Daí que naturalizamos também um novo preconceito: os negros são vagabundos. Quando não são ladrões. Ou, então, incompetentes. Não são capazes de aproveitar as oportunidades de progredir, acessíveis a todos os cidadãos de bem.

Até hoje moradores de rua, pedintes e assaltantes amadores (os profissionais moram nos Jardins ou em Brasília) são identificados pelos vários tons de pele entre bege e marrom. É raro encontrar um louro entre eles. O mesmo vale para os trabalhadores com “contratos” precários: todos afrodescendentes. Achamos normal. *A carne mais barata do mercado é a carne preta*<sup>2</sup>. Para não cometer injustiças, nesse patamar estão também muitos nordestinos que chegaram à região Sudeste como retirantes de alguma seca. Às vezes acontece alguma zebra e um deles vira presidente da República. Cadeia nele.

Naturalizamos duas ditaduras, que se sucederam com intervalo democrático de, apenas, 19 anos entre elas<sup>3</sup>. Daí que naturalizamos as prisões arbitrárias também. “Alguma ele fez!” – era o nome de uma série satírica do grande Carlos Estevão, na seção *Pif Paf* da antiga revista *Cruzeiro*. A legenda era o comentário covarde de pessoas de bem, que observavam um pobre coitado apanhando da polícia ou arrastado pelos meganhas sem nenhuma ordem (oficial) de prisão. Naturalizamos a tortura também, para sermos coerentes. Afinal, ao contrário dos outros países do Cone Sul, fomos gentis com “nossos” ditadores e seus escalões armados. Não julgamos ninguém. Quem morreu, morreu. Quem sumiu, sumiu. *Choram Marias e Clarices na noite do Brasil*<sup>4</sup>.

Daí que naturalizamos também – por que não? – que nossas polícias, findo o período do terror de Estado, continuassem militarizadas. Como se estivessem em guerra.

<sup>2</sup> Marcelo D2.

<sup>3</sup> A ditadura Vargas terminou em 1945 e o golpe militar que duraria 21 anos foi em 1964.

<sup>4</sup> João Bosco e Aldir Blanc.

**O Brasil tem caprichado no quesito do horror já faz tempo. Naturalizamos a escravidão, por exemplo, durante mais de trezentos anos! E, depois da abolição, naturalizamos a miséria em que ficaram os negros até então escravizados, jogados nas ruas de uma hora para outra, sem trabalho, sem casa, sem terem o que comer**

Contra quem? Oras: contra o povo. Mas não contra o povo todo – alguns, nessa história, sempre foram menos iguais que os outros. Os pobres, para começar. Entre eles, á claro, os negros. Esses elementos perigosos para a sociedade, cujos antepassados não vieram para cá a passeio. Aprendizes do período ditatorial prosseguiram com as práticas de tortura nas delegacias e presidio. De vez em quando some um Amarildo. De vez em quando um adolescente infrator é amarrado num poste, pela polícia ou por cidadãos de bem.

#### **TOLERANTES, MAS NEM TANTO**

Mas calma aí, nem tudo se admite assim, no jeitinho brasileiro: que uma presidenta mulher tenha sido eleita em 2010 já foi uma grande concessão. Pior, uma presidenta vítima de tortura no passado – bom, se ela não nos lembrar disso a gente pode deixar pra lá. Mas a coisa vai além: uma presidenta mulher, vítima de tortura no passado, que resolve colocar em votação no Congresso – e aprovar! – a instauração de uma Comissão da Verdade??? Aí também é demais. Por isso mesmo achamos normal que um capi-





tão reformado (alguma ele fez?) tenha desafiado a Câmara dos Deputados ostentando, durante uma audiência pública, o livro de Carlos Alberto Brilhante Ustra, um dos torturadores mais cruéis daquele período. Parece que isso se chama quebra de decoro parlamentar, mas os colegas do provocador não quiseram ser intolerantes. “Brasileiro é bonzinho”, como dizia uma personagem representada por Kate Lyra no antigo programa *Praça da Alegria*.

Por isso, também achamos normal que a tal presidenta, que provocou os brios das pessoas de bem ao instaurar uma comissão para investigar crimes de *lesa humanidade* praticados naquele passado esquecido, tenha sofrido *impeachment* no meio do segundo mandato. Seu crime: “pedaladas fiscais”. Parece que antes de virar crime essa era uma prática comum e, às vezes, até necessária, e se constitui em antecipações de pagamentos por parte de bancos públicos para cobrir déficits do tesouro, reembolsáveis mais adiante.

Também achamos normal que o melhor presidente que o país já teve tenha sido preso – por que, mesmo? Ah, um pedalinho

num sítio em Atibaia<sup>5</sup>. Ah, um apartamento no Guarujá<sup>6</sup>, calma lá! Não é muita re-

5 “Propriedade” desmentida pelo próprio Marcelo Odebrecht, sócio da construtora do edifício no qual se situa o apartamento, que nesse caso deixou passar uma oportunidade de “delação premiada”. Com o tal “prêmio” naturalizamos a delação também, claro.

6 O MTST e a Frente Povo Sem Medo “invadiram” e filmaram o tal apartamento, em abril de 2018. À época, Guilherme Boulos declarou: “Se é do Lula, o povo poderá ficar”. Revelaram aos oponentes indignados a modéstia do pequeno apartamento que seria do ex-presidente do Brasil.

galia para um filho de retirantes, torneiro mecânico, líder sindical? Um que tentou três vezes e se elegeu na quarta, com uma prioridade na qual até então ninguém tinha pensado: tirar o Brasil do mapa da fome... Que pretensão. Pior é que, durante algum tempo, conseguiu a façanha com a aprovação de uma lei que instituiu o Bolsa Família – essa, cujo usufruto, aliás, algumas famílias devolviam ao Estado, em prol de outros mais necessitados, tão logo conseguiam abrir um pequeno negócio, como um pequeno salão de beleza, um galinhei-

**Achamos normal que um capitão reformado tenha desafiado a Câmara dos Deputados, ostentando, durante uma audiência pública, o livro de Carlos Alberto Brilhante Ustra, um dos torturadores mais cruéis daquele período**

**Aqui estamos,  
pois. O tal  
apologista da  
tortura se tornou  
presidente  
do país. No  
segundo ano de  
seu mandato,  
a pandemia  
de coronavírus  
chegou ao Brasil.  
O machista  
intrépido, que  
afirmou ter tido  
uma filha mulher  
depois de três  
filhos homens  
porque *fraquejou*,  
achou que uma  
boa medida em  
prol da saúde de  
seus governados  
seria insultar o  
vírus. Começou  
por chamar o  
dito cujo de  
*gripezinha*. Para  
provar que estava  
com a razão,  
compareceu  
e continua a  
comparecer a  
manifestações de  
apoiadores sem  
usar a máscara  
protetora**

ro, uma videolocadora'...

Algumas dessas famílias chegaram a cometer o grande abuso de comprar passagens aéreas para visitar seus parentes espalhados pelo Brasil. As pessoas de bem às vezes reagiam. Não foi só uma vez que, na fila de embarque, ouvi o comentário indignado – *esse aeroporto está parecendo uma rodoviária!* Esse horror de conviver com pobres dentro do avião nunca foi naturalizado.

Além disso, o tal presidente persistente, por meio do Ministro da Educação, Tarso Genro, conseguiu aprovar pelo ProUni um programa de bolsas para alunos carentes. Entre estes, muitos trabalhavam na adolescência para ajudar as famílias e tinham menos tempo para estudar do que os candidatos das classes médias e altas. Outra lei provocativa foi a que instituiu as cotas para facilitar o acesso às universidades de jovens de famílias descendentes de escravizados.

Ana Luiza Escorel, professora da UFRJ, contou uma vez em conversa informal que os cotistas, no curso ministrado por ela, eram com muita frequência os mais empenhados. Faz sentido: a oportunidade de fazer um curso superior faria uma diferença muito maior na vida dos cotistas do que dos filhos das classes médias e altas. *Esse*

---

7 Cito de memória uma reportagem publicada pela Folha de S. Paulo durante o segundo governo Lula – lamento não ter como citar a data da publicação.

*mundo está perdido, Sinhá!* Diria Tia Nastácia, que Emília chamava de “negra beicuda” (credo!) nos livros de Monteiro Lobato.

### **ENTÃO, EM 2018...**

... naturalizamos, por que não?... as chamadas *fake news*. Até hoje, em alguma discussão política com motoristas de táxi – esses disseminadores voluntários ou involuntários de notícias falsas – eu me exalto quando o sujeito não quer nem ouvir que eu conheço o Fernando Haddad desde que ele era apenas o jovem estudante de Direito, filho de um comerciante de tecidos. Foram 80 diferentes *fake news* contra ele e sua candidata a vice, Manuela d'Ávila, na 1ª semana depois do 1º turno. A série das mentiras começou com um suposto apartamento de cobertura num prédio de alto padrão – o que não seria crime algum, se comprado com dinheiro obtido pelo morador. Só que o apartamento em que a família Haddad morava na época era de classe média, não de alto padrão. A mentira seguinte era a posse de uma Ferrari – com motorista! Se fosse verdade, seria uma ostentação pra lá de brega. Segue o circo de horrores: acusação de estupro de uma criança de doze anos; de ter em seu programa de governo o projeto de lançamento de um “kit gay” (?) nas escolas e de instituir “mamadeiras de piroca” (?) nas creches públicas. Por fim, a pior das notícias: o candidato do PT teria baseado



JOÃO PAULO GUIMARÃES/REPÓRTER BRASIL



seu projeto de governo num decálogo leninista em defesa da guerrilha. Hein??? Foi o coroamento de uma sequência de absurdos que só não foram cômicos porque o Judiciário deixou passar impune ... e nos condenou a um final trágico.

Aqui estamos, pois. O tal apologista da tortura se tornou presidente do país. No segundo ano de seu mandato, a pandemia de coronavírus chegou ao Brasil. O machista intrépido, que afirmou ter tido uma filha mulher depois de três filhos homens porque *fraquejou*, achou que uma boa medida em prol da saúde de seus governados seria insultar o vírus. Começou por chamar o dito cujo de *gripezinha*. Para provar que estava com a razão, compareceu e continua a comparecer a manifestações de apoiadores sem usar a máscara protetora<sup>8</sup>. Continua a fazer essas aparições demagógicas semanais, com chapéu de *cowboy* (hein?), cuspidor perdigotos amorosos entre os eleitores. O narcisista só consegue olhar o outro pela lente de sua autoimagem. Se ele teve o vírus e nem foi hospitalizado, por que essa frescura de máscaras e luvas? Coisa de boiola.

### **E OS QUE NÃO TÊM PÃO? QUE COMAM BOLO...**

<sup>8</sup> A máscara, obrigatória, tem a função de proteger o outro, assim como as máscaras alheias protegem você.



**E já que ninguém está olhando, que tal liberar as florestas para o agronegócio? A Amazônia arde, o Pantanal queima. O vice-presidente também faz pouco caso. Para um governo cujo Ministro da Saúde recusou a entrega de remédios para populações indígenas, os incêndios na mata onde várias etnias vivem e de onde tiram seu sustento são uma espécie bem-vinda de fogo amigo**

E já que ninguém está olhando, que tal liberar as florestas para o agronegócio? A Amazônia arde, o Pantanal queima. O vice-presidente também faz pouco caso. Para um governo cujo Ministro da Saúde recusou a entrega de remédios para populações indígenas, os incêndios na mata onde várias etnias vivem e de onde tiram seu sustento são uma espécie bem-vinda de fogo amigo. A Amazônia, maior bioma do mundo, não se regenera quando incendiada. O que não virar pasto um dia vai produzir um matinho secundário mixuruca. Amazônia, nunca mais? A economia, ou melhor, o lucro do agronegócio, tem segurado a moral da tropa governamental.

Por outro lado, a inexistência de políticas públicas para amparar os milhões de trabalhadores desempregados e comerciantes falidos atingidos pela pandemia tem despejado diariamente milhares de brasileiros para morar nas ruas. Os R\$ 600 responsáveis pelo aumento da aprovação do presidente evitam que alguns morram de fome. Os que já estão nas ruas não têm como se cadastrar para receber o auxílio. A situação dessas famílias é agravada pelo fato de que, durante o *lockdown*, pouca gente circula na rua. Agora, aqueles que já sofriam a humilhação de ter de suplicar por uma moeda ou uma xícara de café com leite para aquecer o corpo, já não têm mais nem a quem pedir. As ruas, na melhor das hipóteses, estavam quase desertas porque

muita gente respeitava o isolamento social. Agora, quando em São Paulo o surto deu uma pequena recuada, os “consumidores” voltaram a circular, mas com medo até de olhar nos olhos do morador de rua faminto. Contornam seus corpos sem olhá-los nos olhos: para se pouparem de algum mal-estar moral? Ou será que de fato não os veem?

Por uma razão ou por outra, devemos admitir que, sim, naturalizamos o horror. Com o *lockdown* é mais fácil ficar em casa e não olhar para o que se passa além da porta. É um dever cívico. A não ser... a não ser quando a moçada se cansa e resolve lotar as praias. Ou apostar tudo numa balada animadíssima, cheia de gente num lugar fechado – dançando, compartilhando copos de cerveja, gritando, soltando e aspirando perdigotos. O Brasil regrediu a 1968, depois a 1964, e agora a 1936:

*Viva la muerte!*

**P.S. Uma pergunta, para terminar: por que o Queiroz depositou 89 mil na conta de Michele Bolsonaro?**



**Maria Rita Kehl**  
é psicanalista,  
jornalista e crítica  
literária. Integrou a  
Comissão Nacional  
da Verdade (2012-14).

## Andrea Caldas

As pesquisas de opinião acerca da popularidade do governo Bolsonaro, divulgadas nos meses de agosto e setembro, vêm causando perplexidade ou, no mínimo, questionamentos entre os círculos políticos, acadêmicos e de comunicação.

O levantamento realizado pelo Instituto Data Folha, entre os dias 11 e 12 de agosto, indica que

o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) está com a melhor avaliação desde que começou o mandato. Segundo o Datafolha, 37% dos brasileiros consideram o governo ótimo

ou bom. Antes, o percentual era de 32% em pesquisa realizada nos dias 23 e 24 de junho.” A queda na curva de rejeição foi ainda mais acentuada: 34% consideram o governo ruim e péssimo, diferentemente dos 44% que assim o avaliavam, em junho. (APROVAÇÃO A BOLSONARO... FSP, 13 de agosto de 2020. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/poder/2020/08/aprovacao-a-bolsonaro-sobe-e-e-a-melhor-desde-o-inicio-do-mandato-diz-datafolha.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/08/aprovacao-a-bolsonaro-sobe-e-e-a-melhor-desde-o-inicio-do-mandato-diz-datafolha.shtml)) Esse aumento da aprovação coincide com a implantação do auxílio emergencial, que representou a injeção de cerca

de 200 milhões na economia interna e foi dirigido potencialmente a 65,4 milhões de pessoas<sup>1</sup>, entre os seguintes grupos: mães adolescentes; desempregados(as); trabalhadores(as) informais, microempreendedores(as) individuais, com renda familiar

<sup>1</sup> Registros atualizados, no início de julho, pela Dataprev indicavam que “aproximadamente, 124,2 milhões de pessoas foram, diretamente ou indiretamente, beneficiadas pelo Auxílio Emergencial do Governo Federal.” O número contabiliza os 65,4 milhões de cidadãos considerados elegíveis, pelos critérios da Lei nº13.982 de 2 de abril de 2020 e os membros de suas famílias. Disponível em: [portal2.dataprev.gov.br/auxilio-emergencial-alcanca-mais-da-metade-da-populacao-brasileira](http://portal2.dataprev.gov.br/auxilio-emergencial-alcanca-mais-da-metade-da-populacao-brasileira)

# GOVERNO BOLSONARO: conflitos, contradições e persistências

**Ainda que o interesse de classe seja um dos robustos alicerces da sustentação do condomínio presidencial, especialmente pela agenda econômica dirigida – inegavelmente – ao favorecimento do mercado financeiro, agronegócio, empresariado nacional, bem como internacional, não é possível desprezar que uma parte do eleitorado de Bolsonaro foi composta pelos mais pobres, mesmo antes do auxílio emergencial**

mensal per capita de até 1/2 (meio) salário-mínimo ou a renda familiar mensal total de até 3 (três) salários mínimos.

Foi exatamente neste segmento - desempregados (as) ou trabalhadores (as) com renda até dois salários mínimos- que Bolsonaro cresceu.

Essa última flutuação na avaliação acaba compensando a queda anterior registrada nos meses de abril e maio, após a divulgação de vídeo da reunião ministerial, a demissão do ministro Sérgio Moro, a prisão de Fabrício Queiroz – ex-assessor de Flávio Bolsonaro, investigado no caso das “rachadinhas” e vinculação com as milícias – além dos embates com o STF e

a participação do presidente em atos pedindo o fechamento do Congresso.

Tais eventos, aliados ao tratamento negacionista da pandemia da Covid-19, acabaram afetando a popularidade de Bolsonaro entre os segmentos médios, conforme já indicava a análise de Mário Azeredo, na edição anterior desta revista.<sup>1</sup>

Entender as oscilações na percepção social sobre a gestão presidencial, especialmente, as condições da sustentação e das contradições é fundamental para fortalecer as condições de superação da hegemonia conservadora e regressiva, em nosso país. Este artigo pretende trazer alguns elementos a este debate e compreensão.

**A vitória de Bolsonaro, com 55,13% dos votos válidos frente aos 44,87% de Fernando Haddad (PT), não se apoiou em um programa econômico explícito, mas, antes se assentou no discurso machista, homo/trans/lesbofóbico, racista e autoritário que ganhou espaço, especialmente, entre o eleitorado conservador**

## 1. O CONDOMÍNIO DE ALIANÇAS:

Luis Felipe Miguel<sup>II</sup> nos lembra que Jair Bolsonaro foi eleito como um “herdeiro indesejado do golpe de 2016”.

De fato, o “obscuro parlamentar do baixo clero” - nas palavras da Folha de São Paulo (op.cit) - não era, ao menos até o final do primeiro turno da eleição presidencial de 2018, o candidato preferido do mercado financeiro, dos segmentos empresariais e mesmo dos grandes conglomerados da mídia. A mudança de figurino começou a ocorrer quando os candidatos portadores da agenda impopular do mercado e do ultraliberalismo recessivo não decolaram e o risco de um retorno às chamadas políticas anticíclicas, representadas pelos candidatos Fernando Haddad (PT) e Ciro Gomes (PDT), avizinham-se.

A vitória de Bolsonaro, com 55,13% dos votos válidos frente aos 44,87% de Fernando Haddad (PT), não se apoiou em um programa econômico explícito, mas, antes se assentou no discurso machista, homo/trans/lesbofóbico, racista e autoritário

	JUL/19 <sup>1</sup>	DEZ/19 <sup>2</sup>	ABR/20	MAI/20 <sup>3</sup>	JUN/20 <sup>4</sup>	AGO/20 <sup>3</sup>
<b>ÓTIMO/BOM</b>	33%	30%	33%	33%	32%	<b>37%</b>
<b>RUIM/PÉSSIMO</b>	33%	36%	38%	<b>43%</b>	44%	34%
<b>REGULAR</b>	31%	32%	26%	22%	23%	27%

**Observações:**  
<sup>1</sup> 6 meses de governo  
<sup>2</sup> 1 ano de governo  
<sup>3</sup> Divulgação de vídeo da reunião ministerial e demissão de Sérgio Moro  
<sup>4</sup> Prisão de Fabrício Queiroz  
<sup>5</sup> Auxílio Emergencial

**Fonte:** Datafolha

que ganhou espaço, especialmente, entre o eleitorado conservador.

Foi, contudo, nos bastidores do mercado financeiro e das entidades empresariais que a agenda econômica ultraliberal foi negociada pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, integrante do Instituto Millenium – *think tank* do pensamento conservador- e seguidor das ideias de Mises e Hayek, ideólogos do neoliberalismo.

Foi com a combinação do discurso conservador, virulento e moralista e o ocultamento da agenda recessiva que o governo Bolsonaro iniciou o governo com uma apertada vitória, ao lado de expressivo número de abstenções eleitorais, no segundo turno (mais de 30 por cento entre brancos, nulos e abstenções).

Nesses quase dois anos de governo, Bolsonaro tem mantido um platô de aprovação



em torno de 30%<sup>2</sup>, empatado com a rejeição e a abstenção, com algumas eventuais oscilações, conforme podemos observar no quadro *TABELA 1*.

As oscilações conjunturais têm sido observadas, especialmente, entre a chamada “classe média” – esta faixa tão ampla, quanto inexata, na definição cunhada pelo governo federal em 2012<sup>3</sup>. Há, entretanto, uma cristalização dos que sempre aprovam e os que sempre reprovam.

Nas últimas pesquisas, a maior reprovação do governo Bolsonaro tem se mantido praticamente inalterada entre as mulheres e jovens de 16 a 24 anos. Por outro lado, o

<sup>2</sup> Essa aprovação, mesmo nos seus picos, ainda é inferior aos últimos presidentes. Lula chegou ter 83% de aprovação; Dilma, 56% e Fernando Henrique Cardoso; 47%. (Dados do Datafolha)

<sup>3</sup> A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), em 2012, estabeleceu novos critérios para a identificação da classe média brasileira, grupo que passou a ser definido por famílias com renda per capita entre R\$ 441 e R\$ 1.019 e renda familiar entre R\$ 1.764 e R\$ 4.076.

**O atual momento de agravamento da crise global de acumulação de capital, a partir de 2008, traz como corolário ideológico não a gestão da crise, como ocorreu em períodos anteriores, especialmente no ideário das chamadas políticas anticíclicas, mas a manutenção da crise em patamares administráveis. Algo como uma UTI que mantém o paciente - no caso, o sistema capitalista - respirando por aparelhos**

chamado grupo fiel a Bolsonaro é formado pelas pessoas que ganham mais de cinco salários mínimos, sendo que um terço deles está entre as chamadas classes A e B e são brancos, na maioria. Conforme análise de Reginaldo Prandi há, nesse grupo, um forte componente de adesão emocional e de lealdade ao presidente. (ADEPTOS FIÉIS... FSP, 2 de julho de 2020. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/poder/2020/07/adeptos-fieis-a-bolsonaro-sao-15-da-populacao-adulta-indica-datafolha.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/07/adeptos-fieis-a-bolsonaro-sao-15-da-populacao-adulta-indica-datafolha.shtml)).

Ainda que o interesse de classe seja um dos robustos alicerces da sustentação do condomínio presidencial, especialmente pela agenda econômica dirigida – inegavelmente - ao favorecimento do mercado financeiro, agronegócio, empresariado nacional, bem como internacional, não é possível desprezar que uma parte do eleitorado de Bolsonaro foi composta pelos mais pobres, mesmo antes do auxílio emergencial.

André Singer publicou, em 2018, o livro “O lulismo em crise: um quebra-cabeça do governo Dilma (2011-2016)”<sup>III</sup>, onde já apontava a desagregação da base de apoio popular que outrora apoiou os governos petistas, a partir das políticas recessivas que começam a ser implantadas, no segundo mandato da presidenta Dilma.

Há também outro e não menos importante componente, nesse apoio de segmentos populares a Bolsonaro, que é consubstanciado no chamado fundamentalismo religioso, capitaneado, principalmente, pelas chamadas igrejas neopentecostais.

“Em outubro de 2018, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) lançou o manifesto “O Brasil para os Brasileiros”, com detalhada agenda econômica e clara pauta conservadora de costumes, além de ter oficializado apoio ao então candidato Jair Bolsonaro (PSL). (TRANSIÇÃO RELIGIOSA...IHU, Unisinos, 6 de dezembro de 2018. Disponível em: [www.ihu.unisinos.br/78-noticias/585245-transicao-religiosa-catolicos-abaixo-de-50-ate-2022-e-abaixo-do-percentual-de-evangelicos-ate-2032](http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/585245-transicao-religiosa-catolicos-abaixo-de-50-ate-2022-e-abaixo-do-percentual-de-evangelicos-ate-2032))

Não por acaso, Damares Alves, pastora evangélica e advogada fundadora da Associação Nacional de Juristas Evangélicos, segundo pesquisa realizada pelo Datafolha de dezembro de 2019, era a segunda ministra melhor avaliada do governo Bolsonaro, ficando atrás, apenas, de Sérgio Moro que, hoje, não é mais ministro.

Damares possui o apoio de 39% daque-

les que têm renda familiar mensal de mais que dez salários mínimos, 43% de dois a dez salários e 42% entre aqueles com menos de dois salários mínimos. Para efeito de comparação, Sérgio Moro, que possui 53% de aprovação na média geral, sobe a 73% na faixa de renda de mais de 10 salários mínimos e desce a 46% na fatia mais pobre. A ministra também pontua bem entre todas as faixas etárias e até entre aqueles que simpatizam com o Partido dos Trabalhadores (PT): 29% dos eleitores petistas também aprovam a ministra. (DAMARES DEMONSTRA...El Pais, Brasil, 27/01/2020. Disponível em: [brasil.elpais.com/brasil/2020-01-28/damares-demonstra-forca-entre-os-mais-pobres-e-acende-alerta-na-esquerda.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-28/damares-demonstra-forca-entre-os-mais-pobres-e-acende-alerta-na-esquerda.html))

## **2. A CAPITALIZAÇÃO DA CRISE:**

Se a agenda recessiva do capitalismo em crise não tem conseguido angariar apoio eleitoral, como demonstraram as últimas eleições presidenciais, a sua sustentação - ao menos, inercial - é algo que desafia muitas análises, no campo progressista.

Para além da resposta fácil e superficial que caricaturiza o “pobre de direita” ou da acusação retórica à “mídia golpista”, alguns pesquisadores e militantes vêm tentando desvendar a esfinge do atual momento de pré-barbárie, sem desconsiderar as resistências e movimentos contra hegemônicos.

Chico Oliveira, em “Brasil: uma biografia não autorizada”<sup>IV</sup> assinala que “o padrão de crise do desenvolvimento tornou-se o padrão normal do período neoliberal” (OLIVEIRA, 2018, p.68).

O atual momento de agravamento da crise global de acumulação de capital, a partir de 2008, traz como corolário ideológico não a gestão da crise, como ocorreu em períodos anteriores, especialmente no ideário das chamadas políticas anticíclicas, mas a manutenção da crise em patamares administráveis. Algo como uma UTI que mantém o paciente - no caso, o sistema capitalista - respirando por aparelhos.

O neoliberalismo só se sustenta e se reforça porque governa mediante a crise. Com efeito, desde os anos 1970, o neoliberalismo se nutre das crises econômicas e sociais que gera. Sua resposta é invariável: em vez de questionar a lógica que as provocou, é preciso levar

**O Chile aparece como o exemplo sempre citado, especialmente, aqui na América Latina, do sucesso da implantação das políticas neoliberais, ainda nos anos 70, com a adoção de contingenciamentos, privatizações massivas, demissões de servidores públicos, introdução do sistema de capitalização individual na previdência e abertura do mercado internacional. Os propagandistas desse modelo ostentam as taxas de crescimento econômico, contudo, elidem a alta concentração de renda gerada, que legou ao Chile o lugar de 3º maior concentração de renda no topo da pirâmide**

ainda mais longe essa mesma lógica e procurar reforçá-la indefinidamente. Se a austeridade gera déficit orçamentário, é preciso acrescentar uma dose suplementar. Se a concorrência destrói o tecido industrial ou desertifica regiões, é preciso aguçá-la ainda mais entre as empresas, entre os territórios, entre as cidades. Se os serviços públicos já não cumprem sua missão, é preciso esvaziar esta última de qualquer conteúdo e privar os serviços dos meios que precisam. Se a diminuição de impostos para os ricos ou empresas não dão os resultados esperados, é preciso aprofundar ainda mais nisto, etc. (DARDOT, P. & LAVAL, C., 2019).<sup>V</sup>

É nessa direção, que Mises – economista austríaco, tido como mentor teórico de Hayek - vem sendo recuperado pelos ultraliberais e neoliberais. Segundo essa corrente de pensamento:

A economia de mercado é um sistema de perdas e ganhos, no qual a perspicácia e a habilidade dos empreendedores são medidas pelos lucros e prejuízos que acumulam. A economia de mercado, além do mais, contém um mecanismo intrínseco, um tipo de seleção natural que assegura a sobrevivência e a prosperidade dos melhores prognosticadores e, conseqüentemente, a extinção dos piores. Pois quanto maiores os lucros coletados pelos bons prognosticadores, maiores serão as responsabilidades gerenciais, e mais recursos eles terão disponíveis para investir no sistema produtivo. Por outro lado, alguns anos de prejuízos irão empurrar os maus prognosticadores para fora do mercado, colocando-os na categoria de empregados assalariados. (ROTHBARD, 2009)<sup>VI</sup>

Sendo assim, o “mercado livre e desimpedido” encontraria a própria resolução das crises, enquanto a ingerência “artificial” do Estado acentuaria as crises, pelo aumento do déficit primário, gerando perda de confiança dos mercados e aumento de impostos.

O Chile aparece como o exemplo sempre citado, especialmente aqui na América Latina, do sucesso da implantação das políticas neoliberais, ainda nos anos 70, com a adoção de contingenciamentos, privatizações massivas, demissão de servidores públicos, introdução do sistema de capitaliza-



ção individual na previdência, abertura do mercado internacional. Os propagandistas desse modelo ostentam as taxas de crescimento econômico, contudo, elidem a alta concentração de renda gerada, que legou ao Chile o lugar de 3º maior concentração de renda no topo da pirâmide.

Essa ampliação da desigualdade e perda de direitos é sempre um potencial propulsor de insatisfações e instabilidades e esse fato

não é ignorado pelos teóricos do “não há alternativa”.

É aí que o casamento entre o pensamento econômico - que tem sido chamado por alguns autores de novo neoliberalismo - e as ideias conservadoras ou neoconservadoras encontram necessidade e funcionalidade.

O neoliberalismo já não precisa de sua imagem liberal ou democrática, como nos bons tempos que era necessário

chamar, com razão, de neoliberalismo clássico. Essa imagem inclusive se tornou um obstáculo para a dominação, coisa que somente é possível porque o governo neoliberal não hesita em instrumentalizar os ressentimentos de um amplo setor da população, falta de identidade nacional e de proteção pelo Estado, dirigindo-os contra bodes expiatórios. No passado, muitas vezes,



MÍDIA NINJA

o neoliberalismo se associou com a abertura, o progresso, as liberdades individuais, com o Estado de direito. Atualmente, conjuga-se com o fechamento de fronteiras, a construção de muros, o culto à nação e a soberania do Estado, a ofensiva declarada contra os direitos humanos, acusados de colocar em perigo a segurança. (DARDOT, P. & LAVAL, C., 2019)<sup>VII</sup>

Assim, os valores conservadores, o apelo à moral e o dogma religioso ocupam o espaço da argamassa necessária aos indivíduos atomizados, livres para estabelecerem relações contratuais, sem as amarras estatais, mas, blindados pela moral e pela unidade familiar.

Entre os segmentos mais empobrecidos, a normalização da crise que já repousa na materialidade da realidade cotidiana e histórica de privação, encontra reforço no discurso religioso da resignação moral, do esforço e do empreendedorismo<sup>4</sup>. Dessa

4 Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2017, sobre o imaginário social dos moradores da periferia de São Paulo, retratou como o avanço do consumo, do neopentecostalismo e do empreendedorismo popular estão correlacionados com uma intensa presença dos valores liberais do “faça você mesmo”, do individualismo, da competitividade e da eficiência. (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2017. Disponível em: [fpabramo.org.br/2017/03/25/percepcoes-na-periferia-de-sao-paulo](http://fpabramo.org.br/2017/03/25/percepcoes-na-periferia-de-sao-paulo))

**O grande desafio do campo da esquerda é – como sempre – entender a realidade, conectar-se com o sentimento e a percepção das pessoas e, especialmente, disputar a crença na possibilidade de um mundo e de uma realidade inclusiva, justa, igualitária e democrática**

forma, o credo neopentecostal - e o apelo à teologia da prosperidade, à disciplina, à hierarquia e à rigidez de códigos morais - conforma-se como a ética necessária ao capitalismo em crise.<sup>5</sup>

### **3. CONFLITOS E CONTRADIÇÕES EM MARCHA:**

Se o governo se mantém equilibrado na aliança entre o Mercado e a Igreja, é também verdade que a funcionalidade dessa parceria não deixa de possuir pontos de atrito e contradição.

5 Marcelo Neri, coordenador da pesquisa “O Novo Mapa das Religiões” (FGV), em entrevista a O Globo, apontou possíveis relações entre o crescimento do neopentecostalismo no Brasil e a crise econômica: “Sabemos pelo último estudo que, entre 2003 e 2009, anos de crescimento econômico, houve simultaneamente um *boom* de igrejas protestantes tradicionais. Partindo do clássico “A ética protestante e o espírito do capitalismo” (1905), do sociólogo Max Weber, enquanto o protestantismo tradicional liberou o cidadão da culpa católica de acumulação capital, as novas formas pentecostais liberaram a acumulação de capital por meio da igreja. Além disso, estudos em outros países mostram que, quando ocorrem crises econômicas como a que passamos, há um grande crescimento das igrejas neopentecostais. De alguma forma, elas parecem ter estrutura para crescer em momentos como este.” (MARCELO NERI: CRISE FAVORECE NEOPENTECOSTAIS. O Globo, 30/12/2017. Disponível em: [oglobo.com/cultura/marcelo-neri-crise-favorece-neopentecostais-22240291](http://oglobo.com/cultura/marcelo-neri-crise-favorece-neopentecostais-22240291))



A agenda da ortodoxia econômica, ostentada por Paulo Guedes e ancorada no dogma absoluto do teto de gastos sociais, teve que recuar diante do aumento da miserabilidade e da insegurança social gerados pela pandemia da Covid-19, e assimilar o auxílio-emergencial, no valor de 600 reais – proposto pela bancada do PSOL – gerando críticas nos aliados do “mercado”.<sup>6</sup>

Se de um lado, o governo soube se apro-

---

6 Miriam Leitão, em artigo de 19 de agosto de 2020, n' O Globo, sob o título “O insustentável peso do auxílio”, despejou toda sua contrariedade, e por que não dizer, decepção, com as “concessões” do ministro Guedes: “A Petrobras valia ontem a preço de mercado R\$ 300 bilhões. O auxílio emergencial custa o dobro disso em um ano. Se fosse mantido por doze meses, seriam R\$ 600 bilhões. Vinte vezes mais do que o Bolsa Família, que no mesmo período consome R\$ 30 bilhões. O auxílio que tem tal peso nas contas é o que encanta o presidente Bolsonaro. O ministro Paulo Guedes oferece um prêmio de consolação: o Renda Brasil. Ele será insuficiente para manter a sensação dada a quem recebeu o auxílio nesta pandemia. Esse é o centro de um dos dilemas de Paulo Guedes. O auxílio reduziu o peso da recessão e aumentou a popularidade do presidente. Contudo, tem um custo impagável. O outro dilema são os investimentos pedidos pelos militares e as obras defendidas pelos ministros setoriais. Separadas podem ter boas justificativas, todas juntas serão a pá de cal no programa que o ministro vendeu ao mercado como aquele que seria aplicado durante o governo Bolsonaro. Resta pouca coisa do programa original. Não foi feita a privatização, a reforma administrativa mofa na gaveta presidencial, a capitalização foi derrubada pelo Congresso, a abertura comercial virou um acordo com a União Europeia de incerta homologação. Se descarrilhar o gasto, nada restará.” (O INSUSTENTÁVEL... Globo, 19 de agosto de 2020. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/o-insustentavel-peso-do-auxilio.html>)

---

I AZEREDO, Mário. Só as ruas podem superar o caos econômico e sanitário. Revista Socialismo e Liberdade, Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, n.29.

II MIGUEL, Luis Felipe. Bolsonaro: Caos e Continuidade. Revista Socialismo e Liberdade, Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, n.29.

III SINGER, André. O lulismo em crise: um quebra-cabeça do governo Dilma (2011-2016). São Paulo, Companhia da Letras, 2018.

IV OLIVEIRA, Francisco de. Brasil: uma biografia não autorizada. SP, Boitempo, 2018.

V DARDOT, P; LAVAL, C. A “Nova” fase do neoliberalismo. 29 de janeiro de 2019. Disponível em: [outraspalavras.net/outrasmidias/dardot-e-laval-a-nova-fase-do-neoliberalismo](https://outraspalavras.net/outrasmidias/dardot-e-laval-a-nova-fase-do-neoliberalismo)

VI ROTHBARD, Murray. Depressões econômicas: a causa e a cura. 3 de fevereiro de 2009. Disponível em: [www.mises.org.br](http://www.mises.org.br)

VII DARDOT, P; LAVAL, C. op.cit.

**A agenda da ortodoxia econômica, ostentada por Paulo Guedes e ancorada no dogma absoluto do teto de gastos sociais, teve que recuar diante do aumento da miserabilidade e da insegurança social gerados pela pandemia da Covid-19, e assimilar o auxílio-emergencial, no valor de 600 reais – proposto pela bancada do PSOL – gerando críticas nos aliados do “mercado”**

prior desse programa como se fosse ideia dele; do outro, o recuo e mesmo a diminuição do valor, prevista para acontecer nos próximos meses, pode abalar, novamente, os flutuantes índices de popularidade.

Da mesma forma, o discurso belicoso e agressivo do presidente diante da oposição, da imprensa, do Congresso e do STF, que intumescia os seguidores mais fervorosos, teve que recuar depois das denúncias envolvendo assessores e familiares, e da crise

com as votações no Congresso Nacional.

Mesmo em tempos de distanciamento social, mobilizações políticas e sociais aconteceram entre os jovens, a militância antifascista, os entregadores de aplicativos e, agora, os trabalhadores(as) do Correio.

Há movimento, há espaço de ação e atuação, mas há também decepção, apatia, miserabilidade e medo.

O grande desafio do campo da esquerda é – como sempre – entender a realidade, conectar-se com o sentimento e a percepção das pessoas e, especialmente, disputar a crença na possibilidade de um mundo e uma realidade inclusiva, justa, igualitária e democrática.



**Andréa Caldas é professora associada da Universidade Federal do Paraná.**

**Doutora em Educação. Integrante do Grupo de Pesquisa Relações Público e Privado na Educação (GPRPPE/UFRGS). Filiada ao PSOL.**

Entrevista

# Sâmia Bomfim

## “ Não podemos subestimar o caos da pandemia e o negacionismo de Bolsonaro

A líder da bancada do PSOL na Câmara dos Deputados fala do espanto que sentiu ao chegar em Brasília, no início do primeiro mandato: “Fiquei chocada pelo descompromisso que os parlamentares governistas têm com o país. Ali, temos a política levada à concepção de likes no Facebook, a visualizações no YouTube e ao negacionismo e obscurantismo como normas de conduta. Não tem debate político. Quanto mais baixo o nível, melhor para dezenas de parlamentares novos”. Mesmo assim, Sâmia Bomfim não vacila: “É preciso organizar a luta contra o desmonte do Estado e a destruição de direitos. É a melhor maneira de derrotar o obscurantismo”

## Gilberto Maringoni

**O PSOL é o único partido que tem paridade de gênero na Câmara, sem que isso tenha sido produto de políticas de cotas. Como vê essa característica?**

Isso é resultado de um compromisso do PSOL, desde a fundação, de defender as bandeiras dos direitos da mulher brasileira. Temos 50% de mulheres na direção do partido e paridade nos espaços partidários. Essas marcas estão em linha com o momento em que a crise econômica apareceu para as mulheres, e para as mulheres negras, de uma forma muito brutal. Vejo perfis semelhantes sendo lançados em outras legendas, mas que não têm a mesma legitimidade, a mesma expressão que o PSOL tem. E, hoje, há o elemento, infelizmente, do assassinado da Marielle e da luta por justiça por ela. O efeito reverso dessa tragédia, dessa brutalidade, foi o fortalecimento, a maior identificação de mulheres negras, além do chamado para que entrem na política.

**Você chegou ao Congresso talvez na pior legislatura que já tivemos, com personagens folclóricos e fundamentalistas religiosos. Qual foi sua primeira impressão e como foi o primeiro ano de mandato?**

Eu sabia que o cenário político do país era catastrófico, pois Bolsonaro havia sido eleito com votos até nas camadas populares, que tradicionalmente escolhiam a esquerda e que passaram a confiar nessa expressão autoritária e ultraliberal. Fiquei um tanto chocada pelo descompromisso que os parlamentares governistas têm com o país. Ali, temos a política levada à concepção de likes no Facebook, a visualizações no YouTube e ao negacionismo e obscurantismo como normas de conduta. É uma desqualificação completa. Não tem debate político. Há espetáculo, show de horrores e, quanto mais baixo o nível, melhor para dezenas de parlamentares novos. Então, choca bastante e entristece observar o nível a que chegou a política institucional no país. Mas, eu já havia desenvolvido minhas defesas - e aprendi a ter estômago - na Câmara Municipal de São Paulo. Foi um estágio importante para chegar aqui. É muito triste que estejamos passando pelo cenário que vejo em Brasília.



**Temos 50% de mulheres na direção do partido e paridade nos espaços partidários. Essas marcas estão em linha com o momento em que a crise econômica apareceu para as mulheres, e para as mulheres negras, de uma forma muito brutal**



**Como é o ambiente político no Congresso? Há ameaças à segurança dos parlamentares de oposição?**

Nunca cheguei a ter uma ameaça física ou de morte direta por bolsonaristas no Congresso. Acontece muito nas redes sociais. A gente sabe que eles acabam inflando robôs ou pessoas para terem esse comportamento. Há ofensas, xingamentos, ameaças, tentativa de intimidação e muito bate-boca baixo nível. Não se trata de um debate de ideias, mesmo sendo as piores ideias possíveis. O nível de desqualificação e de constrangimento é muito grande. Na direita tradicional, são poucos os que entram nessa dinâmica, mas essa onda bolsonarista de parlamentares **youtubers**, que vivem da imagem para suas bolhas e se alimentam do clima de medo, está em cena o tempo todo. As parlamentares - principalmente a Talíria, a Áurea, a Fernanda e eu - somos muito agredidas.

**Você vê uma normalização do governo Bolsonaro, no sentido de uma aceitação dele pelas instituições?**

São muitos aspectos, mas eu destacaria três. Primeiro, ele ganhou a narrativa sobre a pandemia. Houve uma disputa entre o obscurantismo - a ideia de que não havia o que fazer diante da doença - e a Ciência. Ou seja, o esforço de isolamento social foi sabotado. Houve algumas medidas muito tímidas aprovadas pelo Congresso, de apoio aos trabalhadores e a pequenas empresas e, mesmo assim, o cenário sanitário, social e econômico do Brasil é difícil. Passados vários meses de pandemia, ele ganhou esse debate por inaptidão dos governadores e prefeitos, que acabaram cedendo para medidas tímidas de contenção e muito apelo do mercado. Isso sem contar a lógica da austeridade, de não haver investimento público para garantir que a sociedade não entre em um gigantesco colapso. O segundo elemento tem a ver com o modelo econômico que se escolheu. Por mais que tenha havido uma concessão do mercado, de que agora ou o Estado entra ou acabou o Brasil, isso teve um limite. Parece que viraram totalmente a chave e foi o momento em que o mercado abraçou de vez Bolsonaro. Isso também se expressou nas escolhas dentro da Câmara. Hoje, o líder do governo é o Ricardo Barros (PP-PR), que esteve em todos os governos e representa uma direita tradicional, ligada ao centrão. Bolsonaro agora

tem apelo em setores em que não tinha voto, em função do auxílio emergencial. E há um terceiro fator que é a proximidade do calendário eleitoral. As forças políticas estão voltadas para ganhar as principais prefeituras. É um momento complexo. Por isso, também, ele aproveita para apresentar medidas como essa reforma administrativa. É uma atrocidade completa para o funcionalismo e para os serviços públicos. Os partidos fisiológicos estão no bolso do bolsonarismo. Votam agendas absurdas e se calam diante de retrocessos e ataques autoritários. Tentou-se criar um cenário de que o Congresso estaria trabalhando para salvar o país, enquanto apenas Bolsonaro seria uma tragédia. Ele tomou algumas medidas sociais muito tímidas. A mais relevante foi o auxílio emergencial, fruto da oposição e, em especial, da liderança do PSOL. Mas a agenda da austeridade segue com a direita buscando se unificar.

**Você acredita que faltou um combate mais estrito à questão da pandemia por parte da oposição?**

*Existem alguns limites impostos pela própria pressão da agenda de austeridade no Brasil. Mesmo que a gente tenha aprovado o orçamento de guerra, mesmo que os liberais do mundo inteiro soubessem que seria necessário investimento estatal para lidar*

*com a pandemia, aqui no Brasil o tema não ganhou a sociedade. Isso teve muita expressão no Congresso. Uma camada da população não foi bem atendida. São pequenos comerciantes, empresários que quebram e trabalhadores demitidos, que tiveram re-*

**Bolsonaro ganhou a narrativa sobre a pandemia. Houve uma disputa entre o obscurantismo - a ideia de que não havia o que fazer diante da doença - e a Ciência. Ou seja, o esforço de isolamento social foi sabotado**

## UMA TRAJETÓRIA CONSTRUÍDA COM BASE NA CONFIANÇA

Sâmia Bomfim, 31, líder da bancada do PSOL na Câmara, apresenta uma trajetória política tão sólida quanto meteórica. Tendo começado a militância política no movimento estudantil em 2006, chegou à Câmara Municipal de São Paulo, exatos dez anos depois, impulsionada por 12.464 votos. Em 2018, candidata a deputada federal, obteve 249.887 sufrágios, ou vinte vezes a votação anterior. “Acho que nossas vitórias integram um fenômeno propiciado pelo espaço que as causas feministas ocuparam nas eleições. A Talíria Petrone foi na mesma brecha, assim como a Áurea Carolina e a própria Marielle”, assinala.

Há outra questão a ser levada em conta. Essa paulista de Presidente Prudente teve uma atuação fulgurante na oposição à gestão João Dória na prefeitura de São Paulo. Marcada por uma política de desmonte da máquina pública e por uma agressiva relação com os servidores, a administração teve como reação uma expressiva greve de professores em 2018. Sâmia se colocou ao lado da categoria, tanto em plenário, como participando de manifestações, propagando a luta e angariando aliados na sociedade. Por vários dias e noites, acampou com eles na frente da sede do Executivo municipal. Começava ali uma sólida relação de confiança mútua.

Filha de um policial civil e de uma servidora (técnico-administrativa) da Secretaria da Fazenda, não havia ninguém na família que exerces-

se atividade política regular. A vida mudou ao vir para São Paulo, aos 17 anos, depois de ser aprovada na Faculdade de Letras na USP. Militante estudantil e sindical - é funcionária de carreira na Universidade - filiou-se em 2011 ao PSOL.

Com um mandato voltado para o direito das mulheres e a defesa dos serviços públicos, com destaque para a Educação, Sâmia abraça agora causas colocadas em pauta pela ação do governo Bolsonaro, como o meio ambiente. “O Pantanal está em chamas, o estado de São Paulo está sendo destruído, a Amazônia é desmontada e o orçamento dos órgãos de fiscalização e controle são dilapidados. Não dá para não intervir nessa área”, diz a parlamentar, que é ainda titular da Comissão de Ciência e Tecnologia.



FILIPPO DA SÂMIA BOMFIM



dução salarial. O auxílio emergencial não atingiu diretamente essas pessoas. O isolamento social acabou aparecendo como um privilégio. Existe um problema em parte dos setores da esquerda ou da oposição sobre essa compreensão dos limites e da capacidade de investimento do Estado. Tem a ver com uma questão ideológica, uma concepção liberal da sociedade. Assim, Bolsonaro acabou ganhando essa disputa de narrativa. Ele diz: “Eu avisei que a gente tinha que se preocupar com as questões econômicas, avisei que não dava para as pessoas ficarem em isolamento social”. Chegamos à naturalização do caos, da barbárie. O PSOL é uma exceção, pois soube combinar bem a agenda, embora tenha limitações na comunicação com a população. E há também o elemento da rua, que conta muito. Não tinha rua, não tinha luta, e assim fica tudo mais difícil.

**O governo cortou pela metade o auxílio emergencial. Isso pode ter consequências para a população?**

Sem dúvida. E essa é uma oportunidade que o PSOL não pode desperdiçar e espero que a oposição saiba compreender também. Bolsonaro, individualmente, gosta do aumento de sua popularidade, mas está

muito comprometido e amarrado com a agenda do mercado, assim como Rodrigo

Maia, o centrão e companhia. E isso significa não furar o teto de gastos. Desde já, o



**Os partidos fisiológicos estão no bolso do bolsonarismo. Votam agendas absurdas e se calam diante de retrocessos e ataques autoritários. Tentou-se criar um cenário de que o Congresso estaria trabalhando para salvar o país, enquanto apenas Bolsonaro seria uma tragédia. Ele tomou algumas medidas sociais muito tímidas, mas a agenda da austeridade segue com a direita buscando se unificar**



PSOL apresentou a política de renda permanente, sem nenhum centavo a menos. E não somente enquanto durar o estado de calamidade, mas R\$ 600 a perder de vista porque, infelizmente, a previsão de recuperação econômica é quase nula a curto, médio e longo prazos.

**Estamos em plena disputa eleitoral? Como você vê o quadro?**

Acho que vão errar muito os candidatos que não souberem responder às demandas mais imediatas que a pandemia trouxe ao Brasil do ponto de vista sanitário, mas principalmente diante do caos social, com o problema de renda, de desemprego, de carestia e de precarização das condições de vida. Nisso, o PSOL tende a ter espaço, falando a verdade para o povo e enfrentando essa agenda econômica. Mas vai ser muito difícil para o partido. Em São Paulo, o espaço do Guilherme Boulos e da Luiza Erundina tem a ver com o perfil dos dois e com uma fragilidade da chapa do PT, já que o nome do Jilmar Tatto não agrada ao Lula, à militância, e não vai agradar ao povo da cidade. As máquinas vão entrar em jogo. Acho que vai ser um processo eleitoral importante para tornar o PSOL ainda mais um partido de gente grande, um **player** no cenário nacional e não um partido marginal.

**A reforma administrativa e tributária podem ter a tramitação atrasada?**

Sim, por conta do calendário eleitoral. É uma medida impopular votar contra os três setores do funcionalismo público, municipal, estadual e federal. E há muitos itens impopulares na reforma administrativa, como o regime único dos servidores, a possibilidade de extinção de órgãos e cargos, mudança de um regime previdenciário próprio para o regime geral. Mas o governo apresentou uma proposta neste ano porque precisava mostrar algo ao mercado, responder a essa lógica fiscalista, dizer que é responsável, que precisa tirar dinheiro dos tais privilegiados (como se os servidores o fossem) para poder pagar a conta da crise.

**Na vitória do Fundeb, formou-se uma ampla aliança, com 499 votos a 7. Como aconteceu essa articulação?**

O Fundeb está sendo discutido há muitos anos no Congresso Nacional. No início, havia um clima de grande pessimismo en-



**Acho que vão errar muito os candidatos que não souberem responder às demandas mais imediatas que a pandemia trouxe ao Brasil do ponto de vista sanitário, mas principalmente diante do caos social, com o problema de renda, de desemprego, de carestia e de precarização das condições de vida. Nisso, o PSOL tende a ter espaço falando a verdade para o povo**



tre a oposição. Eu fiz parte da comissão da Câmara que examinou a medida, desde o começo do ano passado. O MEC não atuou, não ajudou na construção do projeto e colocava sempre uma série de empecilhos. A principal vitória foi a constitucionalização do Fundeb, pois era um grande risco não garantir que ele fosse uma política permanente de Estado. Houve uma forte mobilização de educadores, que aprenderam a militar em redes sociais. Recebi milhares de mensagens de **WhatsApp**, **e-mail** e o gabinete não parava de receber ligações. Isso foi muito importante porque, no limite, não perder voto dos professores é algo que conta para as deputadas e deputados. Houve também uma atuação direta de governadores e prefeitos, que procuraram parlamentares. Sem Fundeb, não haveria dinheiro para pagar salários e abrir escolas. O revés dessa vitória é o orçamento da educação para o ano que vem. É uma tragédia. Não se perdem as conquistas do Fundeb, mas são colocadas em risco, pois se retira um volume enorme de recursos da educação superior. A luta pela educação novamente vai ser fundamental.



**O orçamento para o ano que vem não prevê verbas para medidas anticíclicas para impulsionar a economia. Ao contrário, sinalizam a continuidade da recessão. Como vê a situação?**

*Isso nos colocará um desafio muito grande em torno da reforma administrativa. Eles estão apresentando o desmonte do funcionalismo e dos serviços públicos como a possibilidade de obterem uma folga financeira. A lógica é a mesma da reforma da Previdência - com a hipotética economia de um trilhão - e a trabalhista, com uma promessa de aumento do número de empregos. A bola da vez é a reforma administrativa. Os servidores precisam desde já construir um processo de luta, aliando esse debate ao tema dos serviços públicos. Vai ser um momento de aumento do desemprego, miséria, fome, num contexto de depressão profunda em que não vai haver verba suficiente para manter os postos de saúde, as UBS. Estão propondo modificações estruturais de Estado e não pode haver forma alguma de vacilação para que nossa luta tenha capacidade de se desenvolver de fato.*



**Sem Fundeb, não haveria dinheiro para pagar salários e abrir escolas. O revés dessa vitória é o orçamento da educação para o ano que vem. É uma tragédia. Não se perdem as conquistas do Fundeb, mas são colocadas em risco, pois se retira um volume enorme de recursos da educação superior. A luta pela educação novamente será fundamental**





# Nas eleições disputamos

# A POLÍTICA, O PROJETO E A VIDA

**O PSOL vai lutar, em cada local deste país, pelo direito de se viver plenamente nas cidades, com projetos, práticas e ações que ampliem espaços e serviços públicos e que redirecionem o papel do Estado em favor das majorias**

## **Francisvaldo Mendes**

A disputa nessas eleições, para nós do PSOL, é a disputa de um projeto político. Ou seja, ocupar espaço para criar as condições no Estado para favorecer e valorizar a vida. No capitalismo, esse sistema econômico que toma o mundo, o Estado vive disputas

na política para ampliar o lucro e favorece somente os grandes empresários, os banqueiros, e alguns serviços do sistema.

Nós queremos e faremos diferente, a política que organizamos com as pessoas é para transformar o modo de vida, arquitetando um ambiente no qual o ódio, o preconceito e a ignorância sejam superados por meio

do conhecimento, da solidariedade, com outra organização sociopolítica.

Queremos estar no parlamento ou no executivo para ampliar o fôlego de vida e ampliar as forças contrárias à política de extermínio imposta pelos governantes aos mendigos, aos LGBTQI e às mulheres. Violência imposta a todas as pessoas que





MÍDIA MUNDIA

**A política que organizamos com as pessoas é para transformar o modo de vida, arquitetando um ambiente no qual o ódio, o preconceito e a ignorância sejam superados por meio do conhecimento, da solidariedade, com outra organização sociopolítica**

foram empobrecidas pelo capitalismo, pessoas que vivem da venda da força de trabalho e só isso possuem viver. Atualmente, a *necropolítica* predomina nas variadas dimensões do Estado, seja pelo poder de polícia, seja pela elaboração de leis para retirar direitos de trabalhadoras e trabalhadores em favor do “mercado”, seja por meio da espada da justiça que só corta contra aqueles que já são massacrados na sociedade.

Nos dias atuais, principalmente com a pandemia, as políticas impostas ampliam a devastação da vida de forma volumosa, haja vista a preocupação com a aglomeração nas praias. Porém, essa indignação não atinge quem é obrigado a se submeter a ônibus, trens ou metrô lotados. Não é por menos que um país que tem 1/38 da população mundial possui 1/7 das mortes

pelo vírus no planeta. Isso é a maior demonstração das desigualdades nos dias de hoje e comprova que as mortes são produtos de uma política aplicada e não de um “inimigo invisível” que circula nos corpos, nas coisas e no ar. O nosso desafio é enfrentar e superar essa ordem que predomina na vida contra a maioria das pessoas.

**MUDAR O ESTADO**

O PSOL, portanto, não pode ocupar a administração do Estado para gerenciar os interesses de alguns como já foi feito em administrações passadas. O que disputamos é a mudança da forma de ação do Estado, outra organização nos aparelhos estatais, inclusive no judiciário que é uma aberração na democracia atual. Devemos nos amparar e nos combinar na auto-organização popular e criar espaços para fortalecer a ideia de público. Dessa forma, ampliar o controle da sociedade com a finalidade de acompanhar os investimentos dos recursos centralizados e controlados pelo Estado, para que todo o dinheiro seja destinado à coletividade e que possamos diminuir, ao máximo, os ladrões que se aproveitam do cargo e desviam dinheiro em benefício próprio.

A vida das pessoas só melhorará se for fruto de um movimento político, coletivo, amplo e inspirado por um projeto de transformação social organizado e debatido por meio do conhecimento acumulado com a participação ativa com a sustentação das pessoas. Esse é um elemento fundamental para que o Estado seja um ambiente da esfera pública e não um ambiente da esfera privada, como ocorre nos governos atuais. Essa participação ativa e democrática empurrará a política para a transformação e permitirá que a maioria social se torne também a maioria política e cultural.

**DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**

Somos nós, a maioria que procura o acolhimento nas religiões, nos jogos, na família, no trabalho, na amizade e na sobrevivência. Vivemos a falta de recursos e as piores consequências dos desvios desses montantes. Esses recursos são criados por nós e precisam chegar à maioria da população e para as principais organizações que podem defender e ampliar a vida, como hospitais, postos de saúde, escolas, creches, e para as políticas afirmativas que garantam remédios, alimentações, água e



**O PSOL não pode ocupar a administração do Estado para gerenciar os interesses de alguns como já foi feito em administrações passadas. O que disputamos é a mudança da forma de ação do Estado. Devemos nos amparar e nos combinar na auto-organização popular**

saneamento básico. Não se pode seguir sofrendo com enchentes, com a poluição e com o descaso das autoridades. Posto isso, estamos desafiados a superar essa ordem e a organizar um sistema fundado na prática da democratização sem perder o objetivo estratégico de transformação social, afim de que as pessoas organizem a economia para se sustentar em todas as dimensões da vida.

O nosso objetivo, que brilha forte no sol do socialismo e da liberdade, certamente traz um desafio de não apenas ganhar as eleições, mas nessas eleições termos uma capacidade de comunicação com as



peças. Dessa forma, ser um processo de formação, criação de consciência crítica e capacitação política para podermos, por meio da participação política, não depender apenas das vitórias eleitorais, mas criar condições de direcionar as políticas do Estado ocupando cargos ou ampliando a organização popular para dar volume às contradições. Passo fundamental para alterarmos os desmandos que assolam a nossa vida.

### **SUJEITOS POLÍTICOS**

No período eleitoral de brasileiras e brasileiros que votam a cada dois anos, in-

felizmente convivemos com uma política rasa, que cultua o lucro e amplia a morte, o que causa desgosto coletivo, e faz com que muitas pessoas não gostem de eleições, e não concebam o voto como uma conquista e, progressivamente, afastem-se da política. Isso é um processo que já começa a mudar, pois, faz-se necessário que a maioria das pessoas se aproxime da política e se reconheça como sujeito político, sujeito de sua vida e com condição de conquistar outra realidade. Essa é a grande tarefa de todas as candidatas e de todos os candidatos do PSOL - que se apresentam em todo o Brasil - de aproximar as

**A capacidade de aglutinação e o desprendimento com que Guilherme Boulos construiu sua história o capacita para a empreitada em São Paulo ao lado de Luiza Erundina, que contrariou interesses de poderosos quando esteve na prefeitura**

peças da política e unificar forças para coletivamente mudar o país. E é na cidade que esse processo de mudança ganha vulto imediato na vida das pessoas, onde podemos alterar as condições objetivas de morar, ter saúde, estudar, vender a força de trabalho e aglutinar mobilidade plena, tanto no corpo quanto simbólica, para crescer como sujeitos múltiplos de uma mudança coletiva e solidária.

### **PSOL NAS CIDADES**

Em São Paulo a capacidade de aglutinação e o desprendimento com que Guilherme Boulos construiu sua história,

**Em Belém, o sempre lutador Edmilson Rodrigues já administrou a cidade e fez a diferença atendendo aos interesses daqueles que mais precisam, enfrentando as oligarquias locais. Acumulou a posição de extremo conhecedor da cultura e do sofrimento de seu povo**

lutando ao lado daqueles despossuídos que alimentam a perspectiva de realizar o sonho da casa própria, o capacita para a empreitada na prefeitura de São Paulo ao lado de Luiza Erundina, que contrariou interesses de muitos poderosos quando esteve na prefeitura.

No Rio de Janeiro, Renata Souza joga sua dedicação na luta contra a discriminação racial, e contra o machismo e acumulou experiência na luta em defesa dos direitos humanos ao lado de Marielle Franco, no gabinete do então deputado estadual Marcelo Freixo, que se destacou na luta contra as milícias no Rio de Janeiro.

Áurea Carolina, com o sorriso espontâneo, garra voraz na luta contra a desigualdade social e uma ativista cultural em defesa do povo pobre de Minas Gerais atua para colocar a experiência que tem em defesa da maioria do povo pobre e desfavorecido de Belo Horizonte.

Em Belém, o sempre lutador Edmilson Rodrigues, já administrou a cidade e fez a diferença atendendo aos interesses daqueles que mais precisam, enfrentando as oligarquias locais. Acumulou a posição de extremo conhecedor da cultura e do sofrimento de seu povo. Dispor-se a retornar a prefeitura significa apostar na ampliação da organização popular na defesa dos direitos do povo belenense.

Fernanda Melchiona simboliza a jovem que quer fazer a transformação social em defesa do fim da acomodação do *status quo* para que Porto Alegre irradie sua particularidade de povo lutador e aguerrido nas reivindicações em defesa da maioria contra os interesses privados.

Em São Luís, no Maranhão, o representante das ideias de transformação é Franklin Douglas, professor e advogado que atua na defesa dos direitos humanos.

Em Campo Grande, onde uma dupla de mulheres disputa a vaga da prefeitura da cidade, Cris Duarte e Val Ely lutam contra uma sociedade local machista e lgbtfóbica. A dupla é o espelho de garra e alegria para tornar uma sociedade mais justa e humana e, principalmente, na defesa dos povos indígenas. Val Eloy é uma indígena terena, com garra de defesa dos interesses da maioria do povo de Campo Grande.

Em Fortaleza, o nosso representante é Renato Roseno, formado em Direito e funcionário público federal. Há muito atua nos movimentos sociais contra as

desigualdades de classe, gênero, etnia, e orientação sexual e na luta por moradia e melhores condições de vida para população Fortalezaense.

Hilton Coelho é historiador e defende a cultura baiana e soteropolitana e luta contra a discriminação de maneira geral, mas tem enfrentado a discriminação que se agudizou com o governo federal, contra o preconceito com as religiões de matriz afrodescendente.

Valéria Correia, professora universitária e funcionária pública federal, foi exemplo de reitora na Universidade Federal de Alagoas, investindo na melhoria do campus e dando ênfase na aproximação da universidade com a comunidade maceioense, além de lutar na defesa do SUS, sendo uma das coordenadoras dessa frente nacional.

Em Cuiabá, Gilberto Lopes é funcionário da saúde e defende o Sistema Único de Saúde (SUS). Ele terá o desafio de enfrentar os barões do agronegócio da soja e do gado que se encastelaram no Estado para defender os interesses privados.


Em Florianópolis, o professor Elson Pereira é o candidato do PSOL, ao qual conseguiu aglutinar o maior número de partidos e de esquerda para a prefeitura em defesa de uma cidade mais humana e acolhedora para a própria população. Ele luta contra o racismo e o preconceito que predominam de forma geral na sociedade e, também, quer colocar a prefeitura para amparar os mais humildes.

Vamos disputar em cada local deste país o direito de viver plenamente nas cidades, com projetos, práticas e ações que fazem valer a pena fazer política neste imenso e múltiplo país que é o Brasil.

Reconhecemos e apostamos na sabedoria e na potência criativa do nosso povo, que é explorado todos os dias e em todas as dimensões, que possui, na maioria, mulheres, pessoas negras e indígenas, para construirmos um projeto de país que respeite a vida em todas as dimensões.



**Francisvaldo Mendes é advogado e diretor-presidente da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco.**



# A oposição brasileira perdeu duas chances de ouro, mas é possível recuperar o terreno

## O mundo pós-pandemia se decide agora

**Está em curso um enfrentamento entre duas concepções de sociedade. A do mercado representa o aprofundamento do neoliberalismo, com redução de investimentos e a sacralização do darwinismo social. A outra via é a de uma reorientação do papel dos Estados nacionais para que tenham uma intervenção pública e democrática mais efetiva nos rumos da sociedade. A disputa se dá em temas muito concretos na vida do povo**

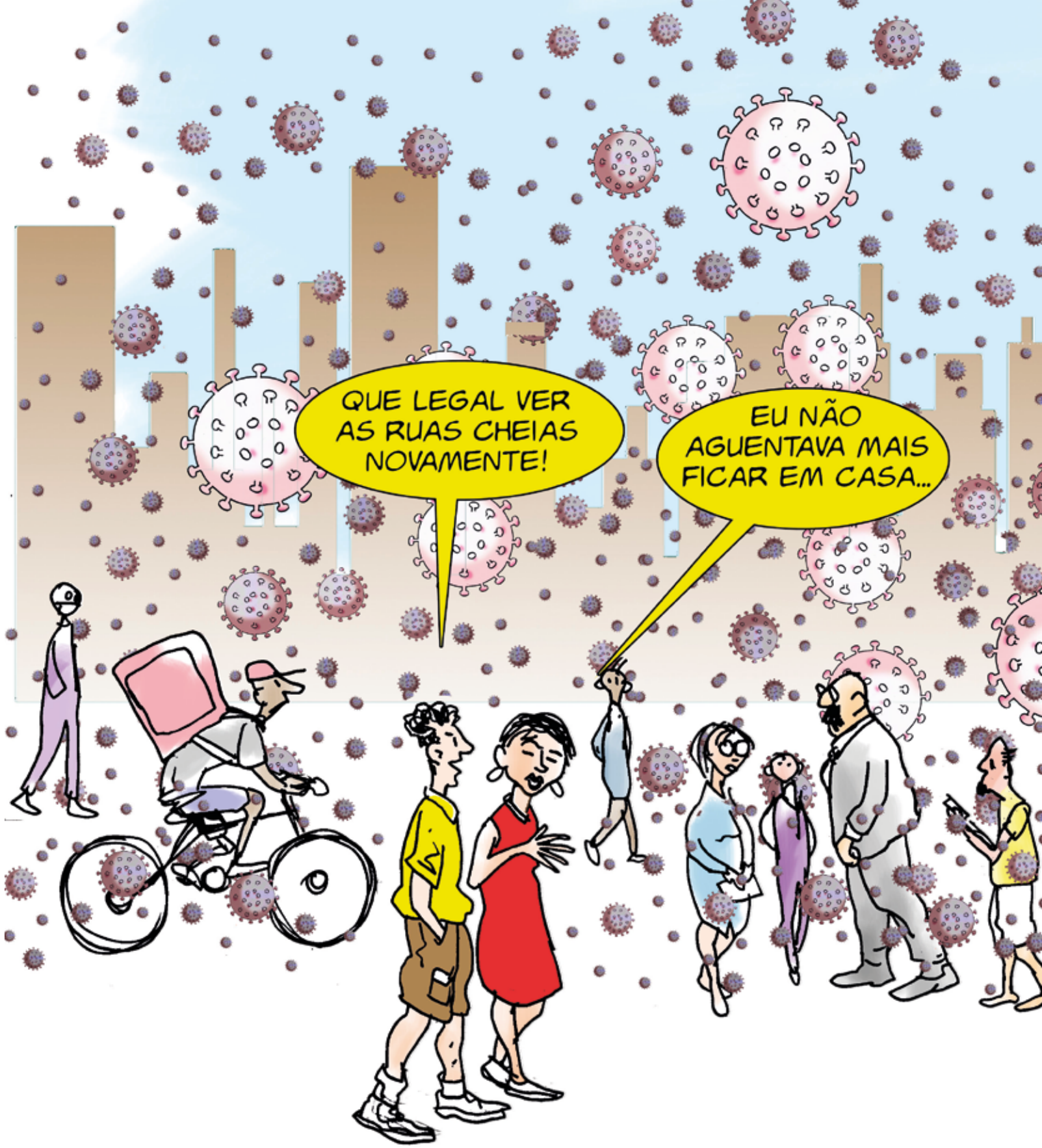
### **Gilberto Maringoni**

Boa parte da oposição brasileira subestimou dois imensos flancos abertos pelo governo Jair Bolsonaro ao longo de 2020 e buscou atalhos que se mostraram infrutíferos. No primeiro semestre, diante do avanço acelerado do contágio pela pan-

demia do novo coronavírus – e dos graves prejuízos causados à população – poucas foram as vozes a colocar o combate à doença como centro da tática. O segundo é não ver importância em uma conquista na qual essa mesma oposição teve papel decisivo, a manutenção até o fim da pandemia do auxílio emergencial de R\$ 600.

Há exceções, claro.

Os dois temas – doença e dinheiro – tocam o dia a dia e o desespero das maiorias, muito mais do que cinco dezenas de pedidos de *impeachment* protocolados na Câmara dos Deputados, ou brados de “Fora Bolsonaro” feitos quando o negacionista eleva os índices de popularidade.

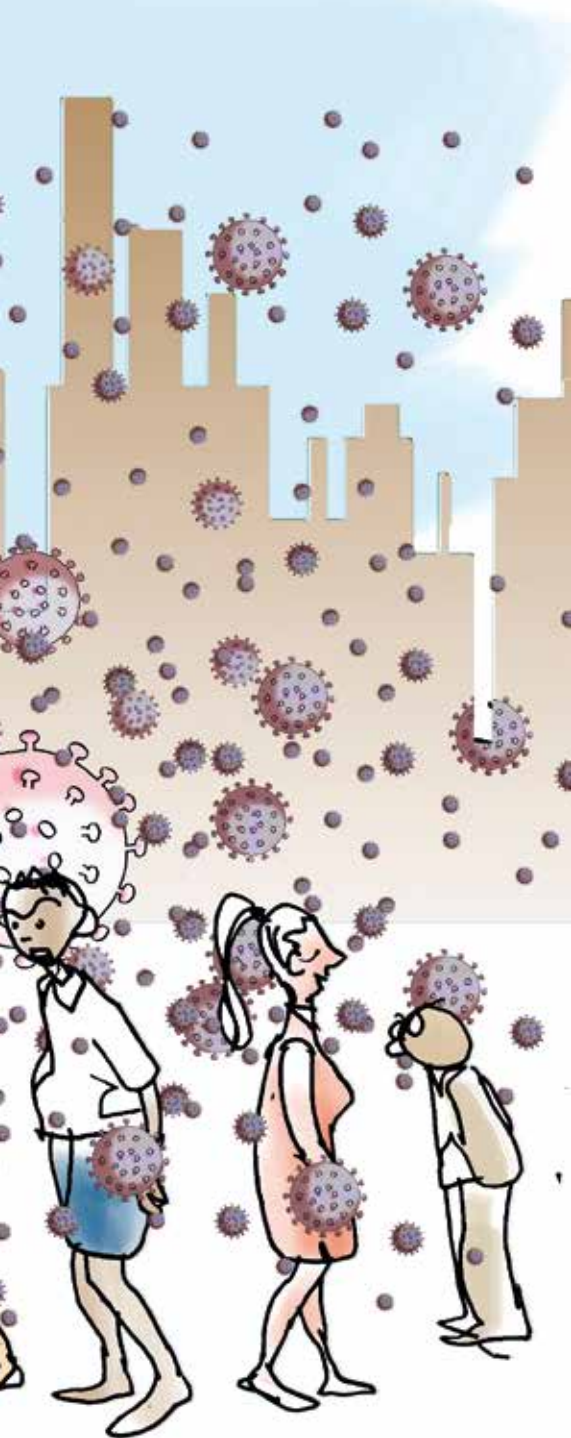


**A pandemia é e será, por tempo ainda indefinido, o principal problema político do país e do mundo. Se o vírus faz parte da realidade objetiva, o avanço e o recuo da doença dependem de ações humanas**

Tanto a denúncia do descaso oficial com a pandemia, quanto a extensão do auxílio emergencial são temas concretos e compreensíveis por todos. A adoção efetiva derruba o principal pilar do modelo econômico fiscalista do governo, o teto de gastos estabelecido por meio da Emenda Constitucional 95. Mais do que tudo, essas batalhas assinalariam a contradição fundamental em pauta no Brasil e no mundo de 2020, as opções entre Estado e mercado. Detalhemos.

#### **O LUGAR COMUM**

Em tempos de pandemia, alguns conceitos têm se tornado ocos de significa-



MAMINSONI

dos, de tão repetidos que são. É o caso de *novo normal*, utilizado à larga nas análises sobre a realidade pós-2020. O isolamento social, o confinamento e a necessidade de distanciamento pessoal têm gerado modificações comportamentais entre quem pode e quem não pode permanecer em casa, numa atitude defensiva diante de uma enfermidade sem cura conhecida. O apelo à solidão e ao relacionamento remoto tem como principal consequência um forte estancamento da atividade econômica, com crise nas duas pontas da atividade produtiva, a demanda e a oferta. A queda na qualidade de vida é denominada de *novo normal*, como se fosse des-

**Tanto a denúncia do descaso oficial com a pandemia, quanto a extensão do auxílio emergencial são temas concretos e compreensíveis por todos. A adoção efetiva do auxílio derruba o principal pilar do modelo econômico fiscalista do governo, o teto de gastos estabelecido por meio da Emenda Constitucional 95. Mais do que tudo, essas batalhas assinalariam a contradição fundamental em pauta no Brasil e no mundo de 2020, as opções entre Estado e mercado**

tino inevitável para a maior parte da humanidade. O *novo normal* seria um mundo mais pobre, mais resignado e mais triste.

A doença atinge quase todas as esferas da sociedade. A propagação é rápida, radical e profunda e coloca para a coletividade, acima de tudo, a oposição entre alternativas individuais e coletivas, ou privadas e públicas ou, ainda, soluções de mercado e de Estado.

No caso brasileiro, estabeleceu-se a banalização da tragédia (veja “Naturalizamos o horror?”, de Maria Rita Kehl, nesta edição), assimilada como parte da paisagem após meses de informações e orientações desencontradas. Algo semelhante ocorre com a violência que se tornou fenômeno aparentemente insolúvel. O país é um dos mais perigosos do planeta e os indicadores chegam a ser superiores aos de regiões em guerra. A brutalidade, assim como o novo coronavírus, tem aqui a dramática PPP. Ou seja, atinge preferencialmente pobres, pretos e periféricos. Apesar do drama humano, são tristezas com reduzida influência em círculos de poder e dinheiro de uma sociedade estupidamente desigual. Pandemia e violência geram estatísticas mais do que lágrimas e indignação.

A naturalização – ou banalização – do horror marca em cheio o mundo político-institucional. Apesar da abnegação de profissionais de saúde pública e de poucas e honrosas exceções, a naturalização atinge o poder central, com o inesquecível brado “E daí?”<sup>1</sup>. A indiferença alcança ainda instituições de Estado, partidos políticos e a grande mídia. Assistimos cada vez mais o noticiário sobre a saúde ser deslocado para o rodapé dos veículos de comunicação e a perder importância na agenda nacional.

Por que isso acontece? Difícil saber ao certo, mas há algumas pistas. A dimensão quase totalizante da doença parece intimidar o comando de instituições, partidos, associações e organizações sociais.

Durante a crise de 2008, dizia-se nos EUA que certos bancos seriam “grandes demais para quebrar”. Diante dos pesos

<sup>1</sup> No dia 28 de abril de 2020, quando o número de mortes causadas pela Covid-19 chegava a cinco mil, uma jornalista afirmou a Jair Bolsonaro: “A gente ultrapassou o número de mortos da China por covid-19”. O presidente, então, afirmou: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”, disse, em referência ao próprio sobrenome.

definidores na economia, o Estado não poderia deixá-los falir. Parece haver agora, face à pandemia, a sensação de que esta seria “grande demais para se enfrentar”, gerando uma impotência que forçaria todos a se desviarem do tema em busca de tarefas tangíveis para seguirem “fazendo alguma coisa”.

A pandemia é e será, por tempo ainda indefinido, o principal problema político do país e do mundo. Se o vírus faz parte da realidade objetiva, o avanço e o recuo da doença dependem de ações humanas. Em outras palavras, depende de movimentações não naturais. Defesa do isolamento social, dinheiro nas mãos das pessoas, financiamento para empresas, injeção maciça de dinheiro no SUS, testagens em massa e outras são iniciativas de Estado.

**O combate a uma pandemia para a qual não existe vacina ou cura tem de ser pensado, antes de mais nada, como disputas de tempo, espaço e território. Só se enfrenta a Covid-19 se o conhecimento do deslocamento geográfico presente e futuro for o mais detalhado possível**

Sublinhando, iniciativas de Estado e não de mercado.

### “ESTAMOS EM GUERRA”

Em 16 de março, o presidente francês Emmanuel Macron fez um pronunciamento televisivo de pouco mais de 20 minutos. Por seis vezes, a pontuar o ritmo da fala, o chefe do palácio do Eliseu repetiu: “Estamos em guerra”<sup>2</sup>.

O mote *guerra*, a partir daí, disseminou-se pela Terra, sendo repetido não apenas por políticos, como por sanitaristas. Até mesmo o ministro da Defesa do Brasil, general Fernando Azevedo e Silva, afirmou, em 16 de abril: “Estamos em uma guerra e o Exército está nela”. Bravata, como se sabe. As Forças Armadas brasileiras entraram na guerra por meio de uma polêmica intervenção no ministério da Saúde, que prima pela inoperância, pelo empreguismo e por não traçar nenhuma estratégia sanitária nacional. O Exército brasileiro demonstra não ter a menor noção do que signifique um conflito de grandes proporções. Seus generais sabem do que se trata por meio de filmes de Quentin Tarantino ou Steven Spielberg.

Apesar disso, a metáfora lançada por Macron tem razão de ser. Em termos formais, uma pandemia é muito diferente de uma guerra. Nesta, o objetivo é matar pessoas, na pandemia, a meta é salvar pessoas. No entanto, só se pode combater infecções de larga expansão territorial por meio de um tipo de mobilização política e social semelhante à de uma união nacional contra agressão externa.

Em ambos é necessário um comando nacional único e centralizado, capaz de mobilizar e coordenar ações de três níveis do Estado – nas áreas de informação, crédito, financiamento, redes de saúde, educação, pesquisa, assistência social e forças armadas – e da iniciativa privada – comércio, indústria e serviços, com destaque para transportes -, além de entidades associativas.

O vírus se move geograficamente, ocupando espaços e territórios. Embora o atendimento médico na fase aguda da doença seja individualizado, o controle do ataque viral demanda ação pública e coletiva. O isolamento social e territorial

<sup>2</sup> O discurso pode ser assistido ou lido aqui: <https://vancouver.consulfrance.org/Coronavirus-Allocution-d-Emmanuel-Macron-16-mars>

**A maneira mais eficiente de se combater o coronavírus é encará-lo como um exército invasor contra o qual uma multiplicidade de forças nacionais pede comando centralizado, ofensivas convergentes, emulação popular e unidade de ação**

só pode ser aventado mediante operações de compensação e transferência de renda que supram necessidades básicas da população em períodos de suspensão de atividades econômicas. Secundariamente, o confinamento físico apenas é factível por meio da adoção de táticas e logísticas militares, eficientes campanhas de esclarecimento popular e dinheiro nas mãos das pessoas.

### DISPUTAS DE TEMPO, ESPAÇO E TERRITÓRIO

Ressalte-se: o combate a uma pandemia para a qual não existe vacina ou cura tem de ser pensado, antes de mais nada, como disputas de tempo, espaço e território<sup>3</sup>. Só se enfrenta a Covid-19 se o conhecimento

<sup>3</sup> Veja-se como referência o artigo “Assim nasce a geografia da pandemia”, de Ricardo Devides Oliveira (<https://outraspalavras.net/descolonizacoes/assim-nasce-a-geografia-da-pandemia/>) (Acesso em 20.07.2020).



de seu deslocamento geográfico presente e futuro for o mais detalhado possível. Dessa maneira se traçam normas de isolamento.

O conhecimento e o domínio do espaço geográfico se mostram essencial para uma ação integrada no combate à doença, que só é factível por meio de iniciativas estatais coordenadas. No Brasil e nos Estados Unidos – países nos quais a Covid-19 fugiu de controle – as soluções adotadas foram descentralizadas, desiguais e com uma multiplicidade contraditória de procedimentos. Em síntese, nos dois países, uma lógica análoga à anarquia de mercado se sobrepôs às necessidades da saúde pública. No mercado vigora a concorrência sem regras, na ação pública, ao contrário, a matriz pode ser cooperativa.

Voltemos ao paralelo bélico. A maneira mais eficiente de se combater o coronavírus é encará-lo como um exército invasor contra o qual uma multiplicidade de forças nacionais pede comando centralizado, ofensivas convergentes, emulação popular e unidade de ação.

O mapeamento da ocupação só pode ser realizado por uma rede pública e nacional de saúde fortalecida. No caso concreto do Brasil, a ação estatal teria a vantagem de contar com a decisiva atuação da rede pública e capilarizada do Sistema Único de Saúde (SUS).

A tática de defesa precisa envolver, ademais, recursos ilimitados e a fundo perdido (em especial para que se garanta o funcionamento da economia, com dinheiro nas mãos das pessoas e créditos para as empresas), campanhas educativas e restrições à mobilidade, para garantir o isolamento social. As intervenções demandam ação militar e sanitária, além de investimentos emergenciais em pesquisa, compra de equipamentos, montagens de hospitais, pronta resposta, transparência de decisões entre outros. A difusão da ideia de *agressão externa* e de *Pátria em perigo*, típica de conflitos bélicos, torna-se fundante. Sem mobilização e engajamento social não se enfrenta a pandemia. O clima de *new deal* mais economia de guerra é essencial para uma empreitada desse tipo.

### **O EXEMPLO CHINÊS**

Foi com iniciativas desse quilate que a China obteve êxito em mitigar a propagação da Covid-19. Pode-se alegar que o país é governado por uma ditadura há 70 anos,

**Tentar vislumbrar  
o mundo pós  
Covid-19 em meio  
à propagação  
incontrolável –  
no caso brasileiro  
– é um exercício  
de alta abstração.  
Como os conflitos  
sociais estão em  
curso, é difícil  
realizar análises  
prospectivas  
confiáveis.  
Projeções do  
FMI avaliam  
que o resultado  
imediató será a  
maior recessão  
global em  
um século**

motivo pelo qual uma dinâmica articulada nos moldes acima enunciados é factível. O mesmo não seria possível em um regime de liberdade.

A alegação é enganosa. Grandes democracias enfrentaram guerras cruentas sem perder a pluralidade política. Vamos repetir mais uma vez: a questão a ser colocada não é entre ditadura e democracia, mas entre mercado e ação estatal.

No Brasil, sem nenhum planejamento ou controle centralizado e com um discurso negacionista por parte do presidente da República – que contamina a sociedade –, o contágio obedece um roteiro de manual de luta de classes. Das zonas urbanas de remediadas a peste migra e se consolida entre regiões pobres, bairros de periferia e favelas, numa escalada devastadora.

A doença colide com a economia internacional como força externa a ela e põe em questão parâmetros da globalização neoliberal estabelecidos nas últimas quatro décadas. Se o surgimento da Covid-19 faz parte das condições objetivas da realidade, o desenvolvimento, o deslocamento e o contágio estão subordinados – impulsionados ou bloqueados – por condições subjetivas, as ações humanas. É aqui que a doença se insere na esfera política e funciona como ferramenta para se alterarem regras estabelecidas, acelerando o desenlace de tensões que estavam em andamento. Nos últimos quarenta anos, espalharam-se pelo mundo políticas de cortes de orçamentos públicos como um fim em si e como passaporte seguro para que um dia, quem sabe, os países voltem a crescer. Com a Covid-19, a urgência de políticas anticíclicas e investimentos maciços em saúde torna a ideia de rigidez fiscal e contração monetária um contrassenso total.

No caso do Brasil, o vírus colhe em cheio uma economia fragilizada por sucessivas decisões ultraliberaes tomadas desde, pelo menos, 2015. Todas tiveram como métrica a cantilena privatizante e antiestatal, com a elevação dos ajustes fiscais à categoria de eixos estruturantes da sociedade.

O resultado para o país é a mais profunda depressão da história republicana, o maior aumento da taxa de desemprego em um curto espaço de tempo – ela praticamente dobra entre dezembro de 2014 e março de 2016 – e a mais lenta recuperação econômica em mais de um século. A economia passa a funcionar num cenário

de semiestagnação, desemprego de dois dígitos, baixo ativismo estatal e desindustrialização perene. Consolida-se a alta produtividade do setor agroexportador como polo dinâmico da economia, numa volta à situação pré-1930, quando o país exibía uma economia predominantemente rural. A essa anomalia planejada também se denominou *novo normal*.

### AUMENTO DE GASTOS

Tentar vislumbrar o mundo pós Covid-19 em meio à propagação incontrolável – no caso brasileiro – é um exercício de alta abstração. Como os conflitos sociais estão em curso, é difícil realizar análises prospectivas confiáveis. Projeções do FMI avalliam que o resultado imediato será a maior recessão global em um século.

O governo Bolsonaro coloca na mesa uma escolha de Sofia como alternativas à crise, a oposição entre salvar vidas ou salvar a economia, como se economia não precisasse de seres vivos e estes, daquela.

Mesmo assim, o governo foi forçado a adotar o chamado orçamento de guerra, por meio de emenda constitucional promulgada no início de maio<sup>4</sup>. A medida na prática acabou com restrições orçamentárias no combate à doença e permitiu que se rompesse o chamado teto de gastos, definido a partir de 2017.

Qual tem sido a solução generalizada para manter a demanda efetiva ao redor do mundo? Aumento dos gastos, investimentos públicos e emissão monetária sem preocupação imediata com *déficits* são a norma, mesmo em países governados pela direita neoliberal. No início de junho, o Banco Central Europeu anunciou um gigantesco programa de desembolsos da ordem de 1,35 trilhão de euros, algo próximo a 80% do PIB brasileiro<sup>5</sup>. No final do mês seguinte, líderes da União Europeia chegaram a um novo acordo para um programa de recuperação econômica de mais 750 bilhões de euros.

Formou-se um aparente consenso entre especialistas de variadas correntes: “Até economistas tidos como falcões do fiscalismo tendem a apoiar gastos emergenciais agora e alguns querem mesmo

**Como ficará o mundo do trabalho pós-pandemia, quando os trabalhadores e empresários do setor de serviços descobrirem ser possível estabelecer o *home office* como modalidade permanente? É possível que num futuro breve, segmentos da atividade industrial - a partir da chamada revolução 4.0 e do desenvolvimento da internet das coisas – possam também ser desenvolvidos a partir de casa**

ampliá-los”, afirmou a *Economist*, em 24 de abril de 2020<sup>6</sup>.

Na crise de 2008, os cofres dos tesouros nacionais da maioria dos países também foram escancarados para salvar as economias. Ao longo da década seguinte, tendências protecionistas no mercado internacional ganharam forte apelo político-eleitoral. Reapareceu um discurso antiliberal de direita em defesa dos negócios e dos empregos, como não se via desde a II Guerra.

Sairemos da pandemia com a adoção de práticas keynesianas e anticíclicas por parte dos Estados, com planejamento e investimentos públicos em alta? Ou deixaremos a superação das múltiplas crises em andamento aos imponderáveis desígnios da mão invisível do mercado? Teremos um novo normal? Ou teremos novos normais como possibilidades múltiplas, a depender dos enfrentamentos em curso? Estamos num ponto incerto do turbilhão, sem conhecer o ciclo vital de um vírus que avança com velocidade inusitada. Teremos a volta a algum tipo de regime de substituição de importações e consequente reconversão industrial? Ou seja, de volta ao Estado indutor, planejador e financiador?

O exercício de se prever o mundo pós-pandemia tem muito de achismo. Depende dos rumos e ritmos da luta política entre partidários da ação estatal e mercadistas, já comentados. A fragilidade do mercado como organizador social fica evidente, mas tal disfunção por si só não engendra a superação. É difícil vislumbrar a existência de força política capaz de construir tal ultrapassagem.

### O TRABALHO PÓS-PANDEMIA

Como ficará o mundo do trabalho pós-pandemia, quando os trabalhadores e empresários do setor de serviços descobrirem ser possível estabelecer o *home office* como modalidade permanente? É possível que num futuro breve, segmentos da atividade industrial - a partir da chamada revolução 4.0 e do desenvolvimento da internet das coisas – possam também ser

<sup>6</sup> “What would Keynes do? The pandemic will leave the rich world deep in debt, and force some hard choices”, *Economist*, 23.04.2020 (<https://www.economist.com/briefing/2020/04/23/the-pandemic-will-leave-the-rich-world-deep-in-debt-and-force-some-hard-choices>). (Consulta em 24.07.2020) Tradução nossa.

<sup>4</sup> Emenda Constitucional 106, de 2020, decorrente da PEC 10/2020.

<sup>5</sup> As informações estão em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51983863> (Consulta em 23.07.2020)



desenvolvidos a partir de casa. O que o insulamento perene dos trabalhadores implicará para o convívio social?

Várias modalidades de trabalho não necessitam mais de lugar fixo. O exemplo pioneiro vem das empresas de *call center*, que montaram bases em regiões marcadas por incipiente organização sindical, o que lhes permitiu pagar salários muito baixos, com vínculos flexíveis de emprego. Agora, percebe-se que um sem número de atividades prescindem de funcionários baseados em uma única cidade ou mesmo um único país. Uma verdadeira guerra pela redução dos custos do trabalho pode se estabelecer de forma ainda mais acentuada do que na atualidade.

Não é mais necessário exportar capitais na forma de escritórios ou centros de prestação de serviços em busca de mão de obra e preço da terra mais baratos. Um *laptop* e conexão estável de internet resolvem tudo. Claro que as empresas deverão externalizar os custos de energia, comunicação e espaço físico para milhares de lares espalhados ao redor do planeta. O trabalho absorverá custos até aqui de responsabilidade do capital.

Edifícios inteiros podem ser esvaziados, bairros comerciais tendem a se tornar zonas fantasmas, com evidentes impactos deflacionários sobre o preço da terra. As empresas de transporte – urbanas, interurbanas e internacionais – terão menos

demanda, assim como grandes espaços desenhados para convenções e encontros. Os deslocamentos serão reduzidos, o raio de ação das pessoas poderá ser menor, as viagens serão cada vez menos urgentes. A globalização das coisas – parafraseando Robert Kurz – se imporá em detrimento da globalização humana.

O novo normal do mercado teria assim o condão de reconfigurar também o espaço de forma radical. A encruzilhada aponta dois caminhos. O do mercado – descrito linhas atrás – representa o aprofundamento do neoliberalismo, com maior redução de custos de produção e de trabalho, eliminação de ramos inteiros de atividades e a eternização da precariedade, do aumento das desigualdades e do caos social.

A outra via é a de uma reorientação tectônica do papel e da função dos Estados nacionais num mundo pós-catástrofe. Essa opção abre esperanças para as maiorias. A escolha resultará de um profundo conflito no terreno da política.

A possibilidade de os setores progressistas terem voz e vez nesse imenso enfrentamento demanda fazer escolhas corretas, como mencionado no início. Implica abraçar pautas que toquem a vida das maiorias, como a centralidade política da pandemia e a continuidade do auxílio emergencial.

**Sairemos da pandemia com a adoção de práticas keynesianas e anticíclicas por parte dos Estados, com planejamento e investimentos públicos em alta? Ou deixaremos a superação das múltiplas crises em andamento aos imponderáveis desígnios da mão invisível do mercado?**



**Gilberto Maringoni** é professor de Relações Internacionais da Universidade

Federal do ABC (UFABC).

# A LAVA JATO EM JULGAMENTO E O DESTINO DE LULA



**Em breve teremos a disputa jurídica mais importante do ano. Não haverá muito espaço para “jeitinho” nesse processo no STF, embora nunca se deva subestimar a imaginação jurídica dos ministros daquela Corte. Se há uma maioria burguesa a favor de manter a condenação de Lula, é cada vez mais claro que há diferentes frações, com interesses distintos, em oposição à Lava Jato**

## **Valerio Arcary**

Antes do anúncio da aposentadoria de Celso de Melo, parecia que o julgamento do Habeas Corpus de Lula na segunda turma do Supremo Tribunal Federal (STF) deveria acontecer até o final de outubro. Agora, ninguém sabe.

Será o julgamento político mais importante do ano. Há muitas tecnicidades

jurídicas em disputa, mas, em traços gerais, dois desenlaces possíveis. Ou Lula perde o HC e não poderá ser candidato em 2022, ou Lula recupera os direitos políticos e, se quiser, passa a ser pré-candidato. Portanto, esse julgamento remete à questão do poder e consiste, do ponto de vista jurídico, essencialmente, em uma avaliação dos procedimentos de Sérgio Moro e sua relação com os procuradores

de Curitiba. A aprovação do HC de Lula corresponde à anulação das sentenças, e o desmonte de um discurso político hegemônico nos últimos cinco anos. Portanto, um terremoto.

O desfecho sempre foi imprevisível, porque as consequências são imensuráveis. Depois de tudo que aconteceu no Brasil, depois do golpe institucional, seria ingenuidade imperdoável subestimar a pres-



LEANDRO CUFFO / FLOKRI

são da fração majoritária da classe dominante para manter a condenação de Lula.

Depende da iniciativa de Gilmar Mendes colocar em pauta. Considerando uma provável antecipação dos votos na segunda turma, o julgamento estaria, neste momento, empatado, o que significaria que a sentença seria pró-réu. Toffoli deve substituir Celso de Melo na segunda turma. O que poderia sugerir um resultado ainda melhor, menos contestável. Mas a máxima gravidade desse desenlace exige considerar a possibilidade que a decisão seja levada ao Plenário. A indicação do substituto de Celso de Melo por Bolsonaro introduz ainda mais incerteza.

Há, portanto, uma possibilidade, mas nada será assim tão simples.

### **POSIÇÃO NA CLASSE DOMINANTE**

Se Lula não fosse ainda um candidato competitivo nas eleições de 2022, a possibilidade de recuperação plena de seus direitos políticos seria muito maior. A in-

**O julgamento consiste do ponto de vista jurídico, essencialmente, em uma avaliação dos procedimentos de Sérgio Moro e sua relação com os procuradores de Curitiba. A aprovação do Habeas Corpus de Lula corresponde à anulação das sentenças e ao desmonte de um discurso político hegemônico nos últimos cinco anos. Portanto, um terremoto**

terdição dele é uma posição majoritária na classe dominante, mesmo nos círculos que admitem os abusos de poder da operação Lava-Jato. Ela obedece, neste momento, a um cálculo de que a candidatura de Lula tornaria um segundo turno contra Bolsonaro uma grande possibilidade.

Ainda que qualquer um dos cinco ministros da segunda turma possa, eventualmente, mudar os votos, a decisão parece estar nas mãos de Toffoli, porque já se sabe que Lewandowsky e Gilmar Mendes, em princípio, votarão a favor do HC, e Carmem Lúcia e Edson Fachin votarão contra.

Se Toffoli desempatar a favor do HC de Lula, não é impossível que uma decisão final possa ser transferida, hipoteticamente, para o Plenário do STF, com Luís Fux, um defensor da operação LavaJato, na presidência do STF. No plenário há alguma incerteza, porque cinco dos onze ministros já votaram no passado, criticamente, face à Lava-Jato, embora sobre temas menos controversos: Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Rosa Weber, e Dias Toffoli. Incerto, duvidoso e até improvável, porque o substituto de Celso de Melo foi nomeado por Bolsonaro.

A incerteza resulta da ruptura de Bolsonaro com Sérgio Moro. Assistimos, depois da posse de Augusto Aras na Procuradoria Geral da República (PGR), a um esvaziamento do poder do núcleo de Curitiba.

### **A OPERAÇÃO E SEU CONTEXTO**

A operação LavaJato só pode ser compreendida em contexto histórico. Há na esquerda, essencialmente, duas posições sobre o seu significado.

Há a interpretação de que foi uma operação progressiva no combate à corrupção, impulsionada pelo engajamento republicano de uma nova geração de procuradores e juizes, ainda que tenha cometido excessos na exploração de delações premiadas, e transgredido os limites de procedimentos com conduções coercitivas e prisões preventivas.

Quem defende essa análise secundariza o impacto da LavaJato na ofensiva reacionária que passou pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, posse de Temer, condenação de Lula, e que culminou na eleição de Bolsonaro. Essa posição tem representação minoritária no PSOL e, surpreendentemente, até no próprio PT. Ela traduz

o grau de adaptação política e ideológica à institucionalidade do regime democrático-eleitoral, e a pressão da maioria das camadas médias.

Há a interpretação de que foi uma operação política orientada, desde o início, no contexto aberto pelas mobilizações abertas em junho de 2013, e da disputa eleitoral de 2014, por uma estratégia de deslocamento do sistema de partidos consolidado na Nova República, e de uma perseguição à direção do PT, e criminalização de Lula.

Quem defende essa interpretação sublinha que sem a LavaJato teria sido muito difícil, senão impossível, o alcance de milhões das mobilizações pelo *impeachment*, e o caminho aberto para a extrema direita em 2018. Essa posição é majoritária no PT, PSOL e PCdoB e revela um mínimo instinto de classe, e até de sobrevivência política diante do que foi o golpe institucional de 2016 e o deslocamento das camadas médias para a extrema direita, que se expressou na vitória eleitoral do neofascista Bolsonaro.

### **SEM JEITINHO**

Não haverá muito espaço para um “jeitinho” para esse julgamento no STF, embora nunca se deva subestimar a imaginação jurídica dos juízes do STF, pois se há uma maioria burguesa a favor de manter a condenação de Lula, é cada vez mais claro que há diferentes frações, com interesses distintos, em oposição à Lava Jato.

A ruptura de Sérgio Moro com o governo teve como consequência um processo no STF em que Bolsonaro é acusado de tentar intervir na Polícia Federal, portanto, abuso de poder. Não devemos diminuir, tampouco, a censura que Dallagnol recebeu no Conselho Nacional de Justiça. Mas as divergências de projetos políticos colocaram a judicialização da luta política em outro patamar com a iniciativa de Aras de concentrar na PGR em Brasília todas as operações contra a corrupção, esvaziando Curitiba.

A percepção de que a “Lava-Jato já fez o que deveria ser feito” e foi até longe demais, ou uma combinação de pressão do bolsonarismo e malestar no centrão vem crescendo no Congresso. PSDB, MDB e DEM já foram atingidos pela Lava-Jato e continuam acoçados porque Serra e Alckmin voltaram às manchetes e terão

**O PSOL defende os direitos democráticos de Lula, mas não aprova nem defende o balanço dos governos liderados pelo PT, portanto, não apoiará Lula. Em 2022, o partido voltará à disputa com candidatura própria. Não há qualquer contradição nessa localização, porque compreendemos que Sérgio Moro liderou uma perseguição política, não um julgamento**



dificuldades de escapar, junto a Aécio, de uma condenação, pelo menos de formação de caixa dois, senão enriquecimento pessoal ilícito, o que é mais grave.

O próprio bolsonarismo assumiu um questionamento aos procuradores da LavaJato, pela iniciativa da PGR sob o comando de Aras. O que sinaliza que Bolsonaro prefere um segundo turno em 2022 contra Lula, e não contra Sérgio Moro ou Dória.

### **A SOBREVIVÊNCIA DE BOLSONARO**

A classe dominante está dividida, mas parece incontornável que, se Bolsonaro conseguir sobreviver até 2022, deverá chegar ao segundo turno. Uma maioria da burguesia trabalha, portanto, para evitar que a esquerda possa chegar ao segundo turno.

Naquelas frações que apostam em uma candidatura de Sérgio Moro ou de Dória, ou de outro como Luciano Huck, prevalece a perspectiva de que a gravidade da crise social, assim que o colchão do auxílio emergencial for suspenso, mesmo se for substituído pelo Renda Brasil, impede que a esquerda, em especial, se Lula puder ser candidato, seja excluída de



um segundo turno. Portanto, liquidaria a possibilidade de uma candidatura liberal contra Bolsonaro, porque o lugar de Moro e Dória, diante da polarização, seria semelhante ao de Alckmin. Logo a interdição de Lula é estratégica.

O PSOL defende os direitos democráticos de Lula, mas não aprova nem defende o balanço dos governos liderados pelo PT, portanto, não apoiará Lula. Em 2022,

o PSOL voltará à disputa com candidatura própria. Não há qualquer contradição nessa localização, uma vez que compreendemos que Sérgio Moro liderou uma perseguição política, não um julgamento. O que foi feito pela LavaJato em Curitiba contra Lula foi uma aberração jurídica. Se fizeram contra Lula, podem fazer contra qualquer um.

Apresentamos Boulos no primeiro tur-

no, em 2018, e estivemos, no segundo turno, na primeira linha da campanha de Haddad. Discordamos da estratégia que o PT, quando esteve no governo federal, desenvolveu e que, finalmente, fracassou quando foi necessário medir forças contra o *impeachment*. Ensina a sabedoria popular, não se fazem omeletes sem quebrar ovos.

Mas, apesar das diferenças com o PT, o PSOL - quando sua candidatura não alcançar o segundo turno - estará muito firme ao lado da candidatura de esquerda melhor colocada. Assim, como esperamos que o restante da esquerda esteja ao nosso lado, quando for necessário. Estamos em um mesmo campo de classe.

**Ensina a sabedoria popular, não se fazem omeletes sem quebrar ovos. O PSOL, quando sua candidatura não alcançar o segundo turno, estará firme e ao lado da postulação de esquerda melhor colocada. Assim, como esperamos que o restante da esquerda esteja ao nosso lado, quando for necessário**



**Valerio Arcary é professor titular aposentado do IFSP e Doutor em história pela USP.**

**Foi presidente nacional do PSTU entre 1993/98 e, desde 2016, é membro da Coordenação Nacional do MAIS/PSOL. É autor de *O martelo da história*, entre outros livros.**

**DOENÇA E TRANSPORTE PÚBLICO:**

# Rodando em falso

Os problemas causados pela pandemia impactaram profundamente todas as áreas da economia. Uma delas foi a dos transportes coletivos urbanos, em particular o setor de ônibus, que sofreu enorme perda de passageiros transportados. Ao mesmo tempo, a Covid-19 também serviu para escancarar as distorções das políticas de mobilidade

## **Lúcio Gregori**

Vivemos um momento que pode provocar muitas mudanças nos modos de mobilidade urbana: trabalho remoto, auto-

mação do setor de serviços, possibilidade crescente de reuniões serem realizadas a distância, uso de aplicativos para contratação de viagens urbanas, entre outros fatores são sinais dessa nova situação. A

pandemia da Covid 19 aguçou essa questão, evidenciando os vários problemas que envolvem o transporte coletivo e a mobilidade em geral.

A mobilidade urbana é questão essen-



cial para a condição de vida das pessoas, e em nossa sociedade escravagista e preconceituosa - justamente para com os de menor renda, negros e mulheres e que são os que mais dependem dos transportes coletivos - desempenha um estratégico e cruel papel para sua concretização. Quem tem mais, tem mais e melhor mobilidade e, quem tem menos só tem, quando tem, para as "viagens dos deveres" e não para as "viagens dos prazeres".

### **DISPUTAS NO DESLOCAMENTO**

Como vivemos num sistema capitalista, ainda que atrasado e cartorial, as disputas em torno dos ganhos propiciados pela mobilidade urbana se fazem sentir. Cada um dos interessados procurando "vender o seu peixe" como sendo o melhor, mais inteligente, mais limpo, etc.

Não foi diferente quando o automóvel surgiu, sendo o "resolvedor" da mobilidade, omitindo-se, é claro, seu papel como possível causador de problemas. Com a produção em série e associação com a indústria petroleira, o automóvel com motor a explosão surgiu como "a grande solução". Claro está que todos os problemas advindos desse modo de locomoção - enorme uso de espaço viário, acidentes, poluição etc. - foram devidamente "não identificáveis" por anos a fio.

O mesmo acontece atualmente com os aplicativos, que abrirão caminho para carros pequenos sem motoristas etc. As vantagens são promovidas como absolutas, mas não é difícil de se imaginar o que poderá ser uma quantidade astronômica de pequenos carros elétricos a ocuparem, freneticamente, as ruas da cidade em manobras fugidias de congestionamentos, tal como já é realidade com os aplicativos. Nesse sentido, mais uma vez a lógica indica que os transportes coletivos continuarão sendo absolutamente fundamentais.

### **CAPITALISMO CARTORIAL**

Os problemas causados pela pandemia da Covid-19 impactaram profundamente todas as áreas da economia, mas alguns setores foram mais duramente afetados. Um deles foi o dos transportes coletivos urbanos, em particular o setor de ônibus - o mais demandado - que sofreu enorme perda de passageiros transportados. Ao mesmo tempo, a pandemia também serviu para escancarar os enormes equívocos que vêm

**A mobilidade urbana é questão essencial para a condição de vida das pessoas. E numa sociedade escravagista e preconceituosa como a nossa, desempenha um estratégico e cruel papel para sua concretização. Quem tem mais, tem mais e melhor mobilidade**

sendo cometidos por anos a fio nesse setor.

Desde tempos imemoriais, o capitalismo brasileiro tem nos serviços públicos uma forma de "encosto", ou como dizia Hélio Jaguaribe, mostra-se um capitalismo cartorial. Assim, como nos cartórios, não há riscos envolvidos. Mais do que isso, o "encosto" chamado concessão do sistema de transporte público inclui distorções gigantescas que visam tornar a cessão desse serviço público, uma espécie de "esquema de ganhos" seguros.

Nas concessões clássicas, aplicadas na esmagadora maioria das cidades brasileiras, o serviço de transportes coletivos por ônibus é remunerado por passageiro transportado - como se passageiro fosse custo - quando passageiro em sistema de transportes é receita! Tal como num táxi, dado um certo percurso, o taxímetro mostrará o mesmo preço da corrida, independentemente do número de passageiros transportados, pois o que é cobrado é o deslocamento realizado.

Com a remuneração do transporte coletivo sendo feita por passageiros, quanto mais lotados os ônibus, mais rentável será o negócio. Com um efeito cruel de que, havendo queda de passageiros transportados, a tarifa é reajustada, o que provoca outra perda adicional de passageiros, criando-se um círculo vicioso perverso.

Com as gratuidades, a compensação precisa ser realizada com subsídios cruzados, quando o passageiro pagante tem um adicional de tarifa para compensar aquele passageiro que usa do serviço em regime de gratuidade, criando uma animosidade entre os usuários, pois os pagantes se sentem prejudicados quanto mais direitos de gratuidades forem sendo atribuídos a determinados grupos de usuários - idosos, estudantes, etc.

### **LOTAÇÃO E INFECÇÕES**

Com ônibus superlotados o serviço tende a apresentar problemas sanitários como o aumento da quantidade de infecções, viroses entre outras adquiridas. Seis passageiros por metro quadrado é o altíssimo índice permitido, que na prática se transforma em até dez, doze passageiros por metro quadrado.

Se passageiro fosse realmente custo, a queda de passageiros causada pela Covid-19 incidiria em diminuição de custos para o serviço, mas o que ocor-

reu foi que a receita do setor desabou e, por consequência, as empresas de transportes coletivos se declaram em colapso econômico. Fica provado que ônibus lotado é sim anti-higiênico, fora a limpeza do veículo e um permanente agente propagador de contaminação.

No “encosto” nas parcerias público-privadas, o Estado entra com a maior parte dos custos (caso dos custos fixos dos metrô) e o setor privado tem prioridade no rateio das receitas com direito assegurado de reajuste anual de tarifas independentemente de qualquer coisa (vide exemplo do que é praticado na linha amarela do metrô em São Paulo).

### **AUTOMÓVEIS E POLUIÇÃO**

O isolamento social em decorrência da Covid-19 retirou os carros de circulação das ruas das cidades e ficou explícito o quanto o modelo de mobilidade centrado no automóvel é o responsável pela poluição atmosférica. Em São Paulo, a mancha escura de poluição que cobria a cidade foi drasticamente reduzida, quase desaparecendo. O mesmo fenômeno pode ser observado ao redor do mundo todo. A indústria automobilística contra-ataca com a ideia de que deslocamento por automóvel será mais higiênico.

Porém, alguns dados ajudarão a entender a escala do problema representado pelos transportes coletivos urbanos e o quanto eles representam a verdadeira face desse capitalismo à brasileira.

Em mais de 2.900 municípios brasileiros, os transportes coletivos atendem a 70 milhões passageiros/dia. De acordo com a Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), 1800 empresas privadas com 107 mil ônibus transportam 60 milhões de passageiros/dia, gerando mais de 400 mil empregos diretos (motoristas, cobradores, pessoal de manutenção e demais profissionais).

O transporte sobre trilhos - metrô e ferrovias metropolitanas - congrega 15 operadoras, num total de 1.105 km de linhas, 10,9 milhões de passageiros/dia. Considerados todos os modos, o transporte público coletivo responde por 50% das viagens motorizadas realizadas diariamente no país. Apesar dessa importância dos ônibus, eles vêm perdendo passageiros ao longo do tempo, seguramente pela má qualidade dos serviços, mas fundamentalmente pelo

alto preço da tarifa, que se torna cada vez mais inacessível.

### **CONTRATAÇÃO DISTORCIDA**

A insolvência das empresas não é um risco causado pela Covid-19, que apenas aguçou a questão do modelo de contratação dos serviços, inclusive por não possuir cláusulas contratuais para caso de hecatombes, pandemias entre outros.

Nos últimos 20 anos, os ônibus perderam 35,6% dos usuários. Só em 2017, 9,5%. O crescente uso dos modos individuais mo-

torizados, carros e motos, que ocupam 70% do espaço viário e transportam cerca de 25% das pessoas em circulação, causaram uma diminuição da velocidade do ônibus de 25km/h para 15km/h e ilustra a desigual distribuição do espaço público para uso das pessoas, que privilegia mais espaço para carros particulares<sup>1</sup>.

Para se enfrentar os problemas da mobilidade urbana e fortalecimento dos transportes coletivos, inclusive com garantia de higiene e segurança, será necessário mudar radicalmente a forma de contratação dos serviços e determinadas especificações de desempenho, aí incluído o número de passageiros em pé por metro quadrado.

E para garantir que o transporte coletivo não seja um inibidor e segregador do uso e acesso à cidade por parte dos mais pobres, tendo na tarifa o elemento chave nessa inibição, há que se formular políticas robustas de subsídio tarifário e, no limite, o subsídio total (tarifa zero). Aí sim o transporte será um direito social como diz a Constituição desde setembro de 2015, como a saúde, via SUS. Isso significa que é necessário criar recursos para o subsídio tarifário e reequacionar inteiramente o modo de contratar tais serviços com o setor privado, bem como as especificações de desempenho.

Curiosamente, foi aprovado pela Câmara Federal o projeto 3364/20, que prevê auxílio de R\$ 4 bilhões às empresas de transportes coletivos sem exigir, por exemplo, a transformação dos contratos para custos operacionais e não mais as clássicas concessões de remuneração por passageiro e a inclusão de cláusulas relativas a hecatombes e epidemias.

Tirar da letra morta em um papel o transporte como direito social nos termos da Constituição desde 2015, e transformá-lo em direito real, envolve um debate ampliado sobre a questão tributária no país e das formas de contratação dos serviços públicos, especialmente os de mobilidade urbana.

### **TRIBUTAÇÃO INJUSTA**

No capitalismo brasileiro, diferentemente do resto do mundo, tributa-se pouco a renda e o patrimônio. Na Dinamarca, esses dois itens, em conjunto, representam 67% da arrecadação total de impostos; nos

**Atualmente,  
na maioria  
das cidades, a  
remuneração  
do transporte  
coletivo é feita  
por passageiros.  
Quanto mais  
lotados os ônibus,  
mais rentável  
será o negócio.  
Isso acarreta  
um efeito cruel:  
havendo queda  
de passageiros  
transportados,  
a tarifa é  
reajustada, o que  
provoca outra  
perda adicional  
de passageiros,  
criando-se um  
círculo vicioso  
perverso**

<sup>1</sup> Dados da NTU/ANTP.



EUA, 60%; no Brasil, apenas 23%. Por outro lado, somos vice-campeões mundiais em tributação sobre o consumo com seus 50%. A média da OCDE é de 32,4%; e nos EUA, 17%.

E para finalizar essa enorme farsa nacional, os dividendos para os donos de ações de empresas não pagam imposto de renda e jatinhos e iates não pagam IPVA<sup>2</sup>.

No Brasil, os direitos e serviços públicos são sustentados pelos mais pobres, os que

<sup>2</sup> <https://plataformapoliticasocial.com.br/tributar-os-super-ricos-para-reconstruir-o-pais/>

pagam proporcionalmente mais impostos, via consumo.

A agenda hegemônica da Reforma Tributária que tramita no Congresso Nacional está desconectada dessa realidade e não enfrenta a principal anomalia da tributação brasileira que é o seu caráter regressivo, não reduz e pode ampliar a desigualdade. Além disso, é profundamente insuficiente, por não fortalecer financeiramente o Estado para que cumpra o papel dele exigido em crises dessa envergadura.

Se essa agenda já era inócua e tímida, tornou-se anacrônica após a crise agra-

vada pela Covid-19. E nem se diga do teto de gastos...

Além disso, é fundamental evitar propostas equivocadas como pedágio urbano, que transforma a rua em mercadoria escassa e é regressivo. Há também a chamada municipalização da Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), posto que a esta é uma medida conjuntural e pode ser mudada até por decreto.

Em resumo, sem uma disputa e reforma ampla sobre questões tributárias, mudanças radicais na forma de contratar serviços de transportes coletivos e da cobrança de contribuição (e não pedágio) pela apropriação do espaço viário pelos automóveis dentre outras questões, o que se poderá ter como resultado das mudanças apontadas no início do texto e das consequências e problemas desnudados pela Covid-19, é aquilo que é uma recorrência em nosso país: "tudo mudar para que tudo permaneça como sempre foi". Podendo piorar...

**Se o usuário fosse realmente custo, a queda de passageiros causada pela Covid-19 incidiria em diminuição de custos para o serviço, mas o que ocorreu foi que a receita do setor desabou e, por consequência, as empresas de transportes coletivos se declaram em colapso econômico. Fica provado que ônibus lotado é anti-higiênico**



**Lúcio Gregoria é engenheiro pela Escola Politécnica da USP, foi Secretário Municipal de Trans-**

**portes no governo de Luiza Erundina (1989-93), quando propôs o projeto da Tarifa Zero.**

# Crise sanitária, escola e trabalho docente

**A ausência de políticas para a infância ficou nítida nos últimos meses. Desde 2016, com o processo de aceleração de políticas de austeridade, a queda considerável na renda e o crescimento do desemprego, as condições de vida de crianças e jovens pobres pioraram significativamente**

## **Ingrid Ribeiro**

Diante da crise sanitária que atingiu o mundo no início deste ano, as atividades escolares presenciais foram suspensas em diversos países do mundo. Segundo dados da Unesco, cerca de 90% da popu-

lação estudantil mundial foi atingida pelo “fechamento” das escolas<sup>1</sup> durante a pan-

<sup>1</sup> Dados disponíveis em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373275\\_por?posInSet=1&queryId=f5e77daf-4788-48e3-8d17-8e13b634dfa6](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373275_por?posInSet=1&queryId=f5e77daf-4788-48e3-8d17-8e13b634dfa6)

demia. No Brasil, o primeiro caso do novo coronavírus foi notificado em fevereiro e as escolas tiveram suas atividades presenciais suspensas em março, como parte do isolamento, que interrompeu a realização de diversas atividades presenciais, para conter a propagação do vírus.



**Segundo dados da pesquisa do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, no Brasil 58% dos domicílios não possuem computador e 33% não têm acesso à internet. Esses números não podem ser ignorados frente à implementação de forma maciça do ensino a distância no país. Uma parcela significativa da população está sendo excluída dessas atividades**

O denominado ensino remoto foi adotado para minimizar os efeitos da suspensão das atividades escolares presenciais por muitas redes de ensino públicas e privadas. Entretanto, algo que era provisório já ultrapassa seis meses em alguns estados. As medidas de isolamento para contenção do vírus, embora tenham sido importantes, não deram conta de conter a contaminação que continua alta em nosso país, em parte devido à falta de políticas públicas que amparem os trabalhadores para um maior isolamento.

Diante da problemática econômica, os estados fizeram um processo de reabertura precipitado, que culminou num platô epidêmico alto, fato que tem dificultado a queda no número de casos, condição fundamental para reabertura das escolas, critério utilizado em vários países.

## **ATIVIDADES REMOTAS**

As atividades remotas que iniciaram como uma proposta para minimizar os efeitos da suspensão das aulas presenciais, hoje, são consideradas por muitas redes de ensino para o cumprimento do ano letivo. Mesmo sendo de conhecimento das autoridades governamentais que o Brasil enfrenta um problema significativo na questão do acesso à internet, o ensino remoto foi amplamente implementado por estados e municípios de todo o país.

Segundo dados da Pesquisa do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação<sup>2</sup>, no Brasil 58% dos domicílios não possuem computador e 33% não têm acesso à internet. Esses números não podem ser ignorados frente à implementação de forma maciça do ensino a distância no país, haja vista que uma parcela significativa da população está sendo excluída dessas atividades. Isso é evidenciado durante as aulas remotas das redes públicas de ensino, que de forma geral atingem menos da metade dos alunos matriculados nas escolas.

Além disso, o “fechamento” das escolas evidenciou a miséria que atinge a infância e a juventude no país, sendo divulgado amplamente o que os professores já sabiam: muitos alunos, sobretudo das zonas periféricas, têm a merenda escolar como sua principal fonte de alimentação. Um dos grandes desafios dos estados e municípios nesse período tem sido suprir essa demanda alimentar, alguns optaram pela distribuição de cartões alimentação, outros pela distribuição de cestas básicas, mas de forma geral não conseguiram atingir a totalidade dos alunos.

## **INFÂNCIA E AUSTERIDADE FISCAL**

A ausência de políticas para a infância ficou nítida na pandemia. Desde 2016, com o processo de aceleração na implementação de políticas de austeridade, a queda significativa na renda, o crescimento do desemprego, as condições de vida de crianças e jovens pobres pioraram significativamente.

Infelizmente, as aulas remotas têm funcionado como um elemento que aumenta as desigualdades educacionais no país, pois o direito à educação está sen-

<sup>2</sup> Dados disponíveis em: <https://www.cetic.br/pesquisa/domicilios/>

## A precarização da profissão docente durante a pandemia foi intensificada. Distantes fisicamente das escolas, os professores não cumprem mais um horário definido de trabalho e de forma geral ficam integralmente à disposição das atividades profissionais

do negado a uma parcela significativa da população. Enquanto alguns seguem tendo acesso a atividades escolares, outros permanecem excluídos desse processo. Embora o ensino a distância não possa substituir o processo educativo presencial, é possível que a não participação nas atividades remotas prejudique ainda mais os alunos pobres.

Se por um lado, os alunos das escolas públicas enfrentam o problema do acesso às atividades escolares não presenciais, o que compromete o direito constitucional à educação, na rede privada os alunos vivenciam outro extremo. As aulas a distância seguem em ritmo acelerado, evidenciando o caráter mercadológico da educação, pois os mantenedores dessas instituições precisam justificar ou garantir o pagamento das mensalidades mesmo com as escolas “fechadas”.

Além de aulas em período regular, expostos à tela dos computadores durante horas, tabletes e celulares, os alunos do ensino privado seguem a rotina frenética de verificações de aprendizagem que buscam legitimar o ensino a distância.

### PROFESSORES NA PANDEMIA

Em meio a esse contexto, encontra-se o professor, profissional que historicamente já vivia um processo de desvalorização e que durante a pandemia teve que se adaptar a uma nova forma de trabalho e arcar com os custos de todo esse processo.

Enquanto profissionais da iniciativa privada de setores diversos receberam algum respaldo para o trabalho em casa,

os profissionais da educação, seja na rede pública ou privada, na maioria das vezes, tiveram que arcar com todos os custos da transição para o ensino remoto.

O acesso às plataformas educacionais foi realizado por meio de equipamentos e conexão próprios. Segundo a pesquisa da CNTE/Gestrado<sup>3</sup>, que entrevistou 15.654 profissionais da educação básica de rede públicas de ensino, apenas 28,9% dos professores que responderam afirmaram ter facilidade no uso de tecnologias digitais.

A precarização da profissão docente durante a pandemia foi intensificada. Distantes fisicamente das escolas, os professores não cumprem mais um horário definido de trabalho e de forma geral ficam integralmente à disposição das atividades profissionais, em atendimento aos pais e no esclarecimento de dúvidas aos alunos. Na rede pública essa realidade é mais evidente, pois parte das famílias só possuem o celular dos adultos, que durante o dia estão no trabalho, restando apenas o período noturno para alguma interação com os professores.

Algumas redes de ensino optaram pela entrega de material impresso para os alunos que não possuem acesso à internet, restando apenas o *whatsapp* pessoal do professor para essa interação com as famílias.

### ENSINO MERCADORIA

Nas escolas particulares, os docentes também vivem um processo parecido,

3 Pesquisa disponível em: [https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/cnte\\_relatorio\\_da\\_pesquisa\\_covid\\_gestrado\\_v03.pdf](https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/cnte_relatorio_da_pesquisa_covid_gestrado_v03.pdf)

com jornadas exaustivas de trabalho, ameaças constantes de desemprego e, em alguns casos, redução salarial e perda de benefícios.

A educação como negócio ficou evidente durante o ensino remoto. Oferecer conteúdo e atendimento constantes às famílias virou uma necessidade para garantir o pagamento das mensalidades durante a pandemia.

O atual contexto exige lembrarmos a célebre contribuição de Antônio Candido em seu artigo, *A estrutura da escola*<sup>4</sup>, no qual argumenta que a escola não pode ser resumida à organização racional e consciente, pois ela tem uma dinâmica própria, fruto das interações que acontecem em seu interior. A escola se constitui pela e na relação entre de seus membros, pelos processos de socialização, fundamentais para a aprendizagem e formação dos alunos, portanto, o ensino remoto é incapaz de substituir os processos educativos que acontecem na escola.

Além de toda a problemática das questões pedagógicas, as condições do trabalho docente, a infraestrutura das escolas, as condições de saúde de professores e profissionais da educação viraram centro do debate nas discussões acerca do retorno presencial às aulas. Pois, retornar à escola que existia antes da pandemia não é possível, sob pena de ampliação do contágio pelo coronavírus, sendo urgente alterações na infraestrutura das escolas públicas e privadas do país.

### AULAS E CONTÁGIO

Com exceção das escolas particulares da elite, que possuem número reduzido de alunos por sala e infraestrutura adequada para o ensino, as escolas públicas e particulares que atendem a classe média possuem problemas estruturais e o número de alunos por sala não é condizente com as necessidades impostas pela pandemia.

Retornar para as escolas sem a segurança sanitária representada pela queda significativa do número de casos e mortes, e sem alterações na infraestrutura e no número de alunos por sala, pode representar

4 A estrutura da escola, tornou-se um dos principais textos de Antônio Candido, fruto de suas pesquisas no Centro Regional de Pesquisa Educacional (CRPE), que funcionou na USP entre as décadas de 1950 e 1970, reunindo grandes nomes da pesquisa social e educacional.



REPRODUÇÃO

risco para estudantes e, principalmente, para professores. Entretanto, redes públicas de ensino têm focado o processo de retorno em parcerias com agentes do setor

privado que insistem em pautar o retorno às aulas em processos de acolhimento e amparo psicológico. Claro que essas questões são importantes, mas sem melhorar

a infraestrutura das escolas e diminuir a quantidade de alunos por sala de forma definitiva e não apenas transitória, tais medidas soam como ilusórias e desconsideram a realidade. E, por fim, diante de toda a complexidade deste momento, é necessário que os professores façam parte dos debates sobre retorno e da elaboração dos protocolos para a volta às aulas, pois são eles que conhecem a realidade das escolas e que estarão na linha de frente de todo esse processo.

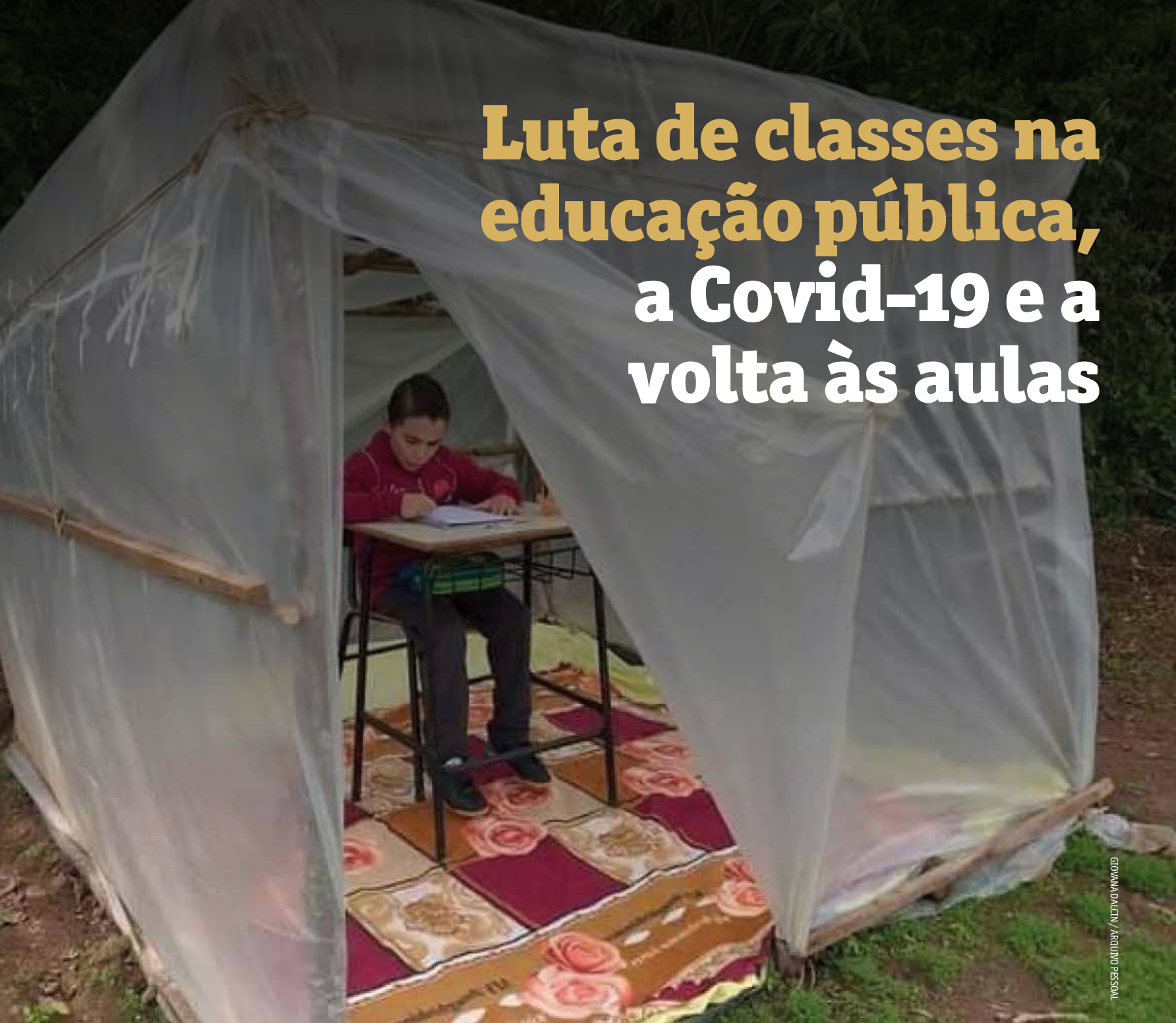
**A educação como negócio tornou-se evidente durante o ensino remoto. Oferecer conteúdo e atendimento constantes às famílias virou uma necessidade para garantir o pagamento das mensalidades das escolas particulares durante a pandemia**



**Ingrid Ribeiro**  
é professora da  
Educação Básica e  
membro da Rede  
Escola Pública,

**Universidade e da Campanha  
Nacional Pelo Direito à Educação.**

# Luta de classes na educação pública, a Covid-19 e a volta às aulas



GIOVANNA DALCINI / ARQUIVO PESSOAL

**A suspensão das aulas afetou 1,6 bilhão de estudantes e 63 milhões de professores primários e secundários, no planeta. No Brasil, entre os quase 56 milhões de alunos matriculados na educação básica e superior, 19,5 milhões (35%) tiveram as aulas suspensas e 32,4 milhões (58%) passaram a ter aulas remotas**

## Neiva I. Lazzarotto

Em seis meses de pandemia, o Brasil perdeu mais de 130 mil vidas. Além da crise econômica, mães, pais, avós, professores, funcionários, direções de escolas e estudantes sofrem com aulas remotas virtuais e a pressão de governos e empresá-

rios pelo retorno às aulas presenciais.

O isolamento social alterou a rotina familiar e o comportamento de crianças e adolescentes. Familiares e especialistas relatam que crianças apresentaram mudanças de humor, sono e apetite; tristeza, ansiedade, agressividade, depressão; atrasos na fala e no desenvolvimento; im-

paciência e irritação com as aulas *on line*.

Os adolescentes, considerados um “grupo de altíssimo grau de sofrimento”, pois se preparam para a busca de “outros de referência”, sentem esse momento como altamente violento. Pesquisa do Conju-ne (jun/20) com jovens de 15 a 19 anos apontou que, para 49% de 33.688 respon-



dentos, o lado emocional tem atrapalhado os estudos em casa. Um total de 75% se sentem tristes, ansiosos ou irritados (Datafolha). E não há Ministro da Saúde, mas a política genocida do governo Bolsonaro e da burguesia.

### **BILHÕES DE AFETADOS**

A suspensão das aulas afetou 1,6 bilhão de estudantes e 63 milhões de professores primários e secundários, no planeta (Unesco). No Brasil, entre os quase 56 milhões de alunos matriculados na educação básica e superior, 19,5 milhões (35%) tiveram as aulas suspensas e 32,4 milhões (58%) passaram a ter aulas remotas. Sobre acesso à internet, o estudo TIC Domicílios revelou que 129 milhões de pessoas estavam conectadas, mas mais de 70 milhões (56%) o fazem apenas pelo celular. Na Classe A são 12%, nas Classes D e E saltam para 85%. Entre 10 e 15 anos, 63% usam apenas o celular para acessar a internet.

Dos professores, têm-se depoimentos sobre limitações tecnológicas, esforços de superação para atender estudantes por aulas remotas, trabalho dobrado para um alcance tão limitado, aos estudantes; frustração, ansiedade e depressão, e, raros casos, de momentos de felicidade. Não há apoio e estrutura garantida pelo ministério e secretarias de Educação. E quando há plataformas, suporte tecnológico ou pedagógico, são provenientes de negócios com gigantes do mundo digital (*Google, Facebook, etc.*) ou instituições privadas, desprezando a alta tecnologia e especialistas de nossas universidades públicas e institutos federais, centros de tecnologia estaduais ou municipais. Cenário que nos remete a Darcy Ribeiro: “A crise da educação não é crise, é projeto” e, que neste momento, é o projeto obscurantista, negacionista e privatista de Bolsonaro – avalizado pela elite brasileira gananciosa, racista, machista e nada nacionalista.

### **SEM SINAL**

Antes de tratar da volta às aulas e do destino do ano letivo, vale lembrar cenas que marcarão 2020, como as dos meninos do interior do RS e do ES cujos pais construíram “tendas” de plástico e galhos de árvores, no meio da roça, para alcançar o sinal da internet. Estudantes ouvindo aulas pelo rádio e copiando lições no caderno, sobre banquinhos de madeira.

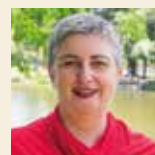
**O isolamento social alterou a rotina familiar e o comportamento de crianças e adolescentes. Familiares e especialistas relatam que crianças apresentaram mudanças de humor, sono e apetite; tristeza, ansiedade, agressividade, depressão; atrasos na fala e no desenvolvimento; impaciência e irritação com as aulas *on-line***

Professores entregando livros e material didático em palafitas ou comunidades longínquas do norte do país, de barco. Enquanto isso, “os especialistas” do Unibanco, Itaú Social ou da Fundação Lemman, dominam os noticiários. É a luta de classes na educação!

Neste momento, em que o tema da volta às aulas é pauta nacional, mães e pais têm declarado: “O ano letivo se recupera, a vida de meu filho não!”. “Eu não quero que a minha filha volte às aulas presenciais, neste ano.”, “Meus filhos não voltam, até ter vacina”.

Nós temos o desafio de criar um amplo movimento nacional de resistência à volta às aulas presenciais, “Pela vida”, a exemplo do Fundeb. Daniel Cara, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação disse à Globo News (13/09) “A quarentena da educação foi fundamental para a preservação da vida; foi a única que deu certo. “Precisamos discutir não apenas protocolos de saúde, mas também protocolos pedagógicos”. E infectologistas como Pedro Hallal, reitor da UFPEL e coordenador do maior estudo epidemiológico sobre a Covid-19 afirmou: “Nós decidimos por aulas presenciais só no ano que vem”.

Todos nós que temos compromisso com o projeto de uma Nação soberana e com justiça social, precisamos nos mobilizar por “saídas” para a superação da pandemia e da profunda recessão econômica, com tendência à depressão, mais desemprego, fome, doenças. Nosso desafio é lutar por uma renda justa para as famílias; por ampliação dos investimentos em serviços públicos; por uma mudança radical na Educação pública, com drástica redução do número de estudantes por sala de aula e redução da jornada de trabalho dos educadores, escola de tempo integral; por elevação de investimentos em pesquisa, ciência e tecnologia; ou seja, por um padrão mínimo de qualidade na educação pública, como o existente em países altamente desenvolvidos e com preocupação social, como a Finlândia.



**Neiva Lazarotto é Vice-Diretora de Escola Pública Estadual em Porto Alegre (RS), integra a Executiva Estadual do PSOL-RS.**

# Coronavírus na educação, um retrocesso previsível

Com a pandemia, o agravamento da crise econômica e o desemprego, cresce a miséria. Além das perdas econômicas, as famílias precisam lidar com o adoecimento e a morte. Não há aprendizagem possível se as necessidades elementares das pessoas não estiverem asseguradas

## Laura Cymbalista

A pandemia da Covid-19 escancarou e aprofundou as desigualdades educacionais. Em um contexto adverso e excepcional, o debate sobre a escola que queremos e a que temos ganhado visibilidade com a expressão pública de interesses diversos. De um lado, governantes, legisladores, representantes do empresariado e do judiciário; de outro, educandos, familiares, profissionais da educação e sindicatos.

Enquanto o número de mortes avança, a prática de silenciar e desqualificar as vozes que fazem parte do chão da escola, de quem vivencia diariamente essa realidade, continua. São vozes que estão na resistência, construindo redes de solidariedade nos territórios, buscando brechas para ações educativas significativas, e na defesa da vida, dos serviços públicos e dos direitos da população pobre.

São essas vozes que queremos amplificar aqui.

Com a pandemia, o agravamento da crise econômica e o desemprego, cresce a miséria. Além das perdas econômicas, as famílias precisam lidar com o adoecimento e a morte. Não há aprendizagem possível se as necessidades elementares das pessoas não estiverem asseguradas. Frente a isso, as escolas têm dado aulas de solidariedade, levantando necessidades, distribuindo cestas básicas e promovendo ações com os movimentos sociais nos territórios.

### ISOLAMENTO E EXCLUSÃO

No entanto, o processo de ensino-aprendizagem foi muito comprometido com o isolamento social, pois a exclusão digital é a regra: faltam computadores e celulares, acesso à banda larga e pacote de dados adequados. O modelo de atividades remotas adotado, sem discussão, já nasceu fracassado, pois não houve qualquer medida concreta para enfrentar a exclusão digital. Além de ser completamente inadequado para bebês e crianças, o manejo das ferramentas *on-line* é particularmente difícil para estudantes que estão se alfabetizando e de mais idade.

A escola é lugar de aprendizagens que se efetuam por meio do encontro, do diálogo e da mediação docente, organizadas em torno de um projeto político pedagógico e em todos os espaços. O debate acerca do

**A escola é lugar de aprendizagens que se efetuam por meio do encontro, do diálogo e da mediação docente, organizadas em torno de um projeto político pedagógico e em todos os espaços. O debate acerca do retorno às atividades presenciais, ao se basear exclusivamente em um sistema de aulas sem qualquer diálogo ou interação, representa um enorme retrocesso pedagógico**

retorno às atividades presenciais, ao se basear exclusivamente em um sistema de aulas sem qualquer diálogo ou interação, representa um enorme retrocesso pedagógico. Bebês e crianças pequenas não podem ser privados de interações e acolhimento em nome de uma volta esvaziada de segurança e sentido. Crianças, adoles-

centes, jovens e adultos de todas as idades também aprendem nas trocas. Não podem ser excluídos desse contexto. Retomar as atividades presenciais nas estruturas precárias das escolas e neste momento significa um avanço conservador sobre a educação, realizado às custas de vidas e da saúde de milhares de profissionais da educação e de educandos, em particular os mais pobres.

### INTERESSES PRIVATISTAS

Esse movimento está em consonância com interesses privatistas, que buscam homogeneizar e controlar as escolas, e enxergam uma enorme oportunidade de negócios. Em vez de investir no que é necessário, como manutenção das escolas a ampliação do número de profissionais, os governos injetam dinheiro público para aquisição de materiais e tecnologias de qualidade duvidosa e baixíssimo alcance. Procura-se silenciar também a atuação plural e transformadora das profissionais da educação, que têm sido tratadas publicamente como “preguiçosas”, “corporativistas” e “insensíveis”, a despeito das ações realizadas para manter o contato e vínculo com alunos e famílias.

Temos ouvido muito sobre os impactos desta situação. O termo “tragédia geracional” tem aparecido em diversas falas, inclusive na defesa da reabertura das escolas. Nós mesmos gostaríamos de retomar as atividades escolares com regularidade, mas não às custas de vidas. Aprendizagens se recuperam, vidas perdidas, não.

Enquanto não houver condições de saúde adequadas para o retorno às atividades presenciais, continuaremos a nos desdobrar para ajudar as nossas comunidades, e seguiremos firmes contra medidas irresponsáveis que colocam em risco milhares de pessoas. Contra a normalização da morte e da desigualdade, lutamos em defesa da vida e de mais investimentos na escola pública.



**Laura Cymbalista**  
– professora da rede municipal de São Paulo. Atua como Coordenadora

Pedagógica no CIEJA. Militante do movimento sindical e da setorial de educação do PSOL – SP.



# BOLÍVIA

## o golpismo sob a prova das urnas

**O golpe de 2019 tem uma chance efetiva de ser revertido – ou, ao contrário, o risco de ser confirmado pela via das urnas. É uma eleição com impacto muito além das fronteiras da Bolívia. O resultado poderá reforçar o giro direitista na América do Sul ou sinalizar, na esteira da eleição da dupla Alberto Fernández e Cristina Kirchner na Argentina, para uma retomada do protagonismo da esquerda na região**

### **Igor Fuser e Fábio Castro**

Na lista recente das reviravoltas políticas em países latino-americanos, com a substituição de governantes de esquerda ou

“progressistas” por políticos a serviço das oligarquias locais e dos interesses dos EUA, a mudança de rumo que ocorreu na Bolívia em 10 de novembro de 2019 foi, entre todas, a mais claramente golpista – e também

a mais violenta, acompanhada pelas tenebrosas sombras do fascismo e do racismo.

Em contraste com a discreta conduta dos militares nos golpes em países vizinhos (Paraguai, Brasil), na Bolívia quem



deu a cartada decisiva para a derrubada do presidente Evo Morales foi um general, Williams Kaliman, a principal autoridade militar do país.

Em meio a um cenário de caos em La Paz e outras cidades importantes, com as forças policiais amotinadas contra o governo e milícias de extrema direita tocando o terror, espancando integrantes da esquerda e incendiando casas, caberia a Kaliman, como chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, pôr as tropas na rua, em cumprimento ao dispositivo constitucional que atribui aos militares a missão de garantir a ordem em situações extremas, como aquela. Mas não. Em vez disso, o general apareceu diante dos principais meios de comunicação rodeado por um grupo de outros altos oficiais para

**Morales, sob o risco real de ser assassinado, renunciou e partiu para o exílio. Também renunciaram, igualmente debaixo de ameaças, o vice-presidente Álvaro García Linera, o presidente da Câmara dos Deputados, Victor Borda, e a presidenta do Senado, Adriana Salvatierra – os próximos na linha sucessória. Consumava-se o golpe**

“sugerir” ao presidente que apresentasse a renúncia<sup>1</sup>.

### **RISCO DE ASSASSINATO**

Um conselho difícil de recusar. Morales, sob o risco real de ser assassinado, renunciou e partiu para o exílio. Também renunciaram, igualmente debaixo de ameaças, o vice-presidente Álvaro García Linera, o presidente da Câmara dos Deputados, Victor Borda, e a presidenta do Senado, Adriana Salvatierra – os próximos na linha sucessória, todos eles integrantes do partido governista, o Movimento ao Socialismo (MAS). Enquanto isso, os policiais disparavam balas de verdade contra manifestantes pró-governo em diversos pontos do país (no total, cerca de 60 bolivianos morreram enfrentando os golpistas).

O Palácio Quemado foi invadido pelo líder da extrema direita racista de Santa Cruz, Luis Fernando Camacho, que ingressou no gabinete presidencial com uma Bíblia na mão, enquanto, nas ruas, os partidários queimavam a Whipala – bandeira indígena multicolor adotada na Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia como um símbolo tão importante quanto a bandeira nacional. Com os sucessores legítimos de Evo Morales fora do caminho, a senadora Jeanine Áñez, até então conhecida apenas pelas posições fundamentalistas cristãs, autoproclamou-se presidenta, com apoio das Forças Armadas. Ela assumiu o poder de forma interina, com o pretexto de que sua função seria apenas a de convocar novas eleições. Tornou-se “a primeira ditadora da história do continente”, conforme escreveu Renaud Lambert no *Le Monde Diplomatique*.

Em dez meses de existência, o governo Áñez se revelou um completo desastre. A incapacidade de organizar um Estado em desmanche, somado aos efeitos econômicos devastadores da pandemia de coronavírus, expuseram o caráter do golpe de Estado. O que mais se discutiu no país foram os perversos processos de corrupção institucional que se estabeleceram, entre os quais o escândalo da compra, pelo ministro da Saúde, Marcelo Navajas<sup>2</sup>, de 170 respiradores espanhóis superfaturados

1 Renaud Lambert, “Um golpe de Estado demasiado fácil em Bolívia”, *Le Monde Diplomatique*, dez 2019.

2 Demitido, Navajas se encontra em prisão domiciliar.

que jamais chegaram aos pacientes da Covid-19 aos quais se destinavam. Mesmo assim, Áñez entrou na disputa eleitoral, com a clara estratégia de ganhar tempo para inviabilizar a candidatura do MAS por meio de *lawfare*. Foram três prorrogações da data do pleito. A última delas provocou uma gigantesca mobilização de camponeses favoráveis ao MAS, que bloquearam as estradas bolivianas em centenas de pontos ao mesmo tempo, exigindo a imediata realização das eleições, marcadas finalmente para 18 de outubro.

### **CANDIDATO AMPLO**

Nesse cenário, a estratégia do MAS foi fortalecer a candidatura de Luis Arce, que em quase todo o período Morales foi o ministro da Economia. A percepção de que Arce é um excelente administrador sinaliza a aposta em um nome que, além de agradar aos militantes do MAS, tem o potencial de disputar o voto de eleitores centristas, atraídos a votar no principal candidato opositor, Carlos Mesa, um neoliberal que impulsionou a escalada golpista de 2019 sem se comprometer com o extremismo de Áñez e de Camacho. Dono de uma empresa de comunicação de massa, Mesa era o vice em outubro de 2003 quando o presidente Gonzalo Sánchez de Lozada fugiu para os Estados Unidos após massacrar manifestantes que reivindicavam a nacionalização das jazidas de gás natural. Assumiu o governo, mas renunciou dois anos depois, em meio a uma crise provocada pela recusa em assinar uma lei, votada em plebiscito e aprovada pelo Congresso, com essa mesma medida.

Abriu-se, à época, uma crise institucional que culminou com a realização das eleições antecipadas em que se saiu vitorioso o principal líder dos movimentos sociais, Evo Morales, com 53% dos votos. Atualmente, Morales comanda a campanha *masista* a partir do seu exílio na Argentina. Tentou disputar uma vaga de senador pelo departamento (província) de Cochabamba, mas teve sua candidatura bloqueada pela justiça eleitoral, por pressão do governo golpista.

### **CONTRA E A FAVOR**

As eleições estarão marcadas mais uma vez pela polarização entre os que estão a favor e contra o MAS. A pesquisa divulgada em 2 de outubro pela emissora de

**Em dez meses de existência, o governo Áñez se revelou um completo desastre. A incapacidade de organizar um Estado em desmanche, somado aos efeitos econômicos devastadores da pandemia de coronavírus, expuseram o caráter do golpe de Estado**

televisão Unitel apontava Arce em primeiro lugar, com 41,2% dos votos válidos, enquanto Mesa, seu oponente mais próximo, tinha 33,5% e Camacho aparecia em terceiro, com 17,7%. Essa pesquisa foi feita depois que Áñez se retirou da disputa, quando tinha apenas 10%, e em queda. Para que Arce seja eleito no primeiro turno, será necessário ampliar essa diferença, pois, pela lei boliviana, um candidato que obtenha mais de 40% nessa fase é declarado vencedor, sem a realização de um segundo turno, caso alcance uma diferença de, no mínimo, 10% de relação ao segundo colocado. A grande pergunta é se Arce alcançará ou não essa vantagem no primeiro turno, já que, numa segunda rodada, o eleitorado direitista apoiará Mesa maciçamente.

Camacho já deixou claro que não pretende desistir. Porta-voz da direita mais agressiva e da elite branca do agronegócio de Santa Cruz, no leste do país, ele espera fortalecer sua posição como líder regional e ampliar o número de parlamentares sob seu comando. Considera Mesa, um político da burguesia tradicional da região andina, como alguém moderado demais relação ao seu projeto extremista, que é o de não deixar pedra sobre pedra de tudo o que foi feito nos 13 anos de Morales no governo. Essa postura atrapalha a unidade das forças conservadoras, indispensável para impedir que a esquerda reconquiste nas urnas o poder que lhe foi roubado pelo golpe.

O jornalista Fernando Molina, correspondente do jornal espanhol El País em La Paz, calcula que ao menos um terço dos eleitores de Camacho possa optar pelo “voto útil” em Mesa para derrotar o Mas no primeiro turno. Por outro lado, a pesquisa da Unitel aponta um número incrivelmente elevado de eleitores que se declararam “indecisos”, 21,7%. Diante da truculência do governo de Jeanine Áñez e do clima de intimidação que se seguiu ao golpe de 2019, faz sentido imaginar, junto com alguns analistas do campo da esquerda, que muitos desses “indecisos” são na realidade eleitores do MAS, ou seja, de Arce, que não manifestam sua intenção de voto por medo.

### **NOVA LIDERANÇA**

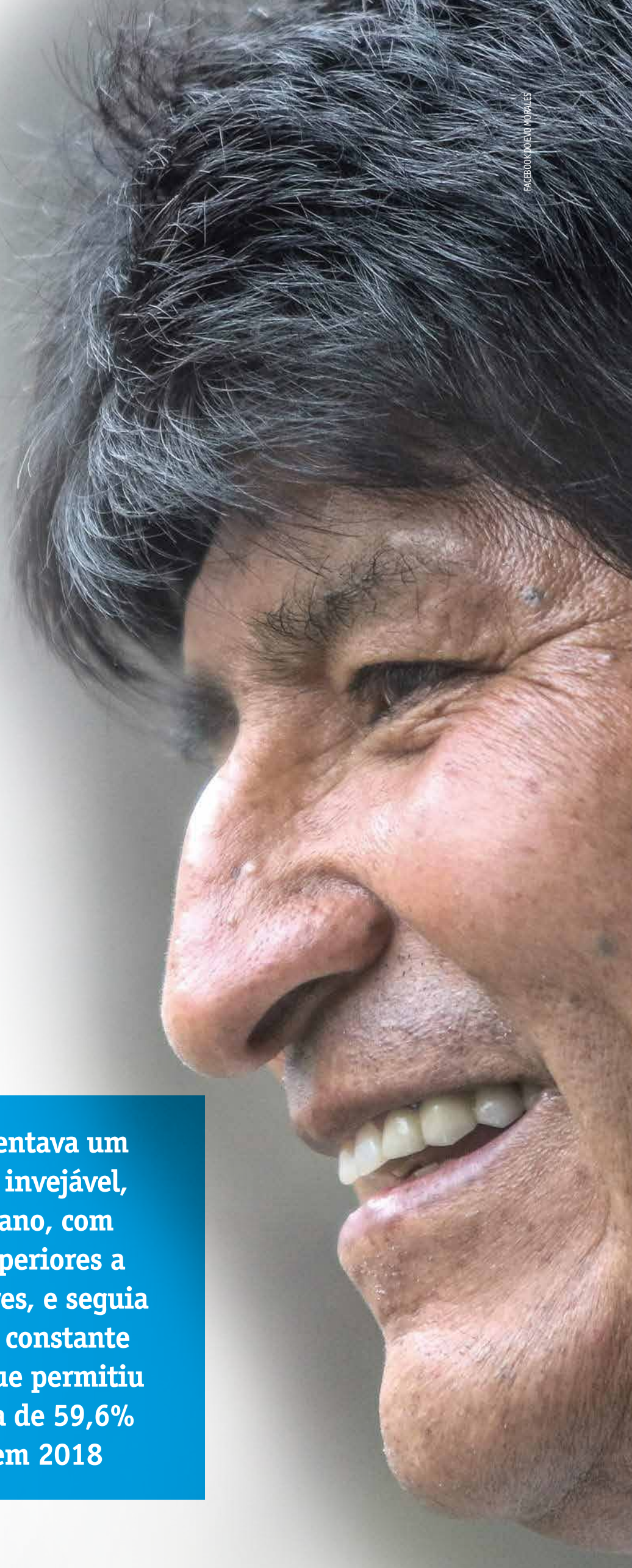
Seja qual for o resultado das eleições, uma provável consequência é o desloca-

mento de Morales da posição que vinha exercendo desde a primeira eleição presidencial, em 2005, como o líder incontestável e absoluto de um amplo leque de atores da esquerda boliviana que se agregou politicamente com a criação do MAS, no final da década de 1990. Uma vitória de Arce consagrará uma nova liderança no país e no partido e, certamente, um novo estilo de ação política.

A conduta de Evo (como é chamado pelos simpatizantes), tanto no período anterior ao da crise em que foi derrubado quanto nos meses transcorridos desde então, é fator de discórdia no interior do MAS, conforme aponta Katu Arkonada, um militante de esquerda que emigrou do País Basco para se engajar nas fileiras *masistas*, onde se tornou uma referência no debate político. “É grande o descontentamento das bases”, escreveu recentemente. “Aconteça o que aconteça, mas sobretudo se ocorrer uma derrota, o MAS de Evo Morales deverá enfrentar um processo de reflexão e de autocrítica para não repetir os erros cometidos nos últimos tempos, tanto no governo como no exílio, um processo de renovação de dirigentes que vá bem mais além das burocracias<sup>3</sup>”.

<sup>3</sup> Katu Arkonada, “18 de octubre: elecciones definitivas, inamovibles e impostergables em Bolivia”, blog na TeleSurTV, 15/08/2020, disponível em: <https://www.telesurtv.net/bloggers/18-de-octubre-elecciones-definitivas-inamovibles-e-impostergables-en-Bolivia-20200815-0003.html>.

**A Bolívia de 2019 apresentava um desempenho econômico invejável, no contexto sul-americano, com taxas de crescimento superiores a 4% nos três anos anteriores, e seguia o itinerário da melhoria constante nos indicadores sociais que permitiu ao país reduzir a pobreza de 59,6% em 2005 para 34,6% em 2018**



Morales é o único, entre os integrantes do grupo de presidentes sul-americanos que simbolizavam o chamado “progressismo” – figuras como Chávez, Lula, Correa e o casal Kirchner, além dele próprio –, a ter a liderança questionada pelas próprias bases após o início da maré direitista na região. A relativa fragilidade política no pós-golpe tem a ver com um traço peculiar da inversão política ocorrida na Bolívia em 2019.

Lá, a derrubada do governo progressista não foi antecedida por uma crise econômica nem por denúncias devastadoras de corrupção, como ocorreu no Brasil. A Bolívia de 2019 apresentava um desempenho econômico invejável, no contexto sul-americano, com taxas de crescimento superiores a 4% nos três anos anteriores, e seguia o itinerário da melhoria constante nos indicadores sociais que permitiu ao país reduzir a pobreza de 59,6% em 2005 para 34,6% em 2018. Os casos de corrupção apresentados na mídia empresarial – alguns verdadeiros; outros, inventados – estiveram longe de causar o impacto verificado em outros países. Morales escorregou foi na política.

**O Caso Zapata eclodiu quando um jornalista apresentou uma suposta certidão de nascimento atestando que Morales seria o pai de um menino de nome Ernesto Fidel Morales Zapata, nascido em 2007 de um relacionamento entre o presidente e uma moça chamada Gabriela Zapata. A 18 dias do referendo, provou-se que era tudo mentira. Era tarde**

#### **MOBILIZAÇÃO EM QUEDA**

Uma sublevação contra Evo Morales não estava no horizonte de ninguém. Mas, nas três semanas decisivas entre outubro e novembro de 2019, a oposição mobilizou-se com mais firmeza que as

bases “evistas” que, depois de quase 14 anos no poder, foram perdendo capacidade de mobilização enquanto o Estado ia substituindo as organizações sociais como fonte de poder e burocratizando o apoio ao “processo de mudança”. Em pou-





cas horas, aquele que foi o governo mais forte da Bolívia nos últimos 100 anos desmoronou por completo.

Cinco anos antes, em 2014, Evo foi reeleito para um terceiro mandato com mais de 60% dos votos. Esse era um indicador de que, apesar das contradições e das dificuldades em avançar o “processo de mudança”, o líder indígena e camponês ainda possuía muita legitimidade entre a população. A direita não conseguiu propor um nome que pudesse vencer as eleições ou ao menos polarizar radicalmente o cenário político nacional, como aconteceu, respectivamente, na Argentina (com Mauricio Macri, eleito em 2015) e no Brasil, com a Operação Lava-Jato e a campanha do *impeachment*.

Foi uma avaliação otimista do prestígio de Evo Morales, juntamente com a preocupação diante do cenário de avanço das forças de direita nos países vizinhos e de uma contraofensiva dos EUA em escala continental, o que levou o MAS, em 2016, a submeter a uma consulta popular a possibilidade de reeleição indefinida, o que viabilizaria a candidatura de Morales para um quarto mandato.

Pela Constituição boliviana, é permitida apenas uma reeleição para cargos executivos – e a primeira eleição de Morales foi excluída da contagem porque ocorreu nos marcos de uma legislação anterior. A cientista política Soledad Valdivia Rivera relembra que o presidente fechou o ano de 2014 com 75% de aprovação e o de 2015 com 65%, o que pavimentaria a chance de concorrer às eleições de 2019<sup>4</sup>.

#### **DERROTA NO REFERENDO**

Ao contrário do que esperava o governo, o referendo em 2016 foi a pedra de toque para a radical polarização do país. No dia 21 de fevereiro, o famoso 21F, a população decidiu pelo “Não”, ou seja, Evo Morales não poderia concorrer às eleições de 2019. Um resultado estreito, por uma diferença de 2,6%, pouco mais de 130 mil votos. Foi a primeira derrota de Morales. A interpretação de Rivera é bastante elucidativa sobre o que estava em jogo no referendo e quais as armas foram usadas.

<sup>4</sup> Soledad Valdivia Rivera, *Political networks and social movements: Bolivian State-Society relations under Evo Morales, 2006-2016*. New York: Berghahn.

**Em vez de aceitar a derrota no referendo, Morales cometeu o que talvez tenha sido o maior erro de sua carreira. Insistiu na luta por uma nova postulação presidencial. A direita montou uma estratégia eleitoral com base numa frase, “Bolívia disse não”, ao mesmo tempo em que acusava Morales de “ditador”**

A autora indica que, entre outras coisas, ocorreu a participação ativa da mídia nas redes políticas que influenciaram os resultados do pleito, com a manipulação da opinião pública no chamado Caso Zapata.

Tal episódio colocou em xeque a integridade da liderança política de Evo Morales por meio da montagem de um cenário novelístico moralista que envolvia sexo, abandono de filho e corrupção internacional, entre outras coisas. O Caso Zapata eclodiu quando um jornalista da TV comercial apresentou uma suposta certidão de nascimento atestando que Morales seria o pai de um menino chamado Ernesto Fidel Morales Zapata, nascido em 2007 de um relacionamento entre o presidente e uma moça chamada Gabriela Zapata. A essa notícia, agregou-se em seguida uma outra de que Zapata teria utilizado sua ligação com o presidente para reivindicar vantagens em contratos do governo com uma empresa chinesa, para a qual (segundo dizia) teria trabalhado como lobista.

Era tudo mentira. A criança jamais existiu, conforme a própria Zapata confirmou mais tarde, e a denúncia de corrupção não tinha pé nem cabeça.

O fato é que o presidente e sua equipe não foram capazes de montar uma defesa adequada perante as acusações. Em suas declarações Morales (que é solteiro) se atrapalhou, não foi capaz de negar a existência de um filho abandonado e chegou a afirmar que recebeu a notícia de que o menino tinha morrido pouco depois do nascimento. A suposta mãe se recusou a apresentar a criança, alegando que fazia isso para proteger sua privacidade. Enfim, uma confusão dos demônios, que só se esclareceu quando, meses mais tarde, o próprio jornalista que fez a denúncia confessou que a certidão de nascimento era falsa.

Aí, o estrago já estava feito. O *timing* da acusação, a apenas 18 dias do referendo, foi determinante para que a oposição fortalecesse a campanha e manipulasse a opinião pública a favor do *Não*.

Não havia tempo para uma investigação adequada checar a veracidade das acusações. O papel da mídia no Caso Zapata foi decisivo para a vitória do *Não*. Antes da explosão do escândalo, as pesquisas ainda indicavam vitória do *Sim*, mesmo com toda a oposição articulada ao redor de um projeto comum: derrotar Morales.

## INTERFERÊNCIA DA MÍDIA

Soledad Valdivia Rivera, em livro sobre a política boliviana naquele período, conclui que o Caso Zapata demonstra como a mídia atua politicamente em favor da direita e, por outro lado, refuta as acusações frequentes de que Morales era um ditador e que impunha restrições à liberdade de expressão. Em seguida ao resultado positivo para a oposição, o Caso Zapata foi quase esquecido pelos meios de comunicação. Já tinha cumprido seu papel na cena política.

Em vez de aceitar o resultado do referendo de 21F, Morales cometeu o que talvez tenha sido o maior erro de sua carreira política. Insistiu na luta por uma nova postulação presidencial, recorrendo ao Judiciário com o argumento de que o bloqueio a uma nova candidatura era uma violação aos direitos humanos, já que todos os cidadãos devem ter iguais possibilidades de concorrer aos cargos públicos. No final de 2017 o Tribunal Constitucional aprovou o recurso do presidente, numa decisão cujo efeito prático foi invalidar o resultado do 21F.

Desde o ano anterior, um único tema já dominava completamente a agenda polí-

tica do país: uma discussão interminável em torno da alternância ou da perpetuação no poder. A direita montou uma estratégia eleitoral com base numa frase, “Bolívia disse não”, ao mesmo tempo em que acusava Morales de “ditador”.

No campo da esquerda, hegemônica pelo MAS, não houve espaço para discutir a possibilidade da indicação de um candidato alternativo para a sucessão. Sendo o partido um instrumento político dos movimentos sociais, a pressão das organizações camponesas e a força política de Morales, amparado em dois mandatos de forte crescimento econômico e distribuição de renda, além de uma política anticíclica que manteve a estabilidade, ofuscaram qualquer discussão sobre uma possível renovação no poder. O presidente negava a intenção de se perpetuar no palácio, indicando que esse seria o último mandato do binômio Morales-Línera e que despontavam nomes de jovens possíveis candidatos à sucessão em 2025: a já mencionada senadora Adriana Salvatierra e o líder *cocalero* Andrónico Rodríguez.

## MILÍCIAS VIOLENTAS

Entretanto, a insistência na candida-

tura de Morales promoveu uma mudança qualitativa na polarização política do país. Há indícios da formação de milícias violentas em todo período entre o 21F e as eleições de 2019, fenômeno explícito em algumas demonstrações antidemocráticas, de ódio, contra Morales e o MAS. O foco dessa oposição se situou na região de Santa Cruz, mais exatamente no Comitê Cívico, que se aglutinava sob a liderança de Camacho.

Há ainda outro fator importante nessa história. A Bolívia apostou suas fichas do futuro na estratégia de industrialização do lítio no país, tendo como fundamento a vantagem comparativa de possuir as maiores reservas dessa matéria-prima no mundo. Apesar de o projeto avançar lentamente e ainda constar da esfera das perspectivas, o lítio entrou de vez no contexto da polarização política, quando outro comitê cívico, o de Potosí (ComciPo), imprimiu um tom de desafio às reivindicações ao redor do tema dos *royalties* da exploração de lítio para a região, acusando o governo de entreguista pela associação da estatal boliviana YLB com a empresa alemã ACISA. Marco Pumari, o líder do Comcipo, iniciou uma greve de fome jus-



tamente 20 dias antes das eleições do ano passado (mais uma vez, o *timing* perfeito).

Em meio a um cenário de tensão política crescente, as eleições ocorreram em 21 de outubro de 2019, tendo como resultado a vitória de Morales em primeiro turno, com 47% dos votos e uma pequena vantagem acima dos 10% de diferença sobre o segundo colocado, Carlos Mesa. Mas a forma de contagem dos votos e a decisiva participação da Organização dos Estados Americanos (OEA) foram as faíscas para explodir o caldeirão boliviano. Os movimentos de classe média ocuparam as ruas e começaram a organizar paralisações ao redor dos comitês cívicos, sob a liderança de Camacho. Agitou-se a denúncia de fraude nas eleições.

Morales se viu pressionado, pois, além da capilaridade, os protestos foram marcados por uma escalada de violência<sup>5</sup>. Quando, acuado, o presidente se dispôs a

5 Houve perseguição e linchamento público de políticos do MAS, incêndio na residência da irmã do presidente e, inclusive, um suspeito acidente com um helicóptero em que estava Morales. Cf: <https://www.aljazeera.com/news/2019/11/bolivia-evo-morales-unhurt-helicopter-emergency-landing-191105010543032.html>



**Em meio a um cenário de tensão política crescente, as eleições ocorreram em 21 de outubro de 2019, tendo como resultado a vitória de Morales em primeiro turno, com 47% dos votos. Mas a forma de contagem dos votos e a decisiva participação da OEA foram as faíscas para explodir o caldeirão boliviano**

aceitar a anulação do resultado e a concorrer em novas eleições, já era tarde. A oposição, sentindo a fraqueza do presidente e a ausência de mobilizações significativas em seu apoio, partiu para o golpe, com uma brutalidade e audácia que deixaram o campo *masista* em estado de choque.

#### **ENCRUZILHADA ELEITORAL**

Agora o golpe boliviano tem uma chance efetiva de ser revertido – ou, ao contrário, o risco de ser confirmado pela via das urnas. É uma eleição que terá um impacto muito além das fronteiras da Bolívia. O resultado poderá reforçar o giro direitista na América do Sul ou sinalizar, na esteira da eleição da dupla Alberto Fernández e Cristina Kirchner na Argentina, para uma retomada do protagonismo da esquerda na região. Aliás, a presença da liderança “progressista” no país vizinho é uma mudança qualitativa no cenário que rodeia a eleição boliviana e pode ser um elemento determinante para a afirmação dos resultados do pleito em caso de vitória do MAS, muito diferente do que aconteceu em 2019, quando o país estava cercado pelo véu Bolso-Macri. Isso, se os chefes políticos da oligarquia, assessorados de perto por operadores estadunidenses ligados à gestão de Donald Trump, não deflagrarem um “golpe dentro do golpe” (desconfia-se que o governo de Áñez esteja conspirando para declarar a ilegalidade do MAS), o que transformaria a Bolívia na primeira ditadura sul-americana ostensiva e escancarada no século 21.



**Igor Fuser é professor no Bacharelado em Relações Internacionais e nos programas de pós-graduação em Energia e em Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC (UFABC).**



**Fábio Castro é economista, doutorando em Economia Política Mundial na Universidade Federal do ABC (UFABC) e professor no ensino superior.**



**AS ELEIÇÕES NOS  
ESTADOS UNIDOS  
E A CRISE**  
**resultado terá  
reflexos globais**



## Carlos Eduardo Martins

Desde a pós-guerra, em 1945, a reeleição presidencial foi a norma nos Estados Unidos. Apenas quatro vezes um presidente estadunidense não conseguiu a reeleição. O primeiro foi Richard Nixon, eleito em 1972, que sofreu o *impeachment* numa conjuntura crítica de derrota no Vietnã, ascensão dos movimentos sociais e escândalo de Watergate. O segundo foi Gerald Ford, o vice e sucessor de Nixon, derrotado em 1976. Jimmy Carter, que vencera Ford, perdeu para Reagan em 1980, no contexto das revoluções iraniana, nicaraguense e da elevação dos preços internacionais do petróleo. Por fim, George Bush pai, eleito em 1988, foi superado por Bill Clinton em 1992, beneficiado pela candidatura antiglobalista e conservadora do multimilionário Ross Perot, que atingiu 18,9% dos votos.

Todavia, o colapso da globalização neoliberal, disparado pela pandemia da Covid-19, atinge em cheio a economia estadunidense, criando um novo cenário na conjuntura política, social e ideológica dos Estados Unidos. Isso se manifesta no decrescimento agudo do comércio e dos fluxos internacionais de capital, do produto mundial, e no abandono das políticas de austeridade e em favor das políticas sociais e de sustentação do setor produtivo. Tal colapso, que pode ser provisório, é o resultado, entretanto, de movimentos profundos. Nossa hipótese é a de que expressa a combinação entre o esgotamento da fase A, do ciclo de Kondratiev, iniciada em 1994; a entrada numa fase aguda da crise de hegemonia dos Estados Unidos; e a crise ambiental, função de sua incapacidade para desenvolver uma nova etapa da revolução científico-técnica, centrada num paradigma biotecnológico, intensivo em saúde pública, preservação e regeneração ambientais<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Para uma análise mais detalhada do assunto veja-se o nosso *Globalização, dependência e neoliberalismo na América* (2011), publicado pela Boitempo, que foi ampliado e atualizado na versão em inglês publicada pela Brill em 2020. Os ciclos de Kondratiev se vinculam ao surgimento de novos paradigmas tecnológicos e crise dos obsoletos e dividem-se em fases A e B, de aproximadamente 25 a 30 anos de expansão ou recessão, entendida não necessariamente como decrescimento, mas principalmente como uma taxa de expansão significativamente abaixo da média da longa duração. Surgem nos países mais industrializados europeus na primeira metade do século XIX e passam a afetar o os ritmos da economia mundial desde 1870.

**Donald Trump lançou nos últimos anos um imperialismo unilateral e chauvinista, que descartou a articulação do consenso neoliberal e as políticas de hegemonia. Ele lançou mão do poder do Estado norte-americano para desmontar as pressões competitivas da globalização. Usou a força não apenas contra adversários, como China e Rússia, mas também contra aliados, como os países da União Europeia, México e Canadá. Com resultados econômicos pífios, em boa parte, devido à pandemia, pode ser derrotado pela oligarquia financeira democrata. Um sério golpe para a direita global**

## **SOBREPOSIÇÃO DE CRISES**

A globalização neoliberal já vinha em acelerado processo de desgaste nos anos 2010. A recuperação econômica da crise de 2008-09 foi medíocre nos Estados Unidos e na União Europeia. O comércio internacional não se projetou à frente do crescimento do PIB, e os fluxos internacionais de capitais entraram em declínio, a partir de 2015, sem alcançar os níveis de 2007.

A eleição de Donald Trump representou a reação à estratégia neoliberal de inserção dos Estados Unidos na economia mundial que acelerou a desindustrialização, os déficits comerciais, o endividamento público com estrangeiros, a desigualdade, a pobreza e o desemprego. Sua pretensão é a de reverter o declínio industrial e tecnológico dos Estados Unidos, em especial, em favor dos novos polos de poder como a China, no plano econômico, e a Rússia, no plano militar. Para isso, lançou um imperialismo unilateral e chauvinista, que descartou a articulação do consenso neoliberal e as políticas de hegemonia e reivindicou a força do Estado norte-americano para desmontar as pressões competitivas da globalização, usando-a não apenas contra adversários, como China e Rússia, mas também contra aliados, como os países da União Europeia, México e Canadá, ou organismos multilaterais como a OMC e a OMS.

## **GUERRA COMERCIAL**

Trump abriu uma guerra comercial contra a China, impôs sanções contra suas empresas, pressionando outros Estados a replicarem-nas para isolá-la na disputa sobre a fronteira tecnológica. Ao fazê-lo aproximou-a da Rússia, a quem impôs dezenas de sanções, para conter seus projetos geopolíticos, fortalecendo indiretamente as aspirações de um projeto eurasiático. Todavia, ele não rompeu com a globalização financeira e nem com diversas dimensões do neoliberalismo: removeu parte das regulações estabelecidas no governo Obama sobre o setor financeiro e os rentistas, reduziu a carga tributária sobre as grandes corporações, ampliou os gastos militares, elevou as taxas de juros e ampliou o déficit público.

Os resultados alcançados por Trump foram muito limitados. Ele não impediu que avançasse a deslocalização das empresas estadunidenses, que as chinesas as supe-

**A globalização neoliberal já vinha em acelerado processo de desgaste nos anos 2010. A recuperação econômica da crise de 2008-09 foi medíocre nos Estados Unidos e na União Europeia. O comércio internacional não se projetou à frente do crescimento do PIB, e os fluxos internacionais de capitais entraram em declínio a partir de 2015**

rassem na lista das 500 da revista *Fortune* e que a pequena redução do déficit comercial norte-americano se desse às custas de um profundo desgaste de sua liderança mundial e de uma escalada de conflitos internos com o segmento mais transnacional do setor produtivo.

Todavia, a diminuição do desemprego, iniciada no segundo mandato de Obama, apesar de um leve crescimento na desigualdade, dava-lhe a dianteira nas pesquisas eleitorais e um protagonismo político centrado em torno do eleitorado branco conservador e da defesa violenta de suas prerrogativas contra a competição exercida pelo imigrante e pelo multiculturalismo sobre os postos de trabalho e a hegemonia cultural norte-americana. Tal cenário foi suplantado pela Covid-19 que transformou os Estados Unidos no novo epicentro de uma crise mundial, evidenciando as debilidades estruturais de sua economia, a gestão desastrosa e a liderança incauta política de Trump, acelerando o declínio de seu poder no sistema mundial.

## **ALTO ENDIVIDAMENTO**

O alto nível de endividamento do Estado norte-americano e de suas empresas contrastam com o baixo nível do chinês e suas empresas estatais, o que amplia o espaço de atuação e a eficiência do regime de acumulação sinocêntrico em relação ao estadunidense, cada vez mais pressionado pela contradição da desproporção da expansão entre os ativos financeiros e o PIB. Tal desproporção foi financiada, desde o giro neoliberal dos Estados Unidos, nos anos 1980, com expansão do endividamento público e privado internacional, o que se manifestou no crescimento mais que proporcional dos pagamentos ao resto do mundo que das receitas, reciclados em novas entradas pela financeirização.

Entretanto, se é correta a hipótese de que estamos em um ponto de inflexão para uma fase B de um ciclo de Kondratiev, que atingirá especialmente os Estados Unidos, a eventual ruptura desse esquema de financiamento pode colocar em questão o protagonismo do dólar, principal cidadela de um poder cada vez mais parasitário. Um novo período longo de recessão provavelmente impulsionará o aumento secular do gasto público em relação ao PIB no mundo, o que deverá reduzir o volume das reservas internacionais, am-

pliar o controle do balanço de pagamentos e expandir o investimento interno sob a pressão dos movimentos sociais.

Além disso, a liderança militar dos Estados Unidos está cada vez mais sendo desafiada pelos constrangimentos que o endividamento coloca para a expansão dos seus gastos militares, que em 2000 representavam 6,5 vezes o orçamento de Rússia e China juntos, mas em 2019, apenas 2,2 vezes.

#### **ESTADO E PLANEJAMENTO NO ORIENTE**

A China parece muito mais capacitada para enfrentar o novo período recessivo que os Estados Unidos. A forte presença do Estado, do planejamento central e de suas empresas estatais permite a manutenção de altas taxas de investimento com baixas taxas de lucro. A liderança no desenvolvimento de tecnologias limpas, o papel central nas tecnologias de saúde, que produzem 80% dos componentes ativos dos antibióticos fabricados nos Estados Unidos, a nova orientação estratégica da política de Estado para uma sociedade de serviços de alta tecnologia e o consumo interno, bem como a política internacional de projeção do arco de de-

**O alto nível de endividamento do Estado norte-americano e de suas empresas contrastam com o baixo nível do chinês e suas empresas estatais, o que amplia o espaço de atuação e a eficiência do regime de acumulação sinocêntrico em relação ao estadunidense**

envolvimento para a Eurásia e o Sul Global via BRICS, a colocam como vértice da construção de um novo eixo geopolítico, que prioriza espaços territoriais e demográficos deprimidos pelo desenvolvimento desigual imposto pelo imperialismo anglo-saxão e europeu.

#### **AS ELEIÇÕES ESTADUNIDENSES SE DIVIDIRÃO EM DOIS PROJETOS:**

**A) O DE TRUMP E DA EXTREMA DIREITA ESTADUNIDENSE,** que se lança em rumos cada vez mais neofascistas, buscando a utilização da força do Estado norte-americano para reverter o declínio. Esse proje-



**Senador por Delaware, de 1973 a 2009,  
Joe Biden representa a tradicional  
oligarquia centrista democrata tendo  
apoiado o bombardeamento do  
Kosovo e a guerra contra o Iraque.  
Buscará cooptar os movimentos  
sociais para aceitarem a política  
do establishment liberal**

to aumenta o nível de tensões e conflitos internacionais, tende a retomar a médio e longo prazo o complexo industrial-militar como centro do gasto público em alternativa à financeirização e a proposta de repatriação do capital estadunidense só pode se viabilizar sob brutal repressão da classe trabalhadora norte-americana para restabelecer internamente a taxa de lucro que se alcança fora. Essa política se projeta sobre a América Latina ameaçando

relançar a Doutrina do Destino Manifesto, de intervenções militares diretas ou indiretas, e golpes de Estado. Aparentemente, derrotado nas eleições, apesar da gestão desastrosa da pandemia da COVID-19, Trump foi beneficiado pelos programas anticrise de ajuda social que combinados à queda intensa do PIB, reduziram a desigualdade e a pobreza nos Estados Unidos, o que pode lhe dar combustível e competitividade nas eleições de novembro.

**B) O DOS DEMOCRATAS, LIDERADOS POR JOE BIDEN e Kamala Harris, que, caso vitoriosos, tenderão a retomar o consenso universalista neoliberal estadunidense, por meio das bandeiras do livre-comércio e livres fluxos de capitais por meio de acordos hemisféricos, multilaterais e organismos internacionais. Eles terão, entretanto, o objetivo de conter a China e a Rússia, e não desmontarão completamente o nível de agressividade apresentado por Trump.**

Para a América Latina esse projeto pode retomar processos inovadores como o de desmonte do embargo a Cuba. Evitará intervenções militares diretas, mas estará articulando guerras híbridas e cercos, com o qual pretenderá impor sua hegemonia sobre a região e tomar controle da Venezuela. A indicação de Kamala aponta a intenção de atrair o apoio dos movimentos sociais, afroamericanos e latinos mas, dificilmente, colocará as políticas sociais acima das de financeirização.

**OLIGARQUIA BÉLICA**

Senador por Delaware, de 1973 a 2009, Joe Biden representa a tradicional oligarquia centrista democrata tendo apoiado o bombardeamento do Kosovo e a guerra







VICTOR JUHAZ

contra o Iraque, e buscará cooptar os movimentos sociais para aceitarem a política do *establishment* liberal. Trata-se de um importante limite de mobilização social, uma vez que o êxito da política antirracista depende do enfrentamento da superexploração dos trabalhadores que se desenvolve nos Estados Unidos desde os anos 1980. Como demonstram Adolph Reed Junior e Walter Been Michaels (2020), 77% das disparidades de renda entre brancos e negros estão entre os 10% mais ricos de

cada segmento e apenas 3% entre os 50% mais pobres. Tal contradição fragiliza essa ofensiva e os resultados eleitorais. Porém, a crise da democracia norte-americana é profunda. Os vínculos históricos com o racismo, resultado das relações de longa duração com o imperialismo, com o colonialismo e com a escravidão, tornam o seu êxito muito vinculado à ideologia da prosperidade, que tende a ser desafiada pela recessão e pelo declínio.

Provavelmente, assistiremos nos próxi-

mos anos a forte atuação dos movimentos sociais em busca de formas de expressão política e influência sobre o Estado norte-americano que unifiquem a classe trabalhadora em sua diversidade étnico-racial e de gênero contra o imperialismo e brutal expansão da desigualdade, que limitaram a expansão da renda dos 50% mais pobres a 3% do crescimento econômico entre 1980-2014 (Piketty et alli, 2018).

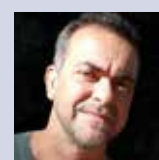
**A crise da democracia é profunda nos EUA. Os vínculos históricos com o racismo, com o imperialismo, com o colonialismo e com a escravidão, tornam o seu êxito muito vinculado à ideologia da prosperidade, que tende a ser desafiada pela recessão e o declínio industrial e tecnológico do país**

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Martins, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo, Boitempo, 2011.

Michaels, Walter Been e Reed, Adolph (2020) The trouble with despair. Acesso em [nonsite.org/the-trouble-with-disparity/](https://nonsite.org/the-trouble-with-disparity/)

Piketty, Thomas et alli (org) (2018) World Inequality Report. Acesso em [wir2018.wid.world/files/download/wir2018-summary-english.pdf](https://wir2018.wid.world/files/download/wir2018-summary-english.pdf)



**Carlos Eduardo Martins** é professor associado do IRID/UFRJ e PEPI/UFRJ. Pesquisador do Clacso e Coordenador do LEHC/UFRJ.



# A simbiose entre Record, SBT e Bolsonaro


## Bia Barbosa

Na biologia, a simbiose pode ser definida como uma interação a longo prazo entre organismos da mesma espécie – ou de espécies diferentes – considerada benéfica para todos os envolvidos. A simbiose pode ser obrigatória ou facultativa. Mas, no caso em questão, ela está sendo estratégica. Quando o candidato Jair Messias Bolsonaro foi eleito em 2018, tendo nos evangélicos uma das fatias prioritárias de seu eleitorado, ficou claro que a aliança com a Igreja Universal do Reino de Deus e com a

Rede Record seria de grande serventia ao longo de todo o mandato presidencial. A emissora do Bispo Edir Macedo, ao lado do SBT de Silvio Santos, já tinha dado provas, durante a campanha, da disposição em apoiar um governo ultraliberal na economia e ultraconservador nos costumes. Empossado, Bolsonaro investiu, literalmente, na continuidade da parceria.

Com Fábio Wajngarten, sócio majoritário da FW Comunicação, que sempre prestou serviço para empresas de mídia, à frente da Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República,

a segunda e a terceira maiores redes de TV passaram a ganhar muito mais com a publicidade estatal do que a líder de audiência e adversária prioritária do presidente, a Globo. Em relatório publicado em 2019, o Tribunal de Contas da União (TCU) indicou a consolidação de uma tendência que começou na gestão Michel Temer, que também enxergou na Globo um desafeto. De 26,6% do bolo publicitário recebido em 2017, a Record passou para 42,6% em 2019. No mesmo período, a do SBT cresceu de 24,8% para 41% (2019). A Globo caiu de 48,5% para 16,3%.



**Enquanto as redes se alimentam de verbas publicitárias e contratos facilitados pelo governo, o presidente fortalece sua base com a programação conservadora e a cobertura dócil das emissoras**

Enquanto em 2018, a emissora carioca recebeu R\$ 19,1 milhões em verbas de publicidade, Record e SBT receberam juntas R\$ 20,4 milhões. Já em 2019, com Bolsonaro no Planalto, o cenário se inverteu: juntas, Record e SBT receberam R\$ 26,8 milhões do governo, mais do que o triplo dos R\$ 7,4 milhões destinados à TV Globo<sup>1</sup>. Cerca de 72% do total dos gastos públicos federais com publicidade foram para a campanha em prol da Reforma da Previdência.

<sup>1</sup> Dados publicados pela Revista Piauí em fevereiro de 2020. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/conta-da-publicidade-oficial/>

#### **AUDIÊNCIA DESPROPORCIONAL ÀS VERBAS**

O problema é que a audiência dessas emissoras não cresceu nessa proporção, jogando por terra a ideia de que os anúncios públicos devem ser distribuídos de acordo com o percentual da população que vão alcançar. Em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo* em janeiro<sup>2</sup>, o procurador Lucas Rocha Furtado, do Ministério Público

<sup>2</sup> Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/ministerio-publico-de-contas-pede-que-tribunal-investigue-atos-de-chefe-da-secom.shtml>

**De 26,6% do bolo publicitário recebido em 2017, a Record passou para 42,6% em 2019. No mesmo período, o SBT cresceu de 24,8% para 41% (2019). A Globo caiu de 48,5% para 16,3%. Enquanto em 2018, a emissora carioca recebeu R\$ 19,1 milhões em verbas de publicidade, Record e SBT receberam juntas R\$ 20,4 milhões. Já em 2019, com Bolsonaro no Planalto, o cenário se inverteu: juntas, Record e SBT receberam R\$ 26,8 milhões do governo, mais do que o triplo dos R\$ 7,4 milhões destinados à TV Globo**

de Contas, declarou que a Secom não tem seguido critérios de audiência e pediu a investigação de Wajngarten. O relator é o ministro Vital do Rêgo e o processo ainda não tem data para ser julgado pela corte.

Em junho, porém, Wajngarten deixou de ser ministro da Secom e virou secretário-executivo do Ministério das Comunicações, recriado por Bolsonaro via Medida Provisória aprovada em setembro pelo Congresso. O novo chefe de Wajngarten, desde então, passou a ser o genro de Silvio Santos, até então deputado federal pelo PSD do Rio Grande do Norte, Fábio Faria. Os laços familiares de Faria foram apresentados pelo presidente como credenciais positivas do novo ministro, que também vem de família de radiodifusores no Nordeste, controladora da Rádio Agreste Ltda. Com a recriação do MiniCom, além de agradecer o chamado Centrão com a destinação de mais um cargo no alto escalão, Bolsonaro alimentou um pouco mais a simbiose com o SBT.

### PROGRAMAÇÃO ALINHADA

Agradecimento pelo apoio recebido em campanha ou incentivo para que a parceria continue ao longo do mandato, a realidade é que Record e SBT não têm precisado de grandes ajustes em suas programações para seguirem de mãos dadas com o bolsonarismo. E, talvez, por isso a relação esteja sendo tão agradável para os dois lados.

Com duas horas de conteúdo religioso por dia, uma novela chamada *Jesus* exibida em horário nobre (21h30), desenhos bíblicos para as crianças nas manhãs de domingo e mais de cinco horas de programação diária ocupada pelos chamados programas policialescos (*Balanço Geral* e *Cidade Alerta*), a Record é o canal que mais abraça os seguidores de Bolsonaro. Afinal, não foi apenas a bancada da bala que cresceu em Brasília embalada pelos discursos autoritários de Marcelo Rezende – que chegou a defender o assassinato de um suspeito ao vivo pela PM de São Paulo – e Luiz Bacci. A ideologia fascistoide do presidente encontrou um terreno muito fértil num país que, há pelo menos 20 anos, permite que casos de assassinato, estupro, sequestro, linchamentos e violência de toda sorte, narrados por apresentadores pregando a tortura e o justicamento, acompanhem os brasileiros da manhã à noite em suas salas de TV.

Em fevereiro deste ano, o apresentador

**Com duas horas de conteúdo religioso por dia, uma novela chamada *Jesus*, exibida em horário nobre, desenhos bíblicos para as crianças nas manhãs de domingo e mais de cinco horas de programação diária ocupada pelos chamados programas policialescos, a Record é o canal que mais abraça os seguidores de Bolsonaro**

Luiz Bacci não viu problemas em contar ao vivo para uma mãe, durante uma entrevista, que sua filha, até então considerada desaparecida, tinha sido encontrada morta, vítima de feminicídio. O desespero da mãe, que chegou a desmaiar, foi transmitido sem pudores pela Record, que só interrompeu a matéria quando a mãe da vítima acordou do desmaio e começou a gritar. O vídeo, que seguia nas redes do canal, só foi excluído após a intensa repercussão negativa. Em 2015, quando o Intervozes lançou a campanha “Mídia sem Violações de Direitos”<sup>3</sup>, com o objetivo de receber denúncias de abusos das emissoras de TV diante dos

3 <https://www.midiasemviolacoes.com.br/>

direitos humanos, o *Cidade Alerta* já era o campeão de violações.

### O CONTÁGIO DA FÉ

No contexto de pandemia, os programas religiosos foram aliados preferenciais de Bolsonaro no discurso contra o isolamento social. Grandes interessadas em seguirem abertas, as igrejas se somaram ao Planalto na propagação de desinformação para minimizar os riscos da Covid-19 e da sua transmissão. Em abril, o programa Inteligência e Fé, comandado por Renato Cardoso, genro de Edir Macedo, exibiu entrevistas com pastores residentes em Nova York e na Flórida reforçando a igreja como serviço essencial. Atacando o que seria uma atitude de políticos de esquerda contra as igrejas, o bispo afirmou “não estou puxando pra direita, mas em geral a esquerda, políticos avessos ao evangelho, especialmente à IURD, estão aproveitando esse momento para alimentar preconceito contra a igreja”<sup>4</sup>.

Um apresentador da Record chegou a afirmar que, se dependesse de “certos governantes”, os atingidos pela crise econômica provocada pela pandemia estariam “perdidos”, mas sobreviveriam “graças à Universal e às pessoas que estão doando pelas contas da Universal e com cestas nas igrejas”. Os programas também enfatizaram, por meio de testemunhos, a defesa da importância da igreja para tirar as pessoas “da situação de medo e depressão” e para ajudar as famílias a se manterem estruturadas em tempos de confinamento. Foi em entrevista ao *Programa do Ratinho*, este no SBT, no dia 20 de março, que Bolsonaro defendeu a abertura das igrejas porque essas seriam “o último refúgio das pessoas”.

### RELIGIÃO FICCIONAL

A pandemia levou a Record a reprisar entre abril e setembro a novela *Apocalipse*, que foi ao ar originalmente no final de 2017. Disputando audiência com o *Jornal Nacional*, a obra foi a quarta de temática bíblica da emissora e a primeira a se passar em tempos atuais, com a trama se desenvolvendo entre Brasil, Israel, Itália e Estados Unidos e incluindo uma Terceira Guerra Mundial, meteoros, um tsunami que atinge o Rio de Janeiro e personagens ar-

4 <https://www.cartacapital.com.br/blogs/programas-religiosos-defendem-templos-abertos-e-fe-contra-coronavirus/>

rebatados no primeiro evento do Apocalipse, “quando Deus retira os verdadeiramente cristãos da Terra”. O empresário vilão, que usa discursos de Hitler e possui um exército de robôs, é possuído por satanás e vira o anticristo, passando a perseguir cristãos, religiões e Deus, e acusá-los de todo o mal da humanidade. Ele desenvolve uma tatuagem tecnológica com o número 666, que é “marca do governo mundial”. O grupo Santos da Resistência, liderado pelo casal herói da novela, luta contra “a besta”. Depois de todas as tragédias anunciadas na Bíblia, Jesus desce pela segunda vez a Terra e derrota o satanás.

No jornalismo, o apoio ao governo é materializado numa cobertura com bastante espaço à agenda presidencial, muitas entrevistas com ministros e uma abordagem sobre a pandemia próxima à linha do Planalto: a economia é tão importante quanto a vida das pessoas.

Em abril, quando Bolsonaro começou os passeios dominicais no Distrito Federal, desafiando as orientações de isolamento social, a Record afirmou que o presidente vai às ruas “por estar preocupado com os impactos da pandemia”<sup>5</sup>. No telejornal noturno diário e no *Domingo Espetacular*, foram incontáveis as reportagens ouvindo trabalhadores informais e microempresários que defenderam a continuidade das

5 [www.cartacapital.com.br/blogs/como-anda-a-relacao-da-grande-midia-com-jair-bolsonaro/](http://www.cartacapital.com.br/blogs/como-anda-a-relacao-da-grande-midia-com-jair-bolsonaro/)

**A novela *Apocalypse*, da Record, mostra uma Terceira Guerra Mundial, meteoros, um tsunami que atinge o Rio de Janeiro e personagens arrebatados no primeiro evento do fim do mundo, “quando Deus retira os verdadeiramente cristãos da Terra”. O empresário vilão, que usa discursos de Hitler e possui um exército de robôs, é possuído por satanás e vira o anticristo, passando a perseguir cristãos, religiões e Deus, e acusá-los de todo o mal da humanidade**

atividades, assim como matérias com relatos de pacientes que supostamente se curaram após o uso da cloroquina.

No último dia 16 de setembro, ao noticiar a posse do general Eduardo Pazuello como ministro efetivo da Saúde, Bolsonaro voltou a defender a cloroquina no *Jornal da Record*. Em vez de problematizar os riscos do medicamento, o canal preferiu noticiar, na sequência, que “o Brasil é o país com o maior número de pacientes re-

cuperados da Covid-19”, numa taxa de 10 pontos percentuais maior do que a média mundial. “Foi um milagre e Deus me deu a oportunidade de gerar outra vida”, disse uma grávida recuperada<sup>6</sup>. No dia 17, a manchete foi a liberação de 525 milhões de reais pelo ministro da Educação para a

6 <https://noticias.r7.com/jr-na-tv/videos/brasil-e-o-pais-com-o-maior-numero-de-pacientes-recuperados-da-covid-19-16092020>

REPRODUÇÃO



retomada das aulas nas escolas.

Numa semana em que o mundo se alarmou com as queimadas no Pantanal, um Bolsonaro sorridente e abraçado por multidões foi mostrado no telejornal em viagem à região. Valeu o discurso do governo, de que as queimadas estão ocorrendo porque há tempos não chove por ali, que o governo já liberou R\$ 10 milhões para o combate aos incêndios e que “o Brasil está de parabéns da maneira como preserva o meio ambiente”, disse o presidente, sem qualquer contraponto<sup>7</sup>.

O destaque da semana no jornalismo do canal, entretanto, foi a série especial de reportagens contra a Globo, intitulada “O lado oculto do império”<sup>8</sup>, mostrando casos de corrupção em que a empresa e família Marinho estariam envolvidas. Além de atacar a concorrência, a série vem sendo usada pelo presidente e aliados para reforçar as críticas de Bolsonaro à Globo e disse-

7 <https://noticias.r7.com/jr-na-tv/videos/na-paraiba-bolsonaro-diz-que-brasil-e-o-pais-que-mais-preserva-o-meio-ambiente-17092020>

8 <https://noticias.r7.com/jr-na-tv/videos/o-lado-oculto-do-imperio-familia-marinho-tem-imoveis-de-luxo-na-mira-do-ministerio-publico-federal-19092020-1>

**No jornalismo, o apoio ao governo é materializado numa cobertura com bastante espaço à agenda presidencial, muitas entrevistas com ministros e uma abordagem sobre a pandemia próxima à linha do Planalto: a economia é tão importante quanto a vida das pessoas**

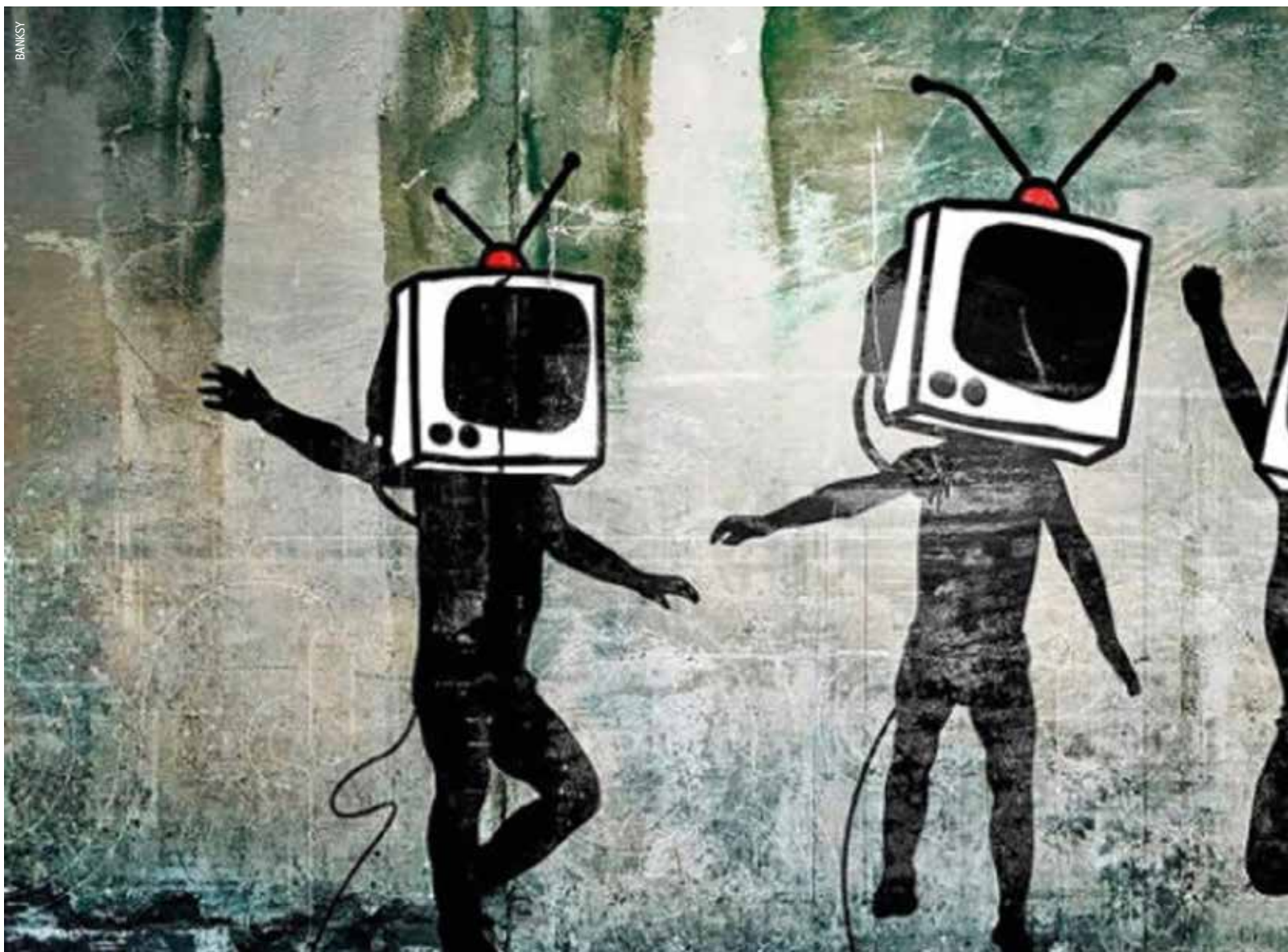
minar uma ideia de que, ao atacar a emissora carioca, o presidente também está, indiretamente, combatendo a corrupção. Nas redes, as milícias digitais e o presidente em sua conta pessoal passaram a usar a #RachadinhadaGlobo para compartilhar as matérias da Record.

#### **OBEDIÊNCIA AO “PATRÃO”**

A simbiose com o SBT não fica atrás. Silvio Santos esteve no palanque de Bolsonaro no desfile de 7 de setembro do ano

passado. Depois os filhos do presidente participaram de um quadro de perguntas e respostas conduzido pelo apresentador na sua emissora. Em fevereiro deste ano, Silvio Santos anunciou que traria de volta ao ar o *Semana do Presidente*, boletim que circulava na programação do SBT durante a ditadura militar. Quem não se lembra? A iniciativa somente não se concretizou porque as críticas foram significativas.

Em abril, a imprensa noticiou um comunicado de Silvio Santos aos funcionários



BANKSY

em que disse: “Minha concessão de televisão pertence ao governo federal e eu jamais me colocaria contra qualquer decisão do meu ‘patrão’ que é dono da minha concessão. Nunca acreditei que um empregado ficasse contra o dono, ou ele aceita a opinião do chefe, ou então arranja outro emprego”. A mensagem interna tratava da cobertura sobre o coronavírus e orientava as equipes de jornalismo a se afastarem do viés político, focando no factual sobre a pandemia. Tudo isso em meio à crise política que estava instalada na época entre o Planalto e os governadores e prefeitos.

Pouco depois, em 23 de maio, pela primeira vez desde 2005, o telejornal noturno *SBT Brasil* não foi ao ar. Na véspera, o veículo tinha repercutido a divulgação de trechos da turbulenta reunião ministerial de abril, liberados pelo STF do inquérito sobre suposta interferência na Polícia Federal, num “tom” que desagradou o governo e também Silvio Santos. No domingo 24, o SBT levou ao ar outro trecho da fala de Bolsonaro na reunião. O clima na redação ficou péssimo.

#### **DISPUTA EM JOGO**

A última cartada do presidente, depois de dar um ministério de presente para o



**Silvio Santos esteve no palanque de Bolsonaro no desfile de 7 de setembro do ano passado. Depois, os filhos do presidente participaram de um quadro de perguntas e respostas conduzido pelo apresentador na sua emissora. Em fevereiro deste ano, Silvio Santos anunciou que traria de volta ao ar o *Semana do Presidente*, boletim que circulava na programação do SBT durante a ditadura militar**

genro de Silvio, foi editar a Medida Provisória 984, que modifica a Lei Pelé e dá aos clubes de futebol o direito de comercializar a transmissão dos jogos de que são mandantes. A Globo alegou quebra de exclusividade e rompeu contrato com a Federação de Futebol do Rio de Janeiro em torno do Campeonato Carioca. O SBT transmitiu a final em negociação direta com o Flamengo, vendendo para a Havan, de Luciano Hang, apoiador de Bolsonaro, uma das cotas de patrocínio do jogo. Como informou o *El País* na época, parlamentares aliados ao governo celebraram “a quebra do monopólio da Globo” como uma vitória do presidente. O Flamengo já vinha reforçando o discurso de Bolsonaro de volta do futebol no Rio, contra as medidas de isolamento. Os clubes estão divididos em relação à MP, que ainda não foi apreciada pelo Congresso.

Em setembro, o SBT conseguiu comprar os direitos de transmissão dos jogos da Libertadores da América, antes adquiridos pela Globo – que rompeu contrato com a Conmebol por questões financeiras, depois de tentar sem sucesso renegociar o valor dos direitos. Para exibir dois jogos do torneio por semana, o SBT pagou R\$ 200 milhões à Conmebol.

O primeiro jogo, transmitido em 16 de setembro, teve propaganda do governo federal no intervalo e o narrador Téo José citando a MP do Mandante. Outros patrocinadores teriam sido levados à emissora pelas mãos de Wajngarten.

Na mesma semana, o SBT anunciou que não renovará o contrato com Rachel Sheherazade, apresentadora do telejornal noturno da emissora, que depois de diversos discursos autoritários e preconceituosos na TV, virou crítica do bolsonarismo. Sob o comando da jornalista, o *SBT Brasil* não chega a fazer uma cobertura crítica do governo federal, mas está longe do total chapabranquismo da Record. O cenário, entretanto, pode mudar em breve. Enquanto isso o SBT seguirá dando ao povo brasileiro uma das coisas que ele mais gosta: futebol.



**Bia Barbisa é jornalista, mestra em políticas públicas e especialista em regulação de mídia.**



# A Revolução de 30 aos 90

## A longa Era Vargas e a industrialização bloqueada

**A Revolução de 1930 representou nosso passo mais ousado rumo à modernização do Estado nacional construído na segunda metade do século XIX, com a direção das oligarquias agrárias. Sob seu impulso, assentaram-se as bases para a industrialização, para um processo acelerado de urbanização, para a criação de diversas instituições que disciplinaram e incentivaram o desenvolvimento e para a formalização do mundo do trabalho. No entanto, o rompimento com o atraso foi incompleto e a associação de forças internas com o imperialismo nas décadas seguintes gerou amarras que travam o progresso econômico e social**

### **Lincoln Secco**

A revolução de 1930 consolidou o Estado brasileiro e projetou uma *longa era Vargas* que se estendeu até o final da década de 1980. Tratou-se da etapa nuclear da nossa revolução burguesa.

Já no século XIX, as burguesias latino americanas foram obrigadas a se unificar em torno de um Estado nacional a fim de manter as estruturas necessárias à acumulação capitalista e atender aos novos ideais britânicos, agora favoráveis ao trabalho assalariado. A indústria

não alterou o sistema colonial porque inexistiram conflitos radicais entre a burguesia industrial e a mercantil exportadora. No Brasil, a união de elites industriais e agrárias por casamentos, alianças políticas e negócios comuns foi frequente. E independentemente do



quanto os capitais da agricultura e pecuária contribuíram para a indústria<sup>1</sup>, as externalidades econômicas que a favoreceram foram criadas em função do setor exportador (ferrovias, portos, atividades comerciais, urbanização etc).

É verdade que o empresariado industrial passou a se organizar e se mobilizar antes de 1930<sup>2</sup>. Houve diferenciação de interesses imediatos entre as frações da classe dominante em torno do câmbio, tarifas, gasto público, crédito, política monetária, importação de bens de capital ou de consumo etc. A ascensão industrial e o declínio agrícola ditaram a “dialética do período” pós-1930, como Edgard Carone afirmava, e as classes dominantes tinham entidades representativas diferenciadas. Mas como Carone também dizia, a consciência dessas diferenças na burocracia estatal se conformou só no final da década.

Um exemplo é o tratado comercial com os EUA em 1935 quando os interes-

1 Sobre alianças e casamentos: Carone, Edgard. “Nas origens do capitalismo industrial: o caso de Alexandre Siciliano (1860-1923)” in Carone, E. *Da esquerda à direita*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1991, p.103 e ss. Marcovitch, Jacques. *Pioneiros e empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil*. Três volumes. São Paulo: Edusp, 2007. Sobre o papel político da burguesia e sua origem diferente da classe agrária: Bresser Pereira, L. C. *Origens étnicas e sociais do Empresário paulista*. *Revista de administração de empresas*, n. 11, 1964. Bastos, Renato S. *A burguesia perdida: empresariado industrial e desenvolvimento econômico (1960-1974)*. USP, Dissertação de Mestrado, 2011. Barbosa, A. S. *Empresariado fabril e desenvolvimento econômico: empreendedores, ideologia e capital na indústria do calçado (Franca, 1920-1990)*. São Paulo: Editora Hucitec/Fapesp, 2006. Brandão, M. A. *Uma contribuição ao debate sobre a formação do empresariado industrial no Brasil: de laboratorii na Itália a patrone em Ribeirão Preto (1890 - 1930)*. Tese de doutorado, UNESP, Franca, 2009. Antes de 1929, houve uma correlação considerável entre o desempenho do setor exportador e a indústria, o que suscitou debates sobre o impacto da I Guerra na industrialização: a diminuição do comércio externo, o desempenho da produção industrial, uso da capacidade instalada etc. Também houve controvérsia se após a depressão houve processo de industrialização movido pelo mercado interno. Warren Dean, Edgard Carone, João Manoel Cardoso de Melo, Maria da Conceição Tavares, Wilson Cano e Celso Furtado protagonizaram muitas discussões a respeito. Vide: Loureiro, Felipe P. *A Industrialização de São Paulo: problemas e perspectivas*. *Revista de Economia Política e História Econômica*, número 05, julho de 2006.

2 Silveira, Eujacio. *São Paulo 1917-1921, aprendendo a ser patrão: ‘o fazer-se’ da fração industrial da burguesia paulista*. USP, Dissertação de Mestrado, 2016.

## A defesa incondicional da propriedade e o pensamento reacionário na questão social uniam as classes dominantes. Diante dos primeiros esboços de legislação trabalhista, o CIESP se voltou contra o código do menor e dificultou o exercício do direito de férias. Após 1930, a entidade atacou a caixa de pensão e a lei de oito horas, entre outras

ses brasileiros se dividiram entre aquele país e a Alemanha. A ação determinante a favor do tratado não proveio das representações políticas do setor agrário e sim da própria burocracia estatal, em grande medida ainda sob hegemonia de um pensamento econômico liberal<sup>3</sup>, que considerava a indústria artificial e dependente do estado.

### UNIÃO DA REAÇÃO

A defesa incondicional da propriedade e o pensamento reacionário na questão social uniam as classes dominantes. Diante dos primeiros esboços de legislação trabalhista, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) se voltou contra o código do menor e dificultou o exercício do direito de férias. Após 1930, a entidade atacou a caixa de pensão e a lei de oito horas, entre outras<sup>4</sup>. Os fazendeiros temiam a extensão dessa legislação ao campo.

O café e outros produtos primários (como o algodão) eram imprescindíveis para atender a maior parte da dívida externa do país. Por isso, a hipótese de que o Brasil poderia trocar a dependência aos EUA pela da Alemanha nunca existiu de fato. Até porque os alemães ofereciam um comércio em marcos de compensação não conversíveis e o Brasil necessitava de divisas para equilibrar a balança de pagamentos<sup>5</sup>. A opção por um comércio equilibrado com as duas potências ditou uma política exterior eclética. Já na II guerra mundial o governo brasileiro optou por tirar vantagens práticas do alinhamento com os EUA.

3 Lima, Danilo Barolo Martins de. **O debate sobre o tratado de comércio Brasil-Estados Unidos (1935): classes, Estado e projetos para o Brasil**. USP, Dissertação de Mestrado, 2014.

4 Souza, Jullyana Lopes Luporini Barbosa. *Entre a revolução e a Contra Revolução: o posicionamento da burguesia industrial paulista frente o governo de Getúlio Vargas de 1930 a 1932*. São Paulo, USP, dissertação de mestrado, 2019.

5 Os importadores alemães pagavam suas dívidas com marcos depositados numa caixa de conversão, mas não transferiam divisas para o exterior. Os credores, contudo, poderiam usar os marcos depositados a que tinham direito para realizar gastos na Alemanha (turismo, investimentos, aquisição de bens etc). Vide Mazzucchelli, Frederico. *Os anos de chumbo. Economia e Política Internacional no entreguerras*. Campinas, 2009, p. 303. Wirth, John. *A política de desenvolvimento na era Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1973, p. 6.

**O nacionalismo econômico propiciou a estruturação de órgãos de planejamento. O Conselho Federal de Comércio Exterior (1934), o Conselho Nacional de Estatística (1936), o Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937), o Departamento Administrativo do Serviço Público (1938), o Conselho Nacional do Petróleo (1938) e o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939) são exemplos de uma ação coordenada que visava não só o desenvolvimento, mas a criação de um Estado moderno**

A crise da balança de pagamentos afetava a importação de aço e a guerra mundial prejudicou o abastecimento de gasolina. A Companhia Siderúrgica Nacional (1940), a Vale do Rio Doce (1942), a Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Nacional de Álcalis (1943) e a Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945) surgiram para assentar em bases mais sólidas a indústria.

O nacionalismo econômico propiciou a estruturação de órgãos de planejamento. O Conselho Federal de Comércio Exterior (1934), Conselho Nacional de Estatística (1936), o Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937)<sup>6</sup>, Departamento Administrativo do Serviço Público (1938), Conselho Nacional do Petróleo (1938), Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939) são exemplos de uma ação coordenada que visava não só o desenvolvimento, mas a criação de um Estado moderno.

#### **AMBIGUIDADE VARGUISTA**

A conciliação de opostos mantida por Vargas se expressava na ambiguidade de suas medidas. Os trabalhadores perderam a independência de classe. Em 1931

<sup>6</sup> Órgão para disciplinar as finanças estaduais e municipais.

o Decreto nº. 19.770 submeteu os sindicatos à tutela inclusive financeira do Ministério do Trabalho. Por outro lado, ela obteve a cidadania com a carteira de trabalho, o salário mínimo (1940) e uma série de direitos arrolados na CLT (1943). A burguesia industrial teve que se dobrar também ao controle estatal sobre suas entidades e aceitar os direitos trabalhistas, mas isso foi compensado por um poder político autocrático e anticomunista que proibia greves.

As elites agrárias não estavam sempre satisfeitas com os gastos públicos, mas foram compensadas porque os trabalhadores do campo continuaram desprovidos de direitos. Nesse mar de contradições, também setores historicamente marginalizados conquistaram direitos mínimos. Como Wilson Barbosa afirmou, os negros ingressaram no mercado de trabalho industrial mediante a lei que estabeleceu o mínimo de 2/3 de trabalhadores nacionais (1931) e as mulheres alcançaram o direito de voto (1932).

Quanto à CLT, o modelo corporativista adotado por ela tinha uma origem variada e a formulação da política trabalhista contou com a participação de intelectuais socialistas ou dissidentes da oligarquia como Agripino Nazareth, Evaristo de Moraes e Joaquim Pimenta





que foram militantes socialistas<sup>7</sup>. Além disso, contou com Jorge Street, um empresário falido que defendia o direito de greve.

### **CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO**

No governo eleito (1950-1954), Vargas sofreu forte oposição dos Estados Unidos, da FIESP e das Forças Armadas devido ao aumento do salário mínimo, não envio de tropas à guerra da Coreia e a limitação da remessa de lucros das empresas estrangeiras. Ao perder apoio na direita, restava-lhe a esquerda. Mas a classe trabalhadora ia além do mero apoio. O queremismo já havia antecipado o limite da conciliação de classes e a Greve de 1953 o reafirmava.

Note-se que isso valia tanto para a classe trabalhadora, que não podia transitar de um pacto social para a apropriação dela mesma dos meios de produção; quanto para o empresariado, que não podia abandonar o papel acessório e complementar na divisão internacional do trabalho. Daí porque o nacionalismo burguês está destinado ao fracasso na periferia.

<sup>7</sup> French, John. *Drowning in laws*. University of North Carolina press, 2004, p.19.

**No governo eleito (1950-1954), Vargas sofreu forte oposição dos Estados Unidos, da FIESP e das Forças Armadas devido ao aumento do salário mínimo, ao não envio de tropas à guerra da Coreia e a limitação da remessa de lucros das empresas estrangeiras**

Esse fracasso se evidenciou no suicídio de Vargas em 1954. Embora o contragolpe do Marechal Lott tenha restaurado a legalidade, a política econômica desenvolvimentista teve uma nítida inclinação liberal. Não na mesma dimensão do golpe liberal de 1955 na Argentina, pois a UDN, que representava os interesses vinculados ao capital estrangeiro (incluindo as classes médias), foi incapaz de chegar ao governo, salvo na breve presidência de Jânio Quadros, um outsider sem qualquer ideologia definida.

A estratégia liberal de desenvolvimento aceitou o Plano de Reparcelamento Econômico (PRE), a Eletrobras, a Petrobras e a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Embora houvesse uma preocupação em desenvolver a indústria de bens de capital, inúmeras decisões de governo impediram que o país internalizasse efetivamente a reprodução autônoma do Departamento I<sup>8</sup>(dos meios de produção). A opção do empresariado já se desenhava a favor do desenvolvimento dependente associado e do golpe mili-

<sup>8</sup> Corsi, Francisco. "Os diferentes caminhos dos projetos nacionais de Vargas e Perón: uma análise comparativa". X Congresso de História Econômica, Vitória, 2015.



tar<sup>9</sup>. JK combinou o estímulo à diferen-

<sup>9</sup> Cardoso, F.H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Difel, 1964. Bresser Pereira, L. C. *Empresários e administradores no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974, p. 19. Dreifuss, R. A. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981. Sobre o financiamento de livros pelo IPES há uma pesquisa em andamento de Camila Djurovic na USP.

ciação produtiva interna com a abertura ao capital estrangeiro. Depois, a política popular chegou ao limite. A economia havia crescido 8,6% em 1961, mas desacelerou nos anos seguintes, a inflação subiu e o número de greves também. Apesar de haver semelhanças entre o Plano Trienal, adotado pelo governo Goulart, e o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), da ditadura, esta

priorizou o arrocho salarial para deter a espiral inflacionária.

### O LEGADO DA DITADURA

Entre 1961 (Peru) e 1976 (Argentina) houve 21 golpes na América Latina patrocinados pelo governo estadunidense. Não havia possibilidade de manobrar muito como nos anos 1930, apesar da diplomacia nem sempre coincidir com interesses imediatos estadunidenses. A ascensão de Jimmy Carter ao governo dos Estados Unidos obrigou os militares latino-americanos a mudarem de postura. Era preciso racionalizar a repressão descontrolada e as tentações nacionalizantes.

O general Golbery do Couto e Silva, por exemplo, abandonou o governo Figueiredo (1979-85) para assessorar um banco privado e o empresariado se voltou contra o intervencionismo estatal. Em 1974, 74% das empresas estatais estavam concentradas em três ramos industriais: mineração, metalurgia e química. O Estado comandava a cadeia petroquímica, usinas siderúrgicas, energia elétrica, telecomunicações, vias de transporte e inaugurou a indústria aeronáutica. Um percentual de 48% das empresas estatais existentes em 1980

**O sistema econômico permaneceu colonial. Vocacionado à exportação de produtos primários, até gerava demanda de manufaturados que, casualmente, não podiam ser abastecidos com as importações**

havia sido criado na década de 1970<sup>10</sup>. Era natural que o neoliberalismo, agora apoiado em Ronald Reagan e Margareth Thatcher, começasse a disputar hegemonia no Brasil.

A ditadura deixou um país mais desigual, mais endividado e mais dependente. Os anos ditatoriais foram de perda de renda para os trabalhadores. Em 1960, o 1% mais rico do Brasil possuía 12% da renda nacional e, em 1980, 17%.

### **ESTAGNAÇÃO E DÍVIDA**

A manutenção de um parque industrial e o avanço do Estado em áreas estratégicas não escondiam a debilidade da indústria. O início da estagnação coincidiu com a crise da dívida externa e a incapacidade financeira de o governo continuar investindo em seus gran-

10 Cardoso, F.H. "A fronda conservadora", *Folha de São Paulo*, 21/9/1979. Lessa, Carlos. "A descoberta do estado totalitário", *Gazeta Mercantil*, 29/4/1980. Boschi, Renato R. *Elites industriais e democracia*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.113. Simon, E. J. "A participação do Estado na economia brasileira: subsídios para o debate". *Perspectivas*, São Paulo, 8:1-11, 1985. Foi em parte consequência do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975). Antes, o PAEG em 1964 optara pela abertura da economia aos centros financeiros internacionais.

**A revolução industrial em qualquer lugar não se resumiu ao aumento da produção fabril. Houve incremento da produtividade em múltiplos setores da economia**

des projetos de desenvolvimento. Após dois choques do petróleo (1973-1975; 1979-1981) os países ricos transferiram a conta aos subdesenvolvidos.

Em 6 de outubro de 1979, as taxas de juros no mundo começaram a subir: a *prime rate* (EUA) passou de 11,8% em 1978 para 21,5% em 1980. Os custos de manutenção da dívida externa e as despesas com as importações aumentaram. A moeda nacional, o cruzeiro, foi abruptamente desvalorizado em 30% no final de 1979. Em 1980, a inflação chegava a 100% e, no ano seguinte, o PIB registrou queda de - 4,25%. O decênio fechou-se com outra recessão. Em 1990 a queda do PIB foi de - 4,3%.

Nos anos 1990 os governos apresentaram publicamente o projeto de desmonte da indústria. Collor chamava os automóveis de carroças e FHC falava em enterrar a herança getulista. Apesar de uma industrialização que nunca se completou, a era Vargas sobreviveu a diversas conjunturas. A república neoliberal mudou isso, ancorada numa fase de unipolaridade estadunidense e derrota internacional do socialismo.

Apesar dos avanços obtidos no passado nem o Estado e nem a indústria se



estruturaram segundo as necessidades endógenas do país. O Estado foi aparelhado materialmente, mas o seu caráter constitucional e terrorista, nacional e dependente, levou Florestan Fernandes a se perguntar como era possível que conseguisse ordenar-se e ser operativo<sup>11</sup>.

### SISTEMA COLONIAL

O sistema econômico permaneceu colonial. Vocacionado à exportação de produtos primários, até gerava demanda de manufaturados que, casualmente, não podiam ser abastecidos com as importações. A indústria foi, assim, uma solução eventual para a impossibilidade de pagar com as exportações os débitos no exterior. Nos anos 1950 Caio Prado Junior escreveu que entre nós não havia mais que uma “débil indústria leve baseada na indústria estrangeira”<sup>12</sup>. A instalação não gerava desenvolvimento; antes, provocava demanda nova que o país não podia satisfazer e precisava importar, agravando o problema da dívida. Isso dizia respeito tanto à procura intersetorial da própria indústria quanto ao consumo derivado do aumento da renda da população. Embora haja divergências nas séries históricas devido ao novo sistema de contas nacionais, a participação da indústria brasileira de transformação no PIB atingiu seu zênite em 1985 e, posteriormente, sofreu a desindustrialização precoce<sup>13</sup>.

A revolução industrial em qualquer lugar não se resumiu ao aumento da

11 Fernandes, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2009, p. 407.

12 Prado Jr., Caio. *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. São Paulo: Urupês, 1954, p. 133.

13 Nos países centrais a diminuição de força de trabalho industrial esteve associada ao aumento da produtividade geral da economia; no Brasil, além de se dever a uma menor produtividade, associa-se também à deterioração da balança comercial de manufaturados e à baixa intensidade tecnológica das exportações. Naturalmente, o empresariado culpa os trabalhadores devido ao “descolamento dos salários reais da produtividade da mão de obra”. Como a produtividade pode ser a relação entre o que o operário custa e o que ele produz, é óbvio que o empresariado busca compensar a sua ineficiência com a mais valia absoluta. Vide: Departamento de estudos e pesquisas econômicas. *Perda de participação da indústria de transformação no PIB*. São Paulo: Fiesp/Ciesp, maio de 2015, p.21. Apesar da diminuição da participação da indústria no PIB mundial, vários países atualmente lançam programas de “renascimento” industrial.

**Para Caio Prado Júnior só a revolução industrial podia ser a negação do sistema colonial. As possibilidades de desenvolvimento na periferia dependeram de fases de acirramento da disputa intercapitalista pelo mercado mundial**

produção fabril. Houve incremento da produtividade em múltiplos setores da economia. O que a define são as empresas produtoras de meios de produção se desenvolverem mais que as outras. A industrialização é a produção para a produção. Já a “pseudoindustrialização” consiste no crescimento fabril sem subverter o atraso<sup>14</sup>. Não há definição de uma revolução na indústria que não leve em conta a emergência de novas classes e um estado disposto a subordinar toda a política externa a objetivos econômicos<sup>15</sup>.

### CONCLUSÃO

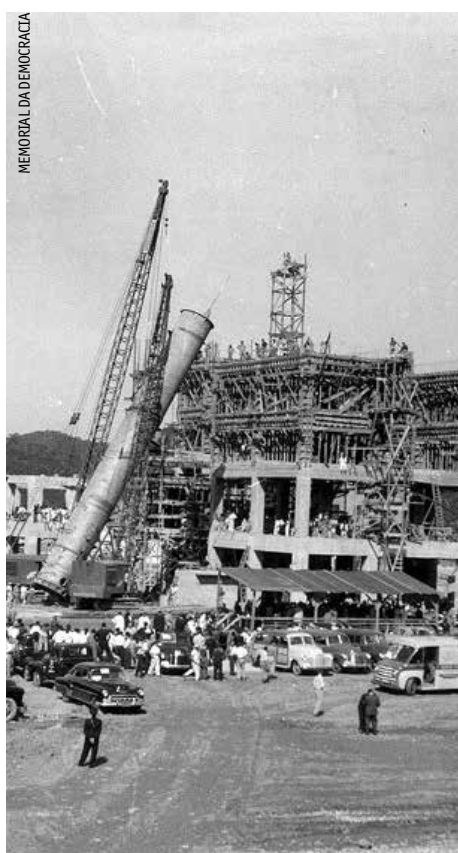
Para Caio Prado Júnior só a revolução industrial podia ser a negação do sistema colonial. As possibilidades de desenvolvimento na periferia dependeram de fases de acirramento da disputa intercapitalista pelo mercado mundial. Os governos aproveitaram para retirar vantagens mediante negociação ou revolução<sup>16</sup>.

As vias da transformação industrial foram variadas, desde o pioneiro caso britânico até outros que contaram com o concurso de capitais nacionais e estrangeiros ou apenas o apoio estatal. Mas a predominância do capitalismo oligopolista internacional obstruiu as vias de associação e deixou apenas aberta

14 Peña, Milciades. *Fichas: edición facsimilar*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2014, T. 1, p. 62.

15 Vide a historiadora britânica Deane, Phyllis Mary. *The first industrial revolution*. 2 ed. Cambridge, 1986. Também: Mantoux, Paul. *La révolution industrielle au XVIIIe siècle*. Paris: Genin, 1959, p.3. Hobsbawm, Eric. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 1979, p.46. Não é à toa que Delmiro Gouveia e Mauá sejam exemplos do descaso estatal brasileiro. Mesmo São Paulo, caso único de industrialização na América Latina, contou com medidas *ad hoc* ou involuntárias do estado a seu favor. Quando um paulista chamado Engelberg inventou uma eficientíssima máquina de beneficiar café, em 1880, ele vendeu os direitos mundiais a uma companhia de Nova Iorque que a produziu e exportou-a para o próprio Brasil. Dean, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971, p.18.

16 Hoje não se trata mais de apenas voltar àquele mundo urbano industrial e às relações de trabalho antigas. Uma parte da população sempre teve uma relação intermitente com o trabalho produtivo e nunca adquiriu direitos trabalhistas. No capitalismo avançado uma parcela menor do operariado movimenta uma massa maior de meios de produção e a população excedente precisa de acesso permanente ao fundo público.





a vereda para governos soberanos que contêm com expressiva coesão interna e projeto nacional revolucionário.

Nos anos 1930, como vimos, a existência da União Soviética e, particularmente, a disputa entre Alemanha e EUA, criaram chances para o Brasil. No entan-

to, o país não conseguiu barganhar para obter bens de capital modernos e elaborar uma estratégia de longo prazo<sup>17</sup> que incluísse a educação e o investimento em pesquisa, entre outras coisas. Na

<sup>17</sup> Wirth, cit, p.4.

segunda metade do século XX, o imperialismo estadunidense limitou as alternativas nacionalistas<sup>18</sup>.

A ascensão chinesa no século XXI rompeu com o modelo da Guerra Fria, pois os EUA passaram a competir não em termos ideológicos e sim mercantis e, corolário disso, tecnológicos<sup>19</sup>. Uma situação mais parecida com a da primeira metade do século XX. Mas exatamente nessa janela de oportunidade, para citar Chico Buarque, a nossa pátria mãe tão distraída, sem perceber que era subtraída, ingressou noutra página infeliz de nossa história.

<sup>18</sup> É discutível o grau em que a Coreia do Sul realizou a industrialização, mas de todo modo ela contou com uma posição geopolítica muito especial.

<sup>19</sup> Mao Jr. J. e Secco, L. *A revolução chinesa*, 2 ed. Marília: Lutas anticapital, 2020. Secco, L. *História da União Soviética: uma introdução*. São Paulo: Ed. Maria Antônia, 2020. Alemanha, Japão, China, EUA e outros países unem seus principais stakeholders (empresas, academia, sindicatos) para a quarta revolução industrial.

**Nos anos 1930, a existência da União Soviética e, particularmente, a disputa entre Alemanha e EUA, criaram chances para o Brasil. No entanto, o país não conseguiu barganhar para obter bens de capital modernos e elaborar uma estratégia de longo prazo que incluísse a educação e o investimento em pesquisa, entre outras coisas**



**Lincoln Secco é professor de História Contemporânea na USP**

# Elite branca e bronca em traços afiados

Poucas séries nos quadrinhos brasileiros expressam com tamanha crueza nossos abismos sociais como “Os Santos” e “A confinada”. Os autores, Triscila Oliveira, 35, e Leandro Assis, 46, são cariocas separados por um oceano; ela no Brasil e ele em Portugal. Sem se conhecerem pessoalmente, formam uma afinadíssima dupla que incendeia as redes sociais. Em nunca mais de dez imagens por tira, traçam um perfil sem contemporizações da elite branca – e bronca – zona sul e sua carga de preconceitos contra empregadas domésticas, pajens, porteiros e aquilo que em outros tempos se chamava pejorativamente de “gentinha”. Em cada cena emerge o mandonismo da casa grande – em sua versão Leblon-Barra – sobre a senzala, em sua identidade secreta de morro.

Triscila, ex-empregada doméstica que cresceu vendo a mãe ralar em casas de classe média, produz roteiros quase telegráficos que ganham forma no desenho de Leandro. Sua arte final parece feita a machadadas. A combinação é quase um molotov gráfico que arrebanha mais de 750 mil seguidores no Instagram e se infiltra pela Folha de S. Paulo e revista Piauí.

“Os Santos” e “A Confinada” podiam virar filme, minissérie ou quadro televisivo. Enquanto isso não acontece, aperte os cintos e aproveite o aperitivo das próximas páginas.



Leandro Assis



Triscila Oliveria





Leandro Assis e Triscila Oliveira





# Os Santos

uma tira de ~~humor~~ ódio

Leandro Assis  
Triscila Oliveira

MULHERES  
DO PSOL



FUNDAÇÃO  
LAURO CAMPOS E  
MARIELLE FRANCO

ENCONTRO DE FORMAÇÃO POLÍTICA

# Sementes de Marielle



curso disponível  
a partir de

**15** de  
outubro

na plataforma de  
cursos on-line da FLCMF



acesse e assista os vídeos do encontro

[abre.ai/sementesdemarielle](https://abre.ai/sementesdemarielle)

PARA DEFENDER O

**MEIO AMBIENTE**

**O ministro do**

*meio  
ambiente*

**TEM QUE SAIR!**